

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

UM OLHAR PARA O PASSADO DE SERRINHA
identidade, memória e valorização patrimonial.

GUSTAVO GOMES DOS SANTOS

Laranjeiras
2024

GUSTAVO GOMES DOS SANTOS

UM OLHAR PARA O PASSADO DE SERRINHA
identidade, memória e valorização patrimonial.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção de título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Rosany Albuquerque Matos

LARANJEIRAS-SE

2024

GUSTAVO GOMES DOS SANTOS

UM OLHAR PARA O PASSADO DE SERRINHA
identidade, memória e valorização patrimonial.

BANCA EXAMINADORA

ROSANY ALBUQUERQUE MATOS

Orientadora - Universidade Federal de Sergipe

SAMIRA FAGUNDES DE SOUZA

Examinadora interna - Universidade Federal de Sergipe

Professora Mestra Dora Neuza Leal Diniz

Examinador Externo

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria Elaine Gomes dos Santos, por me permitir sonhar e possibilitar que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Crescer em Serrinha foi como viver em meio a ecos de um passado que, embora distante, sempre esteve presente nas paisagens que me cercavam. As edificações antigas, com suas marcas do tempo, eram monumentos silenciosos que contrastavam com a modernidade que se erguia ao seu redor. Esses prédios, desgastados, mas ainda imponentes, pareciam me contar histórias de uma cidade que eu não havia presenciado, mas que podia sentir através das memórias que meu pai generosamente compartilhava e das histórias que li nos livros da Filarmônica 30 de Junho. Essas narrativas me ofereceram um vislumbre de uma Serrinha que existiu antes de mim, uma cidade cujas raízes estavam impregnadas de histórias, tradições e arquitetura, mas que, aos poucos, parecia perder sua voz.

Com o passar dos anos, me dei conta de que a cidade já não contava sua própria história como antes. A destruição arbitrária de seus bens históricos, somada à falta de políticas públicas eficazes de preservação do patrimônio, compromete não apenas as construções em si, mas também a identidade e a memória coletiva de seus habitantes. Essa percepção se intensificou quando ingressei no curso de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Sergipe. Ali, nos primeiros semestres, comecei a entender melhor a relação profunda entre o indivíduo e o espaço urbano, e a importância da paisagem como parte integrante da construção da identidade social. Não se trata apenas de preservar prédios, mas sim de salvaguardar a memória de uma comunidade. E foi a partir dessa compreensão, somada à minha crescente admiração pelas edificações de minha cidade natal, que nasceu o desejo de realizar este trabalho. Uma tentativa, ainda que modesta, de contribuir para a preservação de uma parte da memória de Serrinha, que considero valiosa e significativa.

Durante minha graduação, explorei uma ampla variedade de campos dentro da arquitetura, mas foi a área de conservação e restauro que despertou em mim um interesse especial. A Universidade Federal de Sergipe, com sua grade curricular voltada para o estudo da preservação do patrimônio, proporcionou-me a base teórica necessária para entender o valor intrínseco das construções históricas. Sob a orientação de professores notáveis, como a Prof.^a Dr.^a Heloisa Diniz Rezende, o Prof. Dr. Pedro Murilo Freitas, o Prof. Dr. Éder Donizeti da Silva e a Prof.^a Me. Rosany Matos Albuquerque, fui

introduzido às nuances da teoria da história da arquitetura e à importância de salvaguardar o passado para as gerações futuras. Essas aulas não apenas consolidaram meu interesse pelo tema, mas também moldaram a estrutura do que seria meu trabalho final. Já no terceiro semestre, eu sabia que queria abordar a preservação do patrimônio de Serrinha, e a ideia de documentar esse processo, por meio de um inventário, começou a se formar.

A jornada de pesquisa, contudo, não foi simples. Enfrentei muitos desafios, principalmente devido à ausência de órgãos municipais dedicados à preservação dos edifícios públicos e à falta de incentivos para a conservação do patrimônio histórico da cidade. A inexistência de um arquivo público organizado também dificultou o acesso a registros históricos essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Apesar disso, cada obstáculo foi enfrentado com perseverança, e fui abençoado por contar com o apoio de pessoas que, sem dúvida, foram fundamentais para a realização deste projeto.

Meu pai, em especial, não poupou esforços em me oferecer histórias, referências e livros sobre o município. Suas crônicas, repletas de memórias e vivências, trouxeram luz a muitos aspectos que eu, até então, desconhecia. Mais do que isso, sua paixão por Serrinha foi uma fonte constante de inspiração, motivando-me a seguir adiante mesmo quando o caminho parecia incerto. Minha mãe, por sua vez, foi meu alicerce emocional ao longo de todo o processo. Sua presença constante e seu apoio incondicional nos momentos de maior dificuldade foram cruciais para que eu pudesse superar os desafios que surgiram.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de expressar minha gratidão à minha companheira, cuja paciência, compreensão e respeito foram fundamentais nos momentos em que o peso da pesquisa e das responsabilidades acadêmicas pareciam me sobrecarregar. Sua presença foi uma fonte de força e equilíbrio, permitindo-me continuar firme em meu propósito.

Este trabalho é, em essência, uma homenagem à cidade que me viu crescer e às pessoas que tornaram essa trajetória possível. Embora modesto, diante da grandiosidade da história de Serrinha, ele representa uma pequena contribuição para a preservação de sua memória, um testemunho de que, mesmo em meio às transformações, é possível manter viva a essência de um lugar. Aos que me apoiaram, minha eterna gratidão. Cada um de vocês faz parte deste trabalho, e sem vocês, ele jamais teria se concretizado.

*“Às vezes ouço passar o vento; e só de ouvir o
vento passar, vale a pena ter nascido.”*

Fernando Pessoa

RESUMO

Este trabalho discute a ausência de políticas públicas eficazes para a preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico na cidade de Serrinha, Bahia. A negligência com o patrimônio material tem levado à perda de monumentos e edificações essenciais à história local. O crescimento urbano desordenado contribuiu para a destruição desses marcos, afetando a memória e a identidade coletiva dos habitantes. Mesmo diante das transformações urbanas, o vínculo afetivo da população com o espaço permanece, embora ameaçado por intervenções que desconsideram a história da cidade.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo inventariar edificações representativas do processo de evolução urbana de Serrinha ao longo dos séculos XIX e XX. A pesquisa buscou mapear cerca de 30 edificações históricas localizadas nos bairros do Centro, Estação e Ginásio, áreas que concentram parte significativa do legado arquitetônico da cidade. No entanto, devido à impossibilidade de abranger todos os bens históricos em questão, foram selecionadas 10 edificações de maior relevância, que desempenham um papel simbólico no desenvolvimento urbano de Serrinha. Entre elas estão: a antiga igreja matriz, a estação ferroviária, a primeira prefeitura municipal, o Sobrado da Família Nogueira, a casa Gonzaga Materiais de Construção, o antigo posto de endemias, a residência da Família Barcelar, o Colégio Estadual Rubem Nogueira, o Hospital Ferreira Filho e a residência da Família Pedreira de Freitas.

Para a realização deste estudo, foi conduzido um levantamento bibliográfico detalhado sobre o patrimônio e a história do município, aliado a um registro fotográfico de época e visitas in loco. Além disso, foram elaboradas fichas de inventário, reunindo dados essenciais sobre a arquitetura e a história dessas construções. Espera-se que este trabalho possa contribuir significativamente para o processo de salvaguarda desses bens, auxiliando na conscientização sobre a importância de preservar o legado histórico de Serrinha para as gerações futuras.

Palavras-chaves: Patrimônio histórico; Inventário; Memória; História.

Abstract

This study addresses the lack of effective public policies for preserving the historical, cultural, and architectural heritage of Serrinha, Bahia. Neglect of the city's tangible heritage has resulted in the loss of essential monuments and buildings tied to local history. Unplanned urban growth further exacerbates the destruction of these landmarks, undermining the collective memory and identity of its residents. Despite the urban transformations, the population's emotional connection to these spaces endures, albeit under threat from interventions that disregard the city's historical significance.

In response to this scenario, the study aims to inventory representative buildings that illustrate Serrinha's urban evolution during the 19th and 20th centuries. The research mapped approximately 30 historic buildings across the Centro, Estação, and Ginásio neighborhoods, areas that house a significant portion of the city's architectural legacy. Due to the impracticality of including all relevant historical assets, ten buildings of notable importance were selected for detailed analysis. These include the former parish church, the railway station, the first municipal government building, the Nogueira Family Manor, the Gonzaga Construction Supplies building, the old endemic diseases post, the Barcelar Family residence, the Rubem Nogueira State School, the Ferreira Filho Hospital, and the Pedreira de Freitas Family residence.

The study involved an extensive literature review on Serrinha's history and heritage, combined with archival photographic research and on-site visits. Inventory forms were created to compile essential data on the architecture and historical significance of the selected buildings. This work aims to contribute to safeguarding these assets and fostering awareness about the importance of preserving Serrinha's historical legacy for future generations.

Keywords: Historical heritage; Inventory; Memory; History.

Lista de Figuras

Figura 01: Alargamento da Rua da Carioca, 1905	28
Figura 02: Sede da associação comercial baiana, em Salvador. 1817.	31
Figura 03: Teatro municipal de São Paulo, 1981	35
Figura 04: Ópera Garnier. França, 1981	35
Figura 05: Sobrado da Família Nogueira, 1948.	36
Figura 06: Edifício da Central do Brasil.	37
Figura 07: Praça Luís Nogueira, início do século XX, primeiro núcleo da cidade a passar pela evolução urbana.	58
Figura 08: Mapa da Bahia e indicação do município de Serrinha.	59
Figura 09: Mercado municipal de Serrinha, 1947 (estimativa).	61
Figura 10: Praça Luis Nogueira, Serrinha-BA, século XX.	66
Figura 11: Estação ferroviária de Serrinha, 2014.	67
Figura 12: Casa de Câmara e Cadeia, e posteriormente primeira prefeitura do município Serrinha.	68
Figura 13: Planta da Igreja da Madre de Deus de Perajuíá, Bahia.	70
Figura 14: Igreja de São Lázaro, Salvador	73
Figura 15: Pintura da antiga Igreja matriz de Serrinha, pelo artista Maninho.	75
Figura 16: Pintura do Colégio Estadual Rubem Nogueira, pelo artista Maninho.	75
Figura 17: Imagens conceituais de usos mistos para as edificações históricas do município de Serrinha.	77
Figura 18: Antigo registro da praça municipal Luiz Nogueira.	79
Figura 19: Evolução da paisagem urbana do coreto.	80
Figura 20: Rua Antônio da Mota com 100 anos de evolução urbana.	81
Figura 21: Rua Almeida Couto com 100 anos de evolução urbana.	81
Figura 22: Evolução do Antigo Hotel da Ferrovia Leste Brasileiro	81
Figura 23: Evolução do Antigo Hotel da Ferrovia Leste Brasileiro	82
Figura 24: Mapa de Localização das edificações abordadas.	82

Figura 25: Mapeamento aéreo dos objetos de estudo próximos à praça Luís Nogueira e a Estação com Drone. _____	83
Figura 26: Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora Santana _____	84
Figura 27: Igreja Matriz municipal ao fundo, com o coreto a frente, e ao fundo, na lateral direita da igreja, a primeira prefeitura, meados do século XVIII. _____	85
Figura 28: Igreja e Convento de São Francisco (Salvador) _____	86
Figura 29: Igreja de Nossa Senhora do Rosário Pombal. _____	86
Figura 30: Igreja de Nossa Senhora Santana no século XIX. _____	87
Figura 31: Igreja de Nossa Senhora Santana, 2021. _____	87
Figura 32: Fachada Leste da Igreja e modificações recentes em vermelho. _____	88
Figura 33: Fachada Norte da Igreja e modificações recentes em vermelho. _____	88
Figura 34: Ficha documental da Antiga Igreja Matriz da cidade de Serrinha. _____	90
Figura 35: A estação original de Serrinha. Sem data determinada. Autor Desconhecido _____	91
Figura 36: Casa dos ferroviários, 2007. _____	93
Figura 37: Estação Ferroviária de Serrinha, 2004. _____	93
Figura 38: Acidente em 1940 em Serrinha. Foto de relatório da VFFLB. Cessão Flávio Cavalcanti _____	94
Figura 39: No pátio de Serrinha, a locomotiva da Leste Brasileiro explodiu no início dos anos 1950 (Foto do livro "A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia", Tasso Franco, Salvador, EGBA - Assembléia Legislativa do Estado, 1996). _____	95
Figura 40: Portas simples e com poucos ornamentos. _____	97
Figura 41: Portas simples e com poucos ornamentos. _____	97
Figura 42: Hotel localizado ao lado do complexo ferroviário. _____	98
Figura 43: Escola localizado ao lado do complexo ferroviário _____	98
Figura 44: Caixa d'água de abastecimento a estação ferroviária e edificações em seu entorno. Ano indeterminado. _____	99
Figura 45: Fachada da Estação Ferroviária de serrinha com fortes características ArtDecó após a reforma de 1943 (Gradil foi executado posteriormente, data indeterminada) _____	99
Figura 46: Estação Ferroviária de Serrinha, 2022 e 2023. _____	100
Figura 47: Estação Ferroviária de Serrinha, década de 40. _____	100
Figura 48: Estação Ferroviária de Serrinha 1980. _____	101
Figura 49: Estação Ferroviária de Serrinha 2012. _____	101

Figura 50: Estação Ferroviária de Serrinha 2023. _____	101
Figura 51: Ficha documental da Estação ferroviária de Serrinha. _____	103
Figura 52: Registro antigo do Paço municipal de Serrinha, Bahia. _____	104
Figura 53: Planta ilustrativa de cobertura da prefeitura, com a área adquirida para ser o jardim do Paço municipal. _____	106
Figura 54: Prefeitura antiga de Serrinha, década de 30. _____	106
Figura 55: Colapso estrutural de parte da edificação _____	107
Figura 56: Antes e depois da reforma da Primeira Prefeitura. _____	108
Figura 57: Ficha documental da primeira prefeitura _____	109
Figura 58: Sobrado da Família Nogueira no início do século XX, fotógrafo desconhecido _____	110
Figura 59: Análise dos elementos da fachada do sobrado da Família Nogueira. _____	112
Figura 60: Ornamentos da fachada do sobrado da Família Nogueira. _____	112
Figura 61: Planta baixa do sobrado da Família Nogueira. _____	113
Figura 62: Esboço digital da planta baixa do sobrado. _____	114
Figura 63: Ficha documental do Sobrado da família Nogueira. _____	116
Figura 64: Casa Gonzaga Materiais de Construção, localizada no Largo de Senhora Santana de edificada em 1940, ainda em funcionamento. _____	117
Figura 65: Avarias nas vigas, reforço em cimento nos pilares, e madeiramento reformado do telhado. _____	118
Figura 66: Fachada frontal (Leste) de Casa Gonzaga Materiais de Construção _____	119
Figura 67: Fachada Lateral (Norte) de Casa Gonzaga Materiais de Construção. _____	119
Figura 68: Ficha documental da Casa Gonzaga Materiais de Construção. _____	122
Figura 69: Registro fotográfico mais antigo do antigo Posto de Endemias do município de Serrinha. _____	123
Figura 70: Fachada do antigo posto de endemias do município. _____	125
Figura 71: Ficha documental do posto de Endemias de Serrinha, atual CAAS _____	127
Figura 71: Fachada da residência da família Barcelar. _____	128
Figura 72: Fachada da residência da família Barcelar nos anos de 1943, 2012 e 2023, respectivamente da esquerda para a direita. _____	130
Figura 73: Ficha documental da residência da família Barcelar. _____	132

Figura 74: Fachada Ginásio Estadual de Serrinha	133
Figura 75: Prédio da antiga Sericicultura em construção, atualmente Colégio Estadual Rubem Nogueira, no ano de 1935.	135
Figura 76: Ficha documental do colégio estadual Rubem Nogueira.	139
Figura 77: Antigo hotel localizado próximo à estação Ferroviária de Serrinha em meados de 1940.	140
Figura 78: Hospital Geral Ferreira Filho, 2024.	140
Figura 79: Ficha documental do Hospital Ferreira Filho.	144
Figura 80: Casarão da família Pedreira de Freitas quando abrigou o colégio Graciliano Ramos, em 2009.	145
Figura 81: Fachada do Casarão da família Pedreira de Freitas.	147
Figura 82: Ficha documental do colégio estadual Rubem Nogueira.	149

Lista de abreviaturas e siglas

CAAS	Centro de Apoio ao Ambulante de Serrinha
CERN	Colégio Estadual Rubem Nogueira
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM	Inspetoria dos Monumentos Nacionais
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sumário

1. Introdução	16
2. Evolução da Consciência Patrimonial: Da Indiferença à Valorização Coletiva	20
3. A arquitetura no Brasil império	28
3.1 A arquitetura neoclássica	29
3.2 A arquitetura Eclética no Brasil no século XIX	34
3.3. Arquitetura Art Déco	37
4. A preservação do patrimônio arquitetônico	39
4.1 O despertar para a preservação do patrimônio cultural	39
4.2 As teorias de preservação	41
4.3 Cartas Patrimoniais	49
4.4 A conservação e restauro no Brasil	55
5. A cidade de Serrinha, Bahia.	58
5.1 A arquitetura de Serrinha.	60
5.1.1 A arquitetura Civil	66
5.1.2 Arquitetura Institucional	68
5.1.3 Arquitetura Religiosa	70
5.2 A participação popular na preservação do acervo edificado	74
6. Evolução do patrimônio arquitetônico em Serrinha	79
6.1 Antiga Igreja Matriz de Senhora Santana	83
6.2 Conjunto Ferroviário RFFSA – Estação Ferroviária de Serrinha, BA	91
6.3 Antiga prefeitura de Serrinha	104
6.4 Sobrado da Família Nogueira.	110
6.5 Casa Gonzaga Material de Construção	117
6.6 Antigo posto de Endemias do Município de Serrinha.	123
6.7 Residência Família Barcelar.	128
6.8 Colégio Estadual Rubem Nogueira.	133

6.9 Antigo Hotel da Companhia Férrea do Leste Brasileiro atual Hospital Ferreira Filho. _____	140
6.10 Antigo Casarão da família Pedreira de Freitas. _____	145
7. Considerações Finais. _____	150
8. Referências Bibliográficas _____	152
9. Anexos _____	155

A – Publicações no Instagram reivindicando cuidados com a primeira prefeitura de Serrinha, manifestação das pessoas cobrando os gestores. _____	155
Anexo B – Publicações no Facebook de pessoas rememorando lembranças e lamentando o descaso com as edificações de Serrinha. _____	156
Anexo C – Publicações no Facebook de pessoas comentando sobre o estado de conservação do sobrado da família Nogueira. _____	156

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Serrinha, situada na região sisaleira do interior da Bahia, completou 148 anos em 2024. Embora possua uma história longa e significativa, que remonta ao período de urbanização ocorrido no Brasil Império, influenciada por fortes elementos culturais, sua paisagem urbana atual caracteriza-se pela modernidade. Essa transformação, entretanto, resultou em um processo de supressão do passado, promovendo a destruição de monumentos e bens históricos e, conseqüentemente, a descaracterização de seu espaço urbano. Tal fenômeno é comum em muitas cidades do interior brasileiro, onde o patrimônio cultural material frequentemente é negligenciado, agravado pela ausência de políticas públicas voltadas à preservação, culminando na destruição ou descaracterização desses bens.

O embate entre a modernização e a preservação patrimonial frequentemente resulta na eliminação de elementos históricos. No caso de Serrinha, esse processo manifesta-se na destruição de grande parte das edificações dos séculos XIX e XX, elementos representativos de um importante período histórico do município. Apesar disso, inexistem um conjunto de políticas públicas eficazes que promovam a salvaguarda desses bens. A conservação das edificações históricas depende, em grande parte, da iniciativa privada, enquanto as poucas que permanecem sob domínio público encontram-se em precário estado de preservação. Esse apagamento da paisagem urbana não apenas compromete o patrimônio arquitetônico, mas também atinge as memórias coletivas da população local, que presencia a destruição de aspectos fundamentais da identidade serrinhense.

Modernização e Patrimônio Cultural

As concepções contemporâneas de modernização urbana, frequentemente associadas à substituição do antigo pelo novo, têm promovido, de forma acelerada, a destruição de bens culturais materiais. Esse processo é amplificado pela ausência de mecanismos de fiscalização e pela fragilidade das normativas legais, fatores que inviabilizam práticas consistentes de educação patrimonial. Uma solução viável seria adaptar os bens patrimoniais a novas funções que atendam às demandas da sociedade contemporânea, sem comprometer sua integridade histórica.

A preservação do patrimônio cultural não se restringe ao papel dos gestores públicos; trata-se de uma responsabilidade compartilhada com a sociedade. A promoção da educação patrimonial emerge, nesse contexto, como estratégia indispensável para fomentar a sensibilidade coletiva quanto à relevância desses bens na formação de identidades coletivas. A memória coletiva, constituída pelas interações dos indivíduos com o espaço urbano, evidencia a necessidade premente de preservar os centros históricos como forma de salvaguardar as narrativas históricas e a identidade cultural das populações.

A Relevância do Patrimônio Cultural

O termo "patrimônio", originado do latim *patrimonium*, é definido como um conjunto de bens herdados, transmitidos de geração em geração, reconhecidos por seu valor e importância, e que devem ser protegidos e preservados. Sob a ótica do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro abrange bens materiais e imateriais, individuais ou coletivos, tais como obras, edificações, manifestações artístico-culturais e modos de fazer, criar e viver. Como bens de interesse público, sua preservação é uma responsabilidade coletiva.

A conservação do patrimônio material transcende a preservação física do bem, envolvendo a manutenção de sua carga simbólica. Os centros históricos, por exemplo, funcionam como testemunhos vivos de histórias passadas, que vinculam o presente ao passado. No entanto, em muitas localidades, a negligência governamental e o conformismo social têm resultado na destruição de bens patrimoniais. Assim, torna-se imprescindível que a população reivindique sua preservação, reforçando a perspectiva de que esses bens não são propriedades individuais, mas elementos fundamentais do coletivo.

Justificativa e Objetivo do Trabalho

Diante desse cenário, o presente estudo busca promover a valorização do patrimônio cultural material do município de Serrinha, com vistas à sua preservação e à conscientização da sociedade local. Reconhecendo a impossibilidade de reconstruir integralmente a paisagem histórica perdida, propõe-se uma abordagem documental voltada à proteção dos bens remanescentes. Para tanto, foi elaborado

um inventário das edificações que possuem relevância histórica e social, destacando seu papel na evolução urbana do município e seu vínculo com a comunidade local.

O objetivo geral deste trabalho consiste na elaboração de um inventário arquitetônico das principais edificações históricas remanescentes de Serrinha, com base na análise das transformações ocorridas ao longo do tempo. Os objetivos específicos delineados incluem:

1. Realizar pesquisa bibliográfica acerca da teoria da preservação do patrimônio;
2. Investigar a evolução urbana e social do município de Serrinha;
3. Identificar os estilos arquitetônicos predominantes na formação do patrimônio local;
4. Mapear e documentar as edificações de interesse histórico.

Metodologia

A pesquisa fundamentou-se em amplo levantamento bibliográfico, com consulta a obras acadêmicas, documentos históricos e artigos científicos que abordam a teoria da conservação e restauro, bem como a relação das sociedades com os bens edificados e as implicações da Revolução Francesa para o patrimônio cultural. Para aprofundar o entendimento sobre a história de Serrinha, foram utilizados materiais do Museu em prol da Memória de Serrinha e outros acervos relacionados.

Além disso, relatos e registros fotográficos coletados em redes sociais contribuíram significativamente para a compreensão das experiências associadas aos bens patrimoniais, compensando limitações no acesso a fontes formais. Foram realizadas visitas às edificações remanescentes, com a obtenção de registros fotográficos e informações in loco. Embora algumas estruturas estivessem inacessíveis, esforços adicionais foram direcionados à pesquisa em fontes complementares para reconstituir sua história.

Considerações Iniciais

Dada a destruição significativa do centro histórico de Serrinha e os riscos que ameaçam os bens remanescentes, este trabalho busca documentar e valorizar

essas estruturas, fomentando a preservação do patrimônio cultural material. Espera-se que a iniciativa sensibilize gestores públicos e a sociedade para a relevância desses bens e promova a adoção de políticas de preservação mais eficazes.

2. Evolução da Consciência Patrimonial: Da Indiferença à Valorização Coletiva

Historicamente, a humanidade tem utilizado diversos recursos para registrar sua existência e suas realizações ao longo das eras. A preservação da memória de um povo resiste ao passar do tempo por meio da conservação de suas criações. Quando se trata de elementos culturais imateriais, como as crenças e simbologias de uma sociedade, a transmissão de conhecimentos – seja por via oral ou escrita – assegura a continuidade dessas tradições, desde que haja pessoas encarregadas de disseminar tais saberes. De forma similar, os bens culturais materiais desempenham um papel fundamental na preservação da história, carregando consigo as memórias de tempos passados. Todavia, esses bens também dependem de agentes dedicados à sua conservação e à transmissão de seu valor para as gerações futuras, sendo essenciais para a construção de uma identidade coletiva.

As concepções contemporâneas sobre a proteção do patrimônio arquitetônico, no entanto, são relativamente recentes. Elementos construídos antes do século XVIII, período marcado pela Revolução Francesa, foram afetados por inúmeras adversidades, em grande parte decorrentes da ausência de políticas que reconhecem tais bens como dignos de preservação. Consequentemente, apenas monumentos de grande porte e construídos com técnicas mais duradouras, como as Pirâmides de Gizé, o Panteão em Roma e a Pirâmide Maia de Uxmal, resistiram ao tempo. Apesar de apresentarem marcas de desgaste e avarias causadas por intempéries, essas edificações permanecem como testemunhos dos feitos humanos de épocas anteriores.

A história da humanidade é permeada por conflitos de variadas proporções, os quais frequentemente resultaram na destruição de importantes exemplares da arquitetura patrimonial. Um exemplo emblemático é o Parthenon, cuja destruição se intensificou durante o conflito entre turcos e otomanos. Durante esse período, o

edifício foi utilizado como depósito de pólvora, na equivocada suposição de que, por se tratar de um templo religioso, estaria a salvo de ataques. No entanto, o Parthenon foi atingido por disparos de canhões que comprometeram sua estrutura, deixando uma marca indelével na história, rememorada como um dos episódios mais dramáticos da preservação patrimonial, como descrito pela historiadora Mary Beard.

"Quanto ao próprio Partenon, tem sido fácil pintar os turcos como os agentes de sua destruição (afinal, foram eles que colocaram a pólvora lá, mesmo que os venezianos tenham disparado as balas de canhão). Mas, como veremos, a vida do edifício como uma mesquita turca é notável por sua continuidade com seu passado cristão e pagão."(BEARD, 2002, p. [68], tradução do autor).

A destruição do Parthenon serve como exemplo paradigmático de como a humanidade, ao longo de sua história, contribuiu para a destruição de importantes símbolos arquitetônicos. Entretanto, mesmo quando não resultantes de ações antropogênicas, muitos bens edificados foram perdidos ao longo do tempo, seja por negligência, destruição arbitrária ou eventos fortuitos. A questão central é que, por séculos, não houve um cuidado sistemático com a conservação do patrimônio construído pela humanidade. As primeiras concepções de preservação patrimonial surgiram a partir da necessidade de proteger e valorizar monumentos, obras de importância artística, cultural e histórica, ideais que começaram a se intensificar na Europa no final do século XVIII e ao longo do século XIX.

O evento histórico que mais contribuiu para a popularização desses ideais foi a Revolução Francesa, que, ao final do século XVIII, gerou pilhagens de obras-primas e a destruição de monumentos. Estes atos provocaram reações por parte de intelectuais e governantes, consolidando a noção de que determinados bens culturais pertencem à nação e devem ser preservados como parte da herança coletiva. Nesse contexto, após a Revolução Francesa, Napoleão Bonaparte estabeleceu a Comissão dos Monumentos, em 1790, uma das primeiras tentativas formais de catalogar e proteger o patrimônio cultural.

A Comissão dos Monumentos surgiu em um período de grandes transformações sociais e políticas, durante o qual muitos monumentos e obras de arte foram ameaçados por destruição ou saque, especialmente no tumultuoso período revolucionário. Além disso, a Revolução Francesa provocou mudanças

profundas nas estruturas sociais e políticas da França, e os símbolos do Antigo Regime tornaram-se alvos daqueles que buscavam romper com o passado. A criação da Comissão dos Monumentos veio da necessidade de proteger esses bens culturais, sendo responsável por documentar e salvaguardar parte do patrimônio da nação. Embora em escala limitada, a comissão também promoveu iniciativas de conservação e restauro, além de fomentar a educação patrimonial.

A Comissão dos Monumentos, assim, constituiu uma das primeiras tentativas formais de proteção do patrimônio cultural em âmbito nacional. Pode ser considerada precursora dos sistemas modernos de preservação, ao estabelecer as bases para a criação de políticas de conservação e para a fundação dos museus nacionais, segundo Jokilehto.

"Em outubro de 1790, a Comissão dos Monumentos, da qual o pintor Louis David era membro, recebeu a tarefa de cuidar das obras de arte e de preparar inventários. (7) Esta comissão dependia parcialmente dos comitês da Assembleia Nacional e parcialmente da municipalidade de Paris. Em 14 de outubro de 1791, foi criado o Comitê de Instrução Pública; parte de sua responsabilidade era a conservação de monumentos. (8) Em 1793, a Comissão dos Monumentos foi abolida, e uma nova Comissão das Artes foi formada, posteriormente chamada de Comissão Temporária das Artes. Sua tarefa era examinar e preparar um inventário de todos os objetos "úteis para a educação pública, pertencentes à Nação."(JOKILEHTO, 1986, p.115, tradução do autor).

No processo para a consolidação das diretrizes acerca da proteção patrimonial, surgem intelectuais debatendo maneiras de se lidar com os patrimônios edificados, dentre eles, nomes como John Ruskin, na Inglaterra, e Eugène Viollet-le-Duc, na França, começam a influenciar os pensamentos sobre restauração e preservação, Ruskin apontando a importância da Preservação dos edifícios históricos em sua forma original, sem alterações, de maneira que as marcas do tempo também são elementos constituintes dos monumentos, dito isso, igualmente relevantes a identidade do mesmo, em contrapartida, Viollet-le-Duc apresenta a abordagem associada à restauração dos bens históricos edificados, propondo uma restauração idealizada que reflita a visão original de seu criador, mesmo que seja uma intervenção que divirja com a original, mas que capte sua essência. Devido aos debates sobre o patrimônio, a conservação patrimonial pode ser abordada de diferentes maneiras, dependendo dos princípios e objetivos que orientarão as

intervenções em bens culturais históricos, sendo classificadas principalmente como conservação crítica e a conservação científica; a conservação crítica é uma abordagem mais contextual que considera os valores históricos, estéticos e culturais de um bem através de uma avaliação cuidadosa, e considera o patrimônio como um documento histórico, no qual cada intervenção deve ser justificada tecnicamente, mas também através de seu significado cultural e a interpretação histórica do objeto ou do edifício, respeitando todas as camadas históricas presente, além de promover uma política de mínima intervenção, que respeite a autenticidade do material histórico do bem, enquanto que a conservação científica empenha-se em métodos e técnicas mais rigorosas, e concentra-se na preservação material do patrimônio para identificar a causa de deterioração e para desenvolver intervenções que assegurem a estabilidade física e a longevidade dos bens culturais. Enquanto a conservação crítica concentra-se nos aspectos históricos e culturais, buscando preservar a autenticidade e a estratificação histórica, a conservação científica se empenha na conservação física e material.

As teorias acerca da conservação e restauro de patrimônio arquitetônico apresenta leituras variadas diante de diversos fatores determinantes, seja o recorte histórico referido, aos teóricos que vinculam-se com estudo patrimonial, dentre outras variantes, mas que discorrem principalmente nos tópicos tangentes ao valor mnemônico de bens históricos móveis e imóveis e a importância desses exemplares como símbolos representativos da passagem humana pelo mundo, sendo registros importantes que remontam a história. Os estudos de patrimônio são orientados principalmente de acordo com a conceituação de dois termos que norteiam tanto a teoria quanto a ciência do mesmo, refere-se às questões abrangentes sobre a conservação e restauro, temas essas que derivam dos interesses de proteção ao patrimônio, mas divergem em grande parte devido a abordagem, técnicas e pensamentos associados aos conceitos e que muitas vezes dividem opiniões entre os teóricos que estudam os bens históricos materiais.

“Mas aqui não se discorre sobre conservação, que aliás é obrigação de todo governo civil, de toda província, de toda comuna, de toda sociedade, de todo homem não ignorante e não vil, providenciar que as velhas e belas obras do engenho humano sejam longamente conservadas para a admiração do mundo. Mas, uma coisa é conservar, outra é restaurar, ou melhor, com muita frequência uma é o contrário da outra; e o meu discurso

é dirigido não aos conservadores, homens necessários e beneméritos, mas, sim, aos restauradores, homens quase sempre supérfluos e perigosos.” (BOITO, Camillo,2003).

Apesar da relação dos termos com o tema geral de salvaguarda patrimonial, Conservação e Restauração divergem muitas vezes em suas técnicas científicas de atuações práticas e nas linhas ideológicas dos teóricos; a conservação e o restauro do patrimônio arquitetônico histórico é uma prática que em geral objetiva a reparação ou a intervenção preventiva dos bens edificados históricos que na maioria das vezes possuem significância histórica e valor cultural, artístico, e por vezes relacionam-se à questões de importância mnemônica como elementos formadores de uma identidade coletiva. Por definição, de acordo com o novo dicionário da Língua Portuguesa, a Restauração é um conjunto de atividades que objetivam restabelecer danos decorrentes do tempo em um bem imóvel ou móvel, e objetiva o resgate de bens históricos a um estado anterior que apresenta elementos que reforçam sua importância histórico-cultural, executada de maneira a respeitar o valor histórico e artístico da obra.

“Uma obra de arte, não importa quão antiga e clássica, é realmente, e não apenas de modo potencial, uma obra de arte quando vive em experiências individualizadas. Como um pedaço de pergaminho, de mármore, de tela, ela permanece (sujeita, porém, às devastações do tempo) idêntica a si mesma através dos anos. Mas como obra de arte, é recriada todas as vezes que é experimentada esteticamente.” (Cesare Brandi, 2002).

Ainda no campo de estudo da preservação patrimonial há a conservação que objetiva preservar o bem histórico de maneira a manter as marcas consequentes das intempéries que registram a passagem do tempo, Gustavo Giovannoni foi um dos pioneiros no desenvolvimento de abordagens modernas para a conservação do patrimônio histórico na Itália, e já defendia a importância da conservação preventiva na manutenção do patrimônio arquitetônico e urbano, e essa linha ideológica seguiu apoiada por grandes nomes da como John Ruskin, que é um grande defensor da conservação, e aponta a Restauração de edifícios como uma agressão à simbologia do bem, o que dialoga com o conceito de falso histórico, que pode comprometer a autenticidade do patrimônio, a partir do momento em que as intervenções

preservativas descaracterizam o objeto a ser preservado. Todavia, as interpretações acerca da preservação de edificações históricas através de intervenções divergem concepções devido às questões relacionadas a autenticidade e a responsabilidade com a temporalidade do bem em questão.

Os registros históricos do desenvolvimento do Brasil emerge em traços culturais, sociais e moldaram a paisagem urbana através, principalmente, de influências do período colonial sobre o território as quais foram determinantes para a consolidação das concepções sociais e culturais hoje existentes, de modo que a construção do Estado Brasileiro apresenta diretrizes basilares associadas ao técnicas estilísticas arquitetônicas do português em seu período de colonização na América do Sul, no século XVI. O colonialismo português fora deveras destrutivo em distintas instâncias, ao promover a colonização associado ao extermínio cultural e sistemático dos povos nativos, como relatado nos romances clássicos da literatura brasileira.

“Quando os brancos, os intrusos no paraíso, deram com os seus costados nestas paragens ignotas, não sabiam eles que existiam há 15 ou 20 mil anos e que eram mais de 5 milhões, dos quais pouco ou nada iria restar para contar a história.

Como os índios não dominavam a escrita, seu destino sobre a terra esfumou-se em lendas. Se sabemos algumas coisas a respeito deles, é graças aos relatos daqueles mesmos brancos, quase sempre delirantes, pautados pelo exagero e eivados de suspeição, num desvario tresloucado de que não está imune o narrador que vos fala.” (Antônio Torres, 2000).

A colonização portuguesa exerceu uma influência profunda e duradoura tanto na cultura quanto na configuração urbana de Portugal e do Brasil, resultando em um legado que persiste até os dias atuais. Este estudo propõe-se a realizar uma análise detalhada dos impactos dessa presença colonial, com ênfase nas consequências socioculturais e urbanísticas manifestadas em ambos os países. A chegada dos portugueses implicou na imposição de uma nova ordem social, que provocou efeitos devastadores sobre as culturas locais pré-existentes. A dominação colonial não apenas reprimiu as expressões culturais dos povos nativos, mas também instaurou uma dinâmica predatória que desvalorizou e marginalizou as tradições locais em benefício da cultura dominante. Esse processo de assimilação cultural, conduzido de maneira predatória, resultou em uma perda significativa da identidade dos povos subjugados.

No Brasil, a influência colonial portuguesa foi igualmente marcante, moldando as bases da sociedade e da cultura nacional. A colonização exploratória empreendida pelos portugueses deixou como legado profundas desigualdades sociais e econômicas, que se refletiram na estruturação da sociedade brasileira. Contudo, ao longo do tempo, começou a emergir uma identidade nacional autêntica, à medida que o país se distanciava das influências eurocêntricas e consolidava sua própria cultura. Esse processo, embora complexo e multifacetado, foi essencial para a construção de uma identidade nacional brasileira singular, que integra elementos diversos e reflete a rica diversidade cultural do país. A preservação do patrimônio histórico e cultural desempenha um papel crucial na manutenção da identidade coletiva de uma sociedade. Segundo as teorias de Alois Riegl, os elementos do passado são fundamentais como elementos mnemônicos de identidade, possuindo valor histórico e cultural significativo. Nesse sentido, a arquitetura brasileira constitui um importante registro dessa evolução cultural, incorporando influências de diversos movimentos arquitetônicos, desde o neoclassicismo até o art déco e o neogótico.

O processo de urbanização e desenvolvimento das cidades brasileiras, contudo, nem sempre tem favorecido a preservação do patrimônio histórico edificado. A carência de políticas públicas eficazes para a proteção desses bens culturais frequentemente culmina na destruição arbitrária de edificações de significativo valor histórico. Tal problemática se revela ainda mais aguda em cidades do interior, onde a escassez de recursos e o desinteresse pela preservação do patrimônio histórico podem resultar na descaracterização dos centros urbanos históricos e, conseqüentemente, no apagamento da memória coletiva e da identidade cultural local. A preservação do patrimônio edificado transcende a mera questão estética, configurando-se, antes, como uma prática essencial para a salvaguarda da memória coletiva e da identidade cultural de uma nação. Conforme sublinhado por John Ruskin, a arquitetura desempenha um papel vital na rememoração e na preservação da história. Portanto, é imperativo que sejam implementadas políticas públicas eficazes de proteção ao patrimônio edificado, de modo a assegurar que as gerações futuras possam apreciar, valorizar e aprender com o legado cultural deixado por seus antecessores.

Diante da complexidade e das diversas abordagens teóricas que permeiam o campo da conservação do patrimônio arquitetônico, este trabalho tem como objetivo fornecer uma análise aprofundada e crítica das práticas de preservação e restauração. Ao explorar as contribuições dos principais teóricos e as diferentes escolas de pensamento, como a conservação crítica e a conservação científica, busca-se não apenas traçar a evolução histórica dessas práticas, mas também compreender as suas implicações para a preservação da identidade cultural e da memória coletiva. No contexto de um mundo em constante transformação, onde o patrimônio edificado frequentemente se encontra sob ameaça, seja por causas naturais, conflitos ou intervenções humanas, a necessidade de uma abordagem integrada e informada torna-se cada vez mais evidente. Este estudo propõe-se a discutir como as teorias de preservação podem ser aplicadas de forma eficaz, respeitando tanto a materialidade quanto a imaterialidade dos bens culturais. Será analisada a relevância das intervenções de conservação e restauração na manutenção da autenticidade e integridade dos edifícios históricos, levando em conta o impacto das técnicas modernas e a importância da documentação precisa e detalhada de cada etapa do processo. Além disso, será explorado como as políticas públicas e os marcos legais influenciam as práticas de preservação, especialmente em contextos urbanos, onde as pressões do desenvolvimento econômico e social frequentemente entram em conflito com os objetivos de preservação.

Ao longo deste trabalho, serão abordadas questões como o papel do restaurador como mediador entre o passado e o presente, a ética nas intervenções de conservação, e os desafios de equilibrar a preservação material com a necessidade de adaptar os edifícios históricos a novas funções e usos contemporâneos. Através de estudos de caso e exemplos concretos, pretende-se ilustrar as diferentes abordagens teóricas e suas aplicações práticas, oferecendo uma visão abrangente e crítica do campo da conservação do patrimônio arquitetônico. Finalmente, este estudo busca contribuir para o debate acadêmico sobre a preservação do patrimônio cultural, fornecendo uma base teórica sólida que possa orientar futuras pesquisas e práticas no campo. Ao adotar uma perspectiva interdisciplinar, que engloba história, arquitetura, arqueologia, ciência dos materiais e teoria da arte, espera-se não apenas entender melhor o passado, mas também

delinear estratégias eficazes para a proteção e valorização do patrimônio arquitetônico no futuro.

3. A arquitetura no Brasil império

A chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 representou um marco histórico de profunda influência na arquitetura e no urbanismo do país. Tal evento desencadeou uma série de transformações significativas na paisagem urbana brasileira. Com a abertura dos portos às nações amigas, houve um incremento substancial no comércio e na atividade econômica, resultando em um notável crescimento urbano, particularmente nas cidades de maior destaque, como Rio de Janeiro e Salvador. Esse crescimento impulsionou a construção de novos edifícios comerciais, residenciais e governamentais para atender à crescente demanda, diante deste crescimento expressivo populacional nas metrópoles, houve um desenvolvimento urbano sem planejamento em cidades que não comportavam o grande contingente populacional, mas precisou se adequar às novas necessidades de maneira acelerada, o que resultou em diversas crises futuras no planejamento urbano, na saúde pública e na mobilidade, mas foi um momento relevante na revolução urbana e nos métodos construtivos do período.

Principais divergências entre interesses sociais e políticos foram registrados no Rio de Janeiro, até então a capital do Brasil, que colapsara diante de uma explosão demográfica e a ausência de planejamentos urbanos que suprissem as necessidades daquele período, e deste modo, a cidade crescera de forma desordenada, caracterizada pela formação de grandes cortiços, como visto na Figura 01, e que culminaram no movimento “Bota abaixo”, programa de reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906.

Figura 01: Alargamento da Rua da Carioca, 1905



Fonte: MULTIRIO, 2024 (Crédito: Augusto Malta)

A transferência da corte portuguesa para o Brasil também trouxe consigo a fundação de importantes instituições e a implementação de projetos de modernização urbana. A presença da família real estimulou a introdução de ideias e estilos arquitetônicos europeus, notadamente do Neoclassicismo, que se refletiu na construção de edifícios públicos e na organização do espaço urbano, caracterizado por praças e avenidas regulares. Além disso, foram realizadas obras de embelezamento urbano, incluindo a criação de jardins, parques e monumentos, que contribuíram para a melhoria do aspecto visual das cidades.

3.1 A arquitetura neoclássica

A arquitetura neoclássica no Brasil nos séculos XVIII e XIX reflete uma importante transição estilística e cultural, marcada pela influência das ideias iluministas e pelo contexto histórico da Independência e do Império brasileiro. Este movimento arquitetônico, que teve suas raízes na redescoberta e reinterpretação dos princípios arquitetônicos da Grécia e Roma antigas, encontrou solo fértil no Brasil colonial e imperial, onde foi adotado como uma expressão de modernidade e nacionalismo. O neoclassicismo, como estilo arquitetônico, buscava evocar uma

sensação de ordem, racionalidade e simplicidade, em contraste com os excessos ornamentais do Barroco e do Rococó. Inspirando-se nos ideais democráticos e republicanos da Antiguidade Clássica, os arquitetos neoclássicos no Brasil buscavam criar edifícios públicos e monumentos que refletissem esses valores, ao mesmo tempo em que afirmavam o status e poder da elite governante. Em 1816, ainda durante o período em que a Família Real esteve no Brasil, chegou um grupo de artistas francesas ao Rio de Janeiro, com o objetivo de disseminar as artes plásticas na capital do Brasil, essa movimentação ficou conhecida como “a missão artística francesa no Brasil” e fora determinante para a implementação de diversos movimentos artísticos que influenciariam o processo de criação por todo o território brasileiro. Durante o período em questão, houve a implantação do estilo arquitetônico neoclássico, e o principal responsável por esse ocorrido foi o arquiteto Grandjean de Montigny. O arquiteto Auguste-Henry Victor Grandjean de Montigny (1776 – 1850) desempenhou importante papel na introdução e disseminação de novos paradigmas artísticos e arquitetônicos no Brasil, com ênfase ao neoclassicismo, no contexto da Missão Artística Francesa de 1816, que contou com grandes artistas da época, como os pintores Jean-Baptiste Debret (1768 – 1848) e Nicolas Antoine Taunay (1755 – 1830), e o escultor Auguste Marie Taunay (1768 – 1824, estavam sob a coordenação do administrador e político Joachim Lebreton (1760-1819), com o objetivo de modernizar o país e enriquecer o cenário cultural e educacional no Brasil, de acordo com as tendências sociais europeias. O legado arquitetônico e urbanístico desse período é evidente até os dias atuais. Muitos dos edifícios e espaços urbanos construídos durante a presença da família real portuguesa no Brasil continuam a ser preservados e valorizados como testemunhos tangíveis da história e da identidade nacional brasileira. Esses monumentos e edifícios históricos, além de constituírem parte essencial do patrimônio arquitetônico e cultural do país, representam um registro material das transformações e influências que marcaram o período da chegada da corte ao Brasil.

O período imperial no Brasil, compreendido entre 1822 e 1889, foi caracterizado por profundas transformações políticas, sociais e culturais, que se refletiram de maneira significativa na arquitetura. uma nova forma de afirmação nacional iniciou após a proclamação da república em 1822, no qual a arquitetura

desempenhou um papel crucial no desenvolvimento de uma identidade do jovem país, esse movimento foi fortemente influenciado por correntes estéticas europeias, com ênfase no neoclassicismo, que moldou a paisagem urbana nas principais cidades brasileiras, além de registrar um duradouro histórico na arquitetura nacional.

No Brasil império, a arquitetura exercida no país sofreu a influência direta das tendências europeias, com destaque para o neoclassicismo, estilo predominante no cenário arquitetônico do período, que influenciou grande parte das construções durante o século XIX, mas conforme adequou-se às necessidades geográficas e sociais do Brasil, mescla-se com outras técnicas construtivas, e, mesmo sendo categorizado como neoclássico, é referido em estudos como o surgimento de um novo estilo derivado do supracitado, mas que possui identidade e características próprias, de acordo com Souza.

“[...]Geralmente, essa arquitetura tem sido vista como uma ramificação do neoclassicismo europeu e, como tal, tem sido denominada neoclássica - o que constitui um equívoco. É verdade que se construíram no- Brasil sobretudo durante o período 1810-1830. alguns raros edifícios alinhados ao neoclassicismo europeu (como a sede da Associação Comercial baiana. em Salvador), como é verdade. também. que projetos neoclássicos nunca executados foram desenhados no Rio de Janeiro pelo arquiteto emigrado francês Grandjean de Montigny. Mas aquela arquitetura classicista de linguagem própria e mais ou menos homogênea que se espalhou pelas principais cidades do Império após tal período e durante meio século, essa não pode ser classificada como neoclássica. Ela constituiu uma manifestação classicista diferente e de caráter brasileiro que merece uma denominação disjunta e mal apropriada e que deve ser separada das escassas experiências neoclássicas verificadas no país [...]” (SOUZA, 1951. Pg. 06)

O neoclassicismo emerge no país como expressão do desejo da elite governante de replicar no território nacional, as principais correntes culturais europeias, especialmente da França. Esse estilo arquitetônico é caracterizado por linhas simples e amplamente utilizadas em edificações públicas, religiosas e residenciais, atribuindo um ar de modernidade e sofisticação às cidades brasileiras,

e nesse período foram edificadas grandes símbolos do neoclassicismo, no Brasil, como a sede da associação comercial baiana, em Salvador, ilustrado na Figura 02.

Figura 02: Sede da associação comercial baiana, em Salvador. 1817.



Fonte: Acervo fotográfico da Associação comercial da Bahia (Fotógrafo: Tito Garcez)

Durante o século XVIII, a arquitetura neoclássica no Brasil começou a ganhar destaque, especialmente com a vinda da Missão Artística Francesa em 1816, que trouxe consigo os princípios e técnicas do neoclassicismo europeu. O Rio de Janeiro, então capital do Império Português e, posteriormente, do Império do Brasil, tornou-se um importante centro de desenvolvimento arquitetônico neoclássico, com a construção de edifícios públicos e monumentos que buscavam emular a grandiosidade e a sobriedade da arquitetura clássica.

No século XIX, com a Independência do Brasil e a consolidação do Império, a arquitetura neoclássica continuou a florescer, agora como uma expressão do nacionalismo e identidade brasileira. Edifícios como o Palácio Imperial de São Cristóvão (atual Museu Nacional) e o Teatro Amazonas em Manaus são exemplos emblemáticos dessa tendência, incorporando elementos arquitetônicos clássicos em um contexto brasileiro.

No entanto, vale ressaltar que a arquitetura neoclássica no Brasil não era uma mera imitação dos modelos europeus, mas sim uma adaptação criativa e

contextualizada desses princípios. Muitas vezes, os arquitetos brasileiros incorporaram elementos locais e materiais nativos em seus projetos, criando uma síntese única entre o clássico e o vernacular. E de maneira distinta de muitos debates, o pesquisador, Alberto Souza, realiza pesquisas na área patrimonial buscando promover um reexame da arquitetura neoclássica, de maneira a defender que a estética da arquitetura desenvolvida, principalmente no Recife, que viria a influenciar grande parte do território brasileiro, segundo o mesmo, até mais que o Rio de Janeiro, até então a capital do país, distingue-se do neoclássico comum, e através das inovações, promove o desenvolvimento de uma outra linha estética, que apesar de derivada do neoclassicismo, é um dos primeiros movimentos identitários da arquitetura brasileira, também fruto de uma somatória de conhecimentos e do processo da miscigenação.

“As distorções prosseguem no que diz respeito às origens do nosso classicismo arquitetônico imperial difundiu-se a ideia que ele originou-se da obra e dos ensinamentos de Grandjean de Montigny. que seria não só o pai do estilo mas também o seu maior arquiteto. Por outro lado. estabeleceu-se. também, que no âmbito particular do Recife. um outro francês. o engenheiro Louis Vauthier. foi quem ensinou os brasileiros a fazer arquitetura classicista e quem projetou os melhores edifícios nessa linguagem. Entretanto, uma análise mais aprofundada dos fatos mostra que essas visões são incorretas. Esses dois franceses prestaram inegavelmente uma importante contribuição ao nosso classicismo Imperial, mas o papel atribuído a eles tem sido bastante exagerado. como se depreenderá da argumentação a ser apresentada no segundo capítulo.” (SOUZA, 1951. Arquitetura Neoclássica no Brasil: reexame. Pg. 08).

Embora o neoclassicismo tenha predominado durante grande parte do período imperial, muito devido à influência do legado arquitetônico colonial, a arquitetura no Brasil continuou a se inspirar fortemente nas características culturais e estilísticas europeias. A evolução arquitetônica no país, apesar de algumas limitações técnicas e do desenvolvimento tardio em comparação com a Europa, seguiu um caminho semelhante ao registrado no Velho Continente.

Com o avanço do século XIX e o início do século XX, o ecletismo começou a ganhar força no Brasil, refletindo a diversidade de estilos arquitetônicos europeus

que coexistiam e se misturavam. Esse movimento foi impulsionado pela crescente urbanização e pelo desejo das elites brasileiras de expressarem modernidade e sofisticação através de construções que incorporam múltiplos estilos, desde o neogótico até o neorrenascentista, adaptando essas influências ao contexto local.

A popularização do ecletismo foi marcada pela construção de edifícios emblemáticos em grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde arquitetos passaram a combinar elementos clássicos, barrocos e renascentistas, criando uma linguagem arquitetônica única e adaptada às especificidades brasileiras. Esse processo, ainda que tenha ocorrido de forma tardia em relação à Europa, contribuiu significativamente para a diversificação do panorama arquitetônico nacional, deixando um legado duradouro que pode ser observado em inúmeras edificações históricas presentes no país.

Em suma, a arquitetura neoclássica no Brasil nos séculos XVIII e XIX foi uma expressão da busca por identidade nacional e modernidade, refletindo os ideais políticos, sociais e culturais da época. Ela deixou um legado duradouro na paisagem urbana brasileira, contribuindo para a construção da identidade arquitetônica do país.

3.2 A arquitetura Eclética no Brasil.

A arquitetura eclética é caracterizada pela livre combinação de elementos de diferentes estilos arquitetônicos em um único bem edificado, refletindo uma abordagem pluralista e eclética em relação ao design e à ornamentação. No entanto, durante os séculos XVIII e XIX, o Brasil passou por uma fase marcada pela predominância do Barroco e, posteriormente, do Neoclassicismo na arquitetura. O Barroco, com suas formas elaboradas e ornamentação exuberante, foi amplamente utilizado em igrejas, edifícios públicos e residências durante o período colonial. Por sua vez, o Neoclassicismo, inspirado nos princípios da arquitetura clássica grega e romana, tornou-se predominante no contexto do Império brasileiro, especialmente a partir do século XIX.

Portanto, a arquitetura eclética no Brasil começou a emergir apenas no final do século XIX, como uma resposta ao historicismo e à busca por uma identidade arquitetônica nacional. Nesse período, arquitetos e construtores começaram a

experimentar com uma variedade de estilos, combinando elementos do Neoclassicismo, do Barroco, do Renascimento, entre outros, em uma abordagem eclética que refletia a diversidade cultural e histórica do país. Assim, a arquitetura eclética no Brasil se manifestou através da criação de edifícios públicos, comerciais e residenciais que incorporaram elementos de diferentes estilos arquitetônicos, criando uma estética híbrida e multifacetada que buscava representar a complexidade da sociedade brasileira da época. Essa abordagem eclética deixou um legado marcante na paisagem urbana brasileira, com edifícios notáveis que combinam características de diferentes estilos arquitetônicos em uma única obra, com muitos ornatos e volumetrias rica em detalhes, como pode ser observado no teatro municipal de São Paulo de 1911, figura 03, grande exemplo da arquitetura eclética disseminada no século XX aqui no Brasil sob forte influência das tendências europeias, evidenciada nas semelhanças do teatro com a Ópera Garnier, Figura 04.

Figura 03: Teatro municipal de São Paulo, 1911.



Fonte: Wikipedia (Fotógrafo: Wilfredor)

Figura 04: Ópera Garnier. França, 1961.



Fonte: Wikipedia (Fotógrafo: Peter Rivera)

Para uma maior compreensão do que foi o ecletismo no Brasil, é necessário compreender o contexto histórico no qual esse movimento emerge. Os séculos XVIII e XIX foram marcados pela predominância de outros estilos arquitetônicos, já citados anteriormente, mas principalmente o Barroco, com suas exuberâncias e ornamentação em demasia, e pelo Neoclassicismo, inspirado nos cânones da antiguidade clássica. O primeiro introduzido pelos jesuítas, e mais significativo em

igrejas, conventos e edifícios públicos, moldando o cenário urbano das principais cidades coloniais, enquanto que o neoclassicismo buscava a ordem através da razão, e popularizou-se no período imperial, de maneira a expressar o poder e a grandeza do Estado.

Diante desse cenário, o Eclétismo surge como uma reação ao academicismo e à rigidez dos estilos que o precederam. A busca por uma identidade arquitetônica nacional, e o desenvolvimento de uma identidade coletiva, junto à influência de movimentos artísticos europeus, podendo o Historicismo ser considerado neste tópico, o experimentalismo e a mistura de elementos de distintas épocas e culturas foram impulsionados. Características como a Pluralidade estilística e o historicismo foram fortemente disseminados neste momento da história, de maneira que o primeiro foi a principal diretriz do eclétismo, e associa-se à liberdade na escolha e combinações de elementos, se manifesta através do uso de elementos clássicos como as colunatas, arcos góticos e detalhes renascentistas e barrocos compunham uma mesma composição de uma única fachada; enquanto que o historicismo fora fundamental na busca de referências em estilos passados para o desenvolvimento do eclétismo, e permite que bens edificados expressem a tradição e a cultura.

O eclétismo também foi utilizado como uma maneira de construção de uma identidade nacional coletiva, através da busca de elementos da arquitetura brasileira colonial e indígena para criar uma estética única, como maneira também de promover a minimização da dependência do eurocentrismo nas tendências estéticas da arquitetura, além de poder também refletir a diversidade social e cultural no país, a se considerar um país miscigenado com distintas necessidades, e condicionantes climáticos diversos, edifícios públicos, residências de elite e construções populares apresentava características ecléticas, adaptando-se às necessidades e as preferências de diferentes grupos sociais.

A popularização desse movimento arquitetônico disseminou-se pelo território nacional de maneira a deixar um legado significativo na paisagem urbana brasileira. Edifícios ecléticos podem ser encontrados em diversas cidades, desde as grandes metrópoles, como em pequenos municípios interioranos, e essa diversidade estilística contribuiu para a riqueza e a complexidade do patrimônio arquitetônico

brasileiro, como o sobrado da Família Nogueira, na figura 09, que é um dos grandes símbolos da arquitetura eclética na cidade de Serrinha.

Figura 05: Sobrado da Família Nogueira, 1948.



Fonte: Museu Pró-memória de Serrinha.

A arquitetura eclética representa um momento de transição e experimentação na história da arquitetura brasileira. Ao combinar elementos de estilos e épocas distintas, os arquitetos ecléticos projetaram edifícios únicos e originais, que refletem a complexidade e a diversidade da sociedade brasileira. O ecletismo deixou um importante legado, e contribuiu para a formação da identidade arquitetônica e cultural coletiva do país.

3.3. Arquitetura Art Déco

O Art Déco, movimento artístico e arquitetônico que floresceu nas primeiras décadas do século XX, deixou um legado marcante no cenário urbano brasileiro. Caracterizado, principalmente, por linhas geométricas, materiais nobres e uma estética que combinava modernidade e tradição, o Art Déco moldou a paisagem de

diversas cidades brasileiras, especialmente grandes centros urbanos, e promoveu duradoura influência no patrimônio cultural do país.

A arquitetura Art Déco apresenta muitas características que a distinguem. A geometrização e a simetria são características muito marcantes do estilo, de maneira a serem facilmente identificadas, através do predomínio de formas geométricas simples e puras, como retângulo, círculos e triângulos, e através da busca por um equilíbrio visual através da repetição de elementos e da organização simétrica das fachadas.

Figura 06: Edifício da Central do Brasil.



Fonte: Acervo fotográfico RIOMEMÓRIAS

O Art Déco caracteriza-se não apenas por questões estéticas, as características presentes na simbologia do movimento artístico manifestam-se também através do uso de materiais nobres, como mármore, granito, aço inoxidável e vidro, que conferem às edificações um aspecto sofisticado e moderno, além de apresentar ornamentações mais simplificadas e estilizadas, quando comparado a estilos anteriores, como o ecletismo e o Art Nouveau. Esse movimento popularizou-se rapidamente, e no Brasil foi difundido de maneira a incorporar elementos da cultura nacional, e adaptações às especificidades de cada região. A influência do Art Déco também se fez sentir na arquitetura residencial Brasileira, com a construção de casas e mansões que apresentavam suas fachadas simples e geométricas, com linhas retas e elementos decorativos como frisos e relevos, além

de interiores espaçosos e bem iluminados, com grandes janelas e ambientes integrados, com o uso de materiais nobres, como mármore e também madeiras exóticas.

Esse movimento artístico surge no Brasil em um contexto de grande desenvolvimento urbano e industrialização, e reflete a busca por uma identidade nacional, caracterizada pela modernização do país. O estilo era associado ao progresso, à riqueza e ao requinte, e representava o bom gosto da época, através de suas construções que se tornaram símbolos de status social de seus proprietários. Dessa maneira, o Art Déco deixou um legado duradouro na arquitetura brasileira contribuindo para a formação do patrimônio cultural e histórico do país. Seus edifícios são admirados por sua beleza, originalidade e valor histórico, e continuam a inspirar arquitetos e designers contemporâneos.

A arquitetura Art Déco no Brasil foi um movimento vibrante e inovador que deixou uma marca indelével na paisagem urbana brasileira. Através do experimentalismo, e ao combinar elementos tradicionais com o modernismo, esse movimento contribuiu para a construção de uma identidade arquitetônica nacional, que ainda inspira a contemporaneidade.

4. A preservação do patrimônio arquitetônico

A preservação do patrimônio arquitetônico reflete a valorização da memória e da identidade coletiva das sociedades, mas sua importância foi reconhecida de forma mais sistemática apenas a partir do século XVIII, com o Romantismo e o Historicismo. Antes disso, predominava uma visão cíclica em que construções do passado eram frequentemente destruídas para dar lugar ao novo. A arquitetura, no entanto, não é apenas materialidade; ela carrega valores históricos e simbólicos, sendo expressão da cultura e da consciência de uma sociedade, como destaca Le Corbusier. Preservá-la é garantir o testemunho do passado e a inspiração para o futuro.

4.1 O despertar para a preservação do patrimônio cultural

A preservação do patrimônio cultural é um processo histórico e teórico complexo que envolve diversos fatores que refletem o desenvolvimento de uma consciência coletiva sobre a importância dos bens culturais ao longo do tempo. A Revolução Francesa, com seus excessos de destruição, atendeu a função de algo análogo a um catalisador para a valorização dos bens culturais como um legado pertencente ao coletivo, contudo, a complexibilidade da trajetória que culminou na consolidação dos princípios da preservação e do patrimônio, é complexa, e associa-se a diversos fatores históricos, sociais e culturais.

A Revolução Francesa foi o palco para o nascer da Consciência Patrimonial, alguns fatores foram determinantes para o desenvolvimento dessa ideologia. Pode-se inferir que a pilhagem e a destruição de bens culturais durante os conflitos, apesar de trágica, paradoxalmente, despertaram uma consciência acerca da importância desses bens para a identidade nacional, e essa comoção promoveu a movimentação de intelectuais e políticos que manifestaram-se através da fundação da Comissão dos Monumentos em 1790 que foi um marco fundamental, pois institucionalizou a proteção do patrimônio cultural e estabeleceu as bases para as futuras ações de preservação, reforçados pelas ideologias nacionalistas que valorizavam a unidade do Estado, e contribuíram para a valorização do patrimônio como elementos unificadores da nação.

Já no século XIX surgiram ideais que corroboraram para a consolidação das ideias de preservação. O romantismo emerge com a valorização do passado e da tradição, reforçando o interesse pela preservação de monumentos históricos, e associado ao historicismo, que por sua vez, buscava a autenticidade e a originalidade dos edifícios houve forte influência nas práticas de restauração. Diante do interesse de preservar a memória através da conservação de bens materiais, intelectuais do período manifestam posicionamentos acerca das diretrizes cabíveis as ações de intervenção patrimonial, John Ruskin e Viollet-Le-Duc foram grandes pensadores que representavam distintas percepções associadas ao restauro, o primeiro defendia os princípios de intervenção mínima, e a busca pela preservação da autenticidade do edifício, já Viollet-Le-Duc acreditava na necessidade de buscar a

completude dos monumentos, de maneira que a restauração ocorresse de modo que atendessem às necessidades do presente.

Novas perspectivas promovidas derivadas da arquitetura moderna, no século XX, há a valorização da funcionalidade e da inovação, que desafiaram os princípios da preservação tradicional, contudo, após a segunda metade do século, houve uma crescente preocupação com a preservação do patrimônio moderno, que se manifestou como relevante movimento arquitetônico, o fortalecimento das concepções de preservação patrimonial culminou na Convenção de Veneza, em 1964, a Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza) estabeleceu princípios fundamentais para a conservação do patrimônio cultural, enfatizando a autenticidade e a integridade dos bens. Ainda no período referido, há a ampliação do conceito de patrimônio cultural, de maneira que passa a abranger, não apenas os bens materiais, mas também os imateriais, como as tradições, saberes e práticas culturais.

O patrimônio cultural relaciona-se com a identidade nacional através da construção simbólica, na qual o mesmo assume uma função de referencial para a construção da identidade nacional, proporcionando um sentimento de pertencimento e continuidade histórica, além de ser um bem edificado que pode ser instrumentalizado para fins políticos, seja para fortalecer a unidade nacional, ou legitimar determinados grupos sociais ou regimes, mas sempre origina simbologias associadas a questões identitárias de um coletivo. Contudo, em sociedades complexas, o patrimônio pode ser objeto de disputas ou conflitos, de maneira a simbolizar elementos disruptivos para distintos grupos étnicos, religiosos ou sociais.

Os principais desafios associados a preservação do patrimônio em um mundo globalizado tangenciam questões relativas a globalização e a homogeneização cultural, que compromete a diversidade cultural, através da padronização de padrões estéticos, colocando em risco a autenticidade do patrimônio local. Somado a expansão do turismo de massas, que pode gerar impactos negativos sobre o patrimônio, e a ocorrência de desastres naturais ou conflitos armados que promovem a degradação de monumentos, em diferentes escalas, podendo causar danos irreparáveis, além de comprometer a autenticidade dos monumentos.

Com o objetivo de promover a salvaguarda do patrimônio cultural, é de fundamental importância a educação patrimonial, essa que objetiva despertar a consciência da importância do patrimônio cultural para a sociedade. A educação patrimonial contribui com a formação de cidadãos mais críticos e engajados na preservação do seu patrimônio, além de debater com maior sensibilidade às questões relacionadas aos valores culturais, permitindo a transmissão de valores como à diversidade cultural, à memória histórica e à sustentabilidade.

A preservação do patrimônio cultural é um processo histórico e complexo, marcado por debates e transformações. A Revolução Francesa foi um marco importante, mas a evolução das ideias sobre patrimônio é resultado de um conjunto de fatores históricos, sociais e culturais. Atualmente, a preservação do patrimônio é compreendida como um desafio multidisciplinar, que envolve a participação de diversas áreas do conhecimento e a colaboração de diferentes atores sociais.

4.2 As teorias de preservação

A preservação do patrimônio cultural é um campo de estudo multidisciplinar que busca compreender, proteger e valorizar o legado material e imaterial das sociedades ao longo do tempo. As teorias que discorrem sobre a conservação patrimonial hoje, foram desenvolvidas por distintos intelectuais que possuem diversas concepções e variam de acordo com suas próprias concepções, e ideologias que discorrem sobre a preservação do patrimônio cultural oferecem diferentes perspectivas e abordagens para a complexa tarefa responsáveis por moldar as práticas de conservação e restauração pelo mundo. Precede a teoria, a definição do patrimônio cultural que de maneira geral, engloba todos os bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, cultural ou científico para uma determinada sociedade ou grupo social, neste recorte são incluídos edifícios, monumentos, sítios arqueológicos, objetos de arte dentre outros bens materiais, e elementos culturais imateriais, como tradições, saberes, línguas, festas, músicas, danças etc.

A compreensão e a valorização do patrimônio cultural evoluíram ao longo da história, influenciadas por fatores como mudanças sociais e políticas, através das

revoluções, guerras e mudanças de regimes que por ventura ocasionam à destruição ou à valorização do patrimônio, a depender do contexto histórico. Noutra conjuntura, os desenvolvimentos teóricos podem estar associados às teorias da história, da arte, da antropologia e da sociologia para a formação de diferentes perspectivas acerca do patrimônio cultural, o que reforça a questão da multidisciplinaridade da preservação patrimonial, que torna-se objeto de estudo de distintas áreas do conhecimento, e os estudos dos elementos culturais históricos são beneficiados com a evolução tecnológica que oferece ferramentas cada vez mais sofisticadas para a conservação e restauração dos bens culturais.

As teorias sobre a preservação do patrimônio cultural podem ser classificadas em diferentes categorias, embora apresentem nuances e sobreposições. As principais abordagens discutem diretrizes essenciais para a intervenção em bens patrimoniais, enfatizando a importância de preservar a autenticidade dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Além disso, destacam o papel fundamental do patrimônio cultural na vida das comunidades, defendendo sua adaptação às necessidades contemporâneas. Essas teorias também sublinham a importância da participação das comunidades locais nos processos de gestão e preservação, buscando sempre conciliar a preservação do patrimônio com o desenvolvimento sustentável.

Restauração Histórico

O restauro histórico tradicional é uma abordagem histórica que desempenhou um papel crucial na conservação e preservação do patrimônio cultural ao longo dos séculos, as técnicas entorno desse movimento evoluiu em resposta às diversas concepções sobre a história do passado, a arte e a função dos monumentos como elementos formadores de uma identidade coletiva, e adaptando-se às necessidades e entendimentos de cada período.

Baseando-se predominantemente em conhecimentos empíricos, transmitidos de geração em geração, e sem o respaldo de bases científicas rigorosas, a restauração histórica buscava restaurar os monumentos a um estado considerado ideal, muitas vezes idealizando um passado que por vezes tenha sido irreal. Devido às intervenções frequentes e arbitrárias, com muita liberdade, frequentemente

resultaram em modificações significativas e irreparáveis à aparência original dos bens culturais, e a liberdade assegurada por esse movimento permitia ao restaurador histórico adicionar elementos que considerava perdidos ou incompletos, moldando a história de acordo com as concepções estéticas e funcionais da época, e fora representado pelo grande símbolo intelectual da época, Viollet-Le-Duc, que afirmara:

“Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 1865).

A principal distinção entre o restauro tradicional e o restauro científico reside na base de conhecimento que fundamenta cada abordagem. Enquanto o restauro científico se baseia em evidências científicas e promove intervenções mínimas para preservar a autenticidade do bem cultural, o restauro tradicional fundamentava-se em conhecimentos empíricos e frequentemente envolvia intervenções mais invasivas. O foco do restauro científico na autenticidade contrasta com a liberdade interpretativa do restauro tradicional, que podia levar a interpretações mais livres e, por vezes, à idealização do passado. Contudo, o restauro tradicional enfrenta desafios significativos, principalmente pela falta de um rigor científico que pudesse orientar as intervenções de maneira mais precisa. A ausência dessa base científica sólida podia resultar em intervenções inadequadas e na perda de informações valiosas sobre os monumentos. A tendência a idealizar um passado perfeito frequentemente levava à criação de falsas imagens dos monumentos, comprometendo a autenticidade dos bens culturais e resultando em perdas irreparáveis em termos de valor histórico e cultural. Um exemplo típico do restauro tradicional é a restauração de catedrais góticas, onde elementos neogóticos foram adicionados para completar ou enaltecer a estética dos edifícios originais. Outro caso comum era a restauração de castelos, onde partes destruídas eram reconstruídas com base em imaginação ou em modelos idealizados, refletindo mais as aspirações do restaurador do que a realidade histórica.

Ao longo do século XX, o restauro tradicional foi alvo de críticas crescentes, principalmente devido à sua falta de rigor científico e à tendência de comprometer a

autenticidade dos monumentos. A Carta de Veneza (1964) marcou um ponto de inflexão significativo nesse debate, estabelecendo novos princípios para a conservação e restauração de monumentos que privilegiam a autenticidade e a mínima intervenção. Este documento foi fundamental para a consolidação de práticas de restauro mais rigorosas e éticas, que respeitam a integridade histórica dos bens culturais. Apesar de suas limitações, o restauro tradicional deixou um legado importante na história da conservação do patrimônio cultural. Muitas das intervenções realizadas no passado ainda são visíveis em diversos monumentos, e a compreensão das motivações por trás dessas práticas é essencial para entender a evolução das técnicas de conservação. O restauro tradicional, embora superado em muitos aspectos pelo restauro científico, representa uma etapa fundamental na trajetória da preservação do patrimônio, oferecendo lições valiosas para a prática contemporânea. Em suma, o restauro tradicional desempenhou um papel crucial na história da preservação do patrimônio cultural. Embora tenha suas limitações e tenha sido eventualmente substituído por abordagens mais rigorosas e científicas, como o restauro científico, sua importância histórica é inegável. A evolução das práticas de restauro reflete uma crescente conscientização sobre a necessidade de preservar a autenticidade dos bens culturais, garantindo que eles sejam transmitidos às futuras gerações com o máximo de integridade histórica.

Restauração Científica

O restauro científico representa uma abordagem rigorosa e multidisciplinar voltado para a preservação do patrimônio cultural, fundamentado em princípios científicos e tecnológicos, o restaurador científico deve agir de forma ética, e buscar sempre o melhor para o bem cultural e para a sociedade, enquanto desenvolve técnicas para melhor assegurar maior longevidade e a integridade dos bens culturais através de intervenções precisas e minimamente invasivas. Fundamentada principalmente em bases científicas sólidas, utiliza métodos científicos para analisar os materiais, compreender os processos de deterioração atuantes sobre o objeto estudado, e indicar as intervenções mais adequadas ao tipo de situação, de maneira a assegurar a conservação da matéria original e a estabilização das condições ambientais,

evitando intervenções que comprometam a autenticidade do bem. Esse processo é acompanhado da documentação rigorosa para que toda a ação seja minuciosamente registrada, para que seja possível acompanhar a evolução do bem cultural, e permita pesquisas futuras, sendo possível revertê-las caso necessário

Comparado a outras abordagens, o restauro científico se distingue por seu rigor metodológico. O restauro tradicional, por exemplo, baseia-se em conhecimentos empíricos e tende a ser menos rigoroso na perspectiva científica, distingue-se também do restauro estilístico que direciona seus esforços na recriação da aparência original dos bens culturais, mesmo que sejam promovidas intervenções invasivas que possam comprometer a integridade do material, além, de possuir ressalvas relacionadas a reversibilidade das intervenções. E por fim, o restauro crítico que combina análises históricas, documentais e factuais, com os exames dos materiais dos monumentos, e busca compreender as diversas fases das construções, e as modificações ocorridas durante o tempo.

Apesar das vantagens, o restauro científico enfrenta desafios significativos, principalmente associados aos custos elevados das técnicas e equipamentos utilizados, além da escassez de profissionais qualificados, uma vez que o surgimento constante de novas tecnologias exige uma atualização contínua dos profissionais da área. Paralela a essas questões, possíveis conflitos podem emergir diante das divergências entre o interesse de preservar o patrimônio, e as demandas econômicas e sociais.

Na prática, o restauro científico é aplicado em diversas frentes, como a consolidação de edificações enfraquecidas, a limpeza de superfícies para remover sujidades e incrustações, e a aplicação de tratamentos protetores para prevenir a ação de agentes externos. Casos de estudo como a restauração da Capela Sistina, que revelou a beleza original das pinturas de Michelangelo, a reconstrução de Notre Dame de Paris após o incêndio ocorrido em 2019, a preservação do sítio arqueológico de Machu Picchu, utilizando técnicas não invasivas, exemplificam a eficácia dessa abordagem. Materiais e técnicas como resinas e adesivos para a consolidação de materiais fragilizados, biocidas para combater micro-organismos, e a nanotecnologia que possibilita a criação de materiais com propriedades específicas para a conservação, são amplamente utilizados no restauro científico, e

são ferramentas muito úteis para promover a proteção do patrimônio cultural de maneira pouco invasiva, além de técnicas como radiografias, termografias e fluorescência de raio x também desempenham importante papel ao viabilizar análises detalhadas dos bens culturais sem comprometer sua integridade.

“Móveis ou imóveis, as criações da Antiguidade não representam assim o papel de monumentos históricos. A sua preservação é, com efeito, uma reutilização global, acompanhada ou não de reordenações; fragmentação em bocados e fragmentos, utilizáveis para fins e em locais diversos,” (CHOAY, 1992.Pg. 35)

Restauração Crítica

A preservação patrimonial crítica emerge como abordagem central dentro do campo da conservação arquitetônica, sendo referência para o trabalho teórico de grandes pesquisadores, além de predizer grande parte das diretrizes aplicadas nos projetos contemporâneos de intervenção no patrimônio, a percepção crítica acerca da intervenção parte do princípio de não valorizar apenas a integridade material dos edifícios históricos, mas também a simbologia associada ao mesmo, através da valorização de seus significados, sejam culturais, estéticos e/ou históricos; essas impressões foram derivadas dos debates históricos desenvolvidos através dessas perspectivas que debatem as maneiras como o patrimônio deve ser entendido e preservado. As diretrizes conceituais de intervenção no patrimônio contrastam com as abordagens mais técnicas ou científicas, e assume um comprometimento com a importância de uma compreensão holística do patrimônio, que busca compreender a completude do bem edificado, não apenas o objeto, mas considera seu valor histórico e simbólico dos edifícios e monumentos, assim como a compreensão das camadas culturais e temporais, através dessa abordagem, é possível realizar intervenções no patrimônio arquitetônico de maneira mais cautelosa, e buscando a manutenção da autenticidade e a integridade das diferentes fases históricas.

Cesare Brandi é amplamente reconhecido por sua teoria do restauro crítico, onde ele argumenta que a intervenção em uma obra de arte ou edifício deve ser guiada pela necessidade de preservar sua unidade potencial, que abrange também

seu valor estético quanto o histórico. Brandi defende que qualquer intervenção deve ser reversível e reconhecível, de forma a não comprometer a autenticidade da obra original, de forma a guiar as intervenções patrimoniais através da necessidade de preservar sua unidade potencial, que abrange o valor estético e histórico.

"O restauro deve ter como objetivo restabelecer a unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo." (BRANDI, 2004, p. 5).

Os valores patrimoniais por Riegl

Alois Riegl, em sua obra "O culto moderno dos monumentos: sua essência e a sua origem", oferece uma reflexão profunda sobre a evolução dos valores atribuídos aos monumentos ao longo do tempo. Publicado originalmente em 1903, o livro examina como a sociedade moderna passou a valorizar os monumentos não apenas por seu significado histórico ou artístico, mas também por sua capacidade de evocar uma sensação de antiguidade. Riegl introduz a ideia de que os monumentos possuem valores diversos, que incluem o valor da antiguidade, o valor histórico e o valor de memória volitiva, e argumenta que o valor de antiguidade, particularmente, tornou-se preponderante na apreciação moderna dos bens culturais, de maneira que a deterioração natural dos monumentos, é vista como testemunho do passado, conferindo-lhes uma qualidade estética particular e relevante que reitera sua significância e compõe também o bem edificado, e que assim como o bem, deveria ser protegido.

"Conforme a definição geralmente aceita, obra de arte é toda criação humana tangível, visível ou audível, que apresenta valor de arte; sendo monumento histórico toda obra de constituição análoga que possui valor histórico. [...] O valor histórico é evidentemente o mais abrangente e, portanto, deverá ser tratado em primeiro lugar. Chamamos de histórico, tudo o que foi e não é mais nos dias de hoje. De acordo com os conceitos mais modernos, acrescentaremos a isso a ideia mais ampla de que aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais e tudo o que foi forma o elo insubstituível e irremovível de uma corrente de evolução ou, em outras palavras, tudo que tem uma sequência, supõe um antecedente e não poderia ter acontecido da forma como aconteceu se não tivesse sido

antecedido por aquele elo anterior. O ponto-chave de todo conceito histórico moderno é formado pela noção de evolução. De acordo com os conceitos modernos, toda atividade humana e todo destino humano, dos quais nos ficaram testemunhos ou conhecimento, pode aspirar, sem exceção, a ter um valor histórico, ou seja, todo acontecimento histórico assevera-se como insubstituível.” (RIEGL, 1903. Pg.32).

Riegl disserta sobre a relação dos valores de memória com o culto dos monumentos, e estabelece que há três valores distintos de memória, associados aos monumentos, referidos as características indissociáveis dos bens culturais acerca de suas simbologias manifestadas através da simbologia que os mesmos possuíam em seu período original, e nos significados assumidos no passar dos anos que corroboraram para a consolidação como monumentos de relevância cultural, histórica e social, e elementos formadores de uma identidade histórica coletiva.

O valor de Memória

Riegl divide o atributo da memória em 4 categorias, nas quais cada uma trabalha o conceito de obra de arte de maneira distinta, que se complementam para a consolidação dos valores de rememoração. O primeiro refere-se ao valor histórico, que trabalha a obra de arte como o testemunho de um passado específico, como um documento histórico; o valor biográfico, por sua vez, apresenta a obra de arte como expressão da vida e obra de tradições e estilos artísticos; valor bibliográfico estabelece a obra de arte como um elo pertencente a uma cadeia de tradições e estilos artísticos; e por fim, o valor de tipo, que por sua vez tem a obra de arte como representante de um tipo específico de arte ou estilo.

O valor de Contemporaneidade

Para os valores de Contemporaneidade, Riegl estabelece três diretrizes que, de maneira geral, estabelecem categorias associadas a inspiração ou a referências a serem utilizadas para os artistas contemporâneos. São apresentados os Valores de exemplo, que apresenta a obra de arte como modelo a ser seguido por artistas contemporâneos, o valor de estímulo, que faz a leitura da obra como fonte de inspiração para novas criações artísticas, e por fim, o valor de comparação, no qual a obra de arte assume um ponto de referência para a avaliação de obras de artes contemporâneas.

O valor de Atualidade

De maneira singela, mas significativa, Riegl estabelece novamente três diretrizes para a análise de obras de arte na atualidade de maneira que assumam simbologias direcionadas a estética e funcionalidade dos tempos modernos, São apresentados três conceitos, o valor de utilidade, no qual apresenta a obra de arte como objeto funcional ou utilitário; o valor de beleza, que caracteriza a obra de arte como expressão da beleza formal; e o valor de expressão, que conceitua a obra de arte como expressão de ideias, sentimentos e emoções.

A importância dessas classificações manifesta-se através principalmente da dinâmica e relatividade dos valores. É demonstrado que os valores atribuídos aos monumentos não são estáticos, mas se transformam ao decorrer da passagem do tempo, a depender das necessidades e interesses de cada período, da mesma maneira que não são valores absolutos, mas que variam de acordo com o contexto histórico e cultural em que ele é apreciado, o que evidencia a complexidade da relação do contemporâneo com o passado, de maneira que a valorização do passado, não é necessariamente conservadora, mas pode ser motor para a inovação. Riegl oferece uma visão rica e complexa sobre a maneira de se relacionar com os monumentos, ao compreender a diversidade de valores atribuídos às obras de arte e como eles evoluem ao longo do tempo, é possível desenvolver uma compreensão mais profunda do nosso patrimônio do nosso patrimônio cultural e da conexão com o passado.

4.3 Cartas Patrimoniais

As teorias da conservação ao patrimônio cultural com o passar dos anos fundamenta-se através dos debates realizados pelos intelectuais que debatem sobre as necessidades de salvaguarda dos elementos culturais históricos, e que de maneira mais consolidada, as diretrizes que norteiam as técnicas de intervenção patrimonial culminaram no desenvolvimento de documentações responsáveis por

compilar grande parte do conhecimento desenvolvido, dessa maneira surgiram as cartas patrimoniais. Esses documentos foram desenvolvidos em distintas instâncias, e abrangem tanto o nível internacional como nacional, e define procedimentos, normas, conceitos balizadores da prática da conservação, e agrega as questões associadas ao patrimônio cultural.

As cartas patrimoniais são documentos que apresentam diretrizes com recomendações e declarações acerca dos aspectos relativos à salvaguarda do patrimônio cultural, normalmente desenvolvidas em encontros de entidades internacionais como o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e as sessões da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Em um amplo geral, as cartas patrimoniais objetivam apresentar uma destilação da filosofia da conservação do período e contexto a qual o documento se refere, além de definir diretrizes para as práticas de intervenção ao patrimônio cultural, mas apesar de serem documentos utilizados para consultas e referências, não possuem juridicamente, força de Lei, mas são fontes são referências essenciais na concepção de normas legais, e na execução das estratégias de intervenção no patrimônio.

Embora a proteção institucional do patrimônio tenha sido uma realidade desde o século XIX, a primeira carta patrimonial com alcance internacional só foi elaborada após a Primeira Guerra Mundial, motivada pela necessidade de resgatar o patrimônio perdido durante os conflitos. Em 1931, os países europeus organizaram uma conferência para abordar questões relativas ao restauro do patrimônio cultural, o que resultou na criação do primeiro documento de caráter internacional, que abordava as políticas de preservação do patrimônio, a Carta de Atenas, 1931.

Carta de Atenas, 1931

A carta de Atenas de 1931 foi a primeira carta patrimonial publicada, e o primeiro documento que oficializava as diretrizes referentes às intervenções patrimoniais, foi desenvolvida em virtude da necessidade de restaurar o patrimônio cultural destruído durante a Primeira Guerra Mundial, e discorre acerca das obras monumentais, grandiosas, excepcionais, que serviam de símbolos políticos de

demonstração de poder do Estado. A carta incentivava a manutenção regular e permanente como forma de evitar grandes intervenções integrais, além de privilegiar, sempre que possível, a ocupação original da edificação, medida tomada tendo em vista pilhagens ocorridas durante conflitos e invasões. Esse documento foi desenvolvido também considerando a ética dos profissionais, apresentando diretrizes para que as intervenções fossem realizadas de maneira a respeitar o caráter dos bens culturais, pela fisionomia e pelas perspectivas do entorno dos edifícios monumentais.

É pertinente ao debate ressaltar que a carta de Atenas apresentava diretrizes também para a atuação dos profissionais, com indicações de boas práticas a serem empregadas, e alinha-se às ideologias do restauro científico nos tópicos que indica o uso de tecnologias modernas de forma coesa, quando possível, e defende a técnica da anastilose, realizada através da intervenção em monumentos utilizando materiais originais do bem sempre que possível, e se necessário, o uso de novos materiais.

Carta de Veneza, 1964

A Carta de Veneza, um dos documentos mais importantes para a conservação do patrimônio cultural, estabelece princípios e diretrizes que moldam as práticas de preservação em todo o mundo. Elaborada em 1964, a Carta representa um marco na evolução da compreensão e do tratamento dos bens culturais, refletindo as preocupações da época e as novas abordagens para a conservação. Um dos pontos cruciais da Carta de Veneza é a ampliação da noção de patrimônio. Enquanto anteriormente a atenção se concentrava em monumentos isolados, a Carta propõe uma visão mais abrangente, incluindo conjuntos urbanos, edificações modestas e até mesmo o ambiente natural. Essa ampliação demonstra a crescente conscientização sobre a importância de preservar não apenas os bens individuais, mas também o contexto cultural e histórico em que eles estão inseridos.

Outro aspecto relevante é a ênfase na importância da manutenção contínua como forma de evitar intervenções mais profundas. A Carta reconhece que a conservação é um processo dinâmico e exige cuidados constantes. Além disso, ela admite a utilização de materiais e técnicas modernas, desde que sejam compatíveis com a natureza e a substância do bem cultural.

A Carta de Veneza também estimula o uso compatível dos bens culturais com a vida contemporânea, incentivando a adaptação dos monumentos para novas funções, desde que isso não comprometa sua autenticidade e valor histórico. A anastilose, a técnica de reconstrução utilizando fragmentos originais, é mencionada como uma prática aceitável, desde que seja realizada de forma clara e documentada.

Um dos princípios mais importantes da Carta é o respeito às contribuições de todos os períodos históricos. As adições e modificações realizadas ao longo do tempo devem ser preservadas, a menos que comprometam a compreensão do bem ou não se integrem harmoniosamente com ele. Em suma, a Carta de Veneza representa um avanço significativo na compreensão e na prática da conservação do patrimônio cultural. Ao ampliar a noção de patrimônio, enfatizar a importância da manutenção contínua e promover a compatibilidade com a vida contemporânea, a Carta estabelece princípios que continuam a guiar as ações de conservação em todo o mundo.

Carta de Paris, 1972

A Carta de Paris, um documento fundamental para a preservação do patrimônio cultural, marcou um ponto de virada na compreensão e proteção dos bens culturais. Um dos seus principais legados foi a ampliação do conceito de patrimônio, abrangendo não apenas monumentos isolados, mas também conjuntos urbanos e paisagens culturais. Esse documento reconhece a importância de proteger não apenas o patrimônio cultural construído pelo homem, mas também o patrimônio natural. Assim, foram incluídas no conceito de patrimônio as formações físicas, biológicas, geológicas, fisiográficas e lugares naturais notáveis. Essa expansão do conceito demonstra a compreensão de que a natureza e a cultura estão intrinsecamente ligadas e que a preservação de uma depende da outra.

Além do patrimônio natural, a Carta de Paris também ampliou o conceito de patrimônio cultural, incluindo as categorias de conjuntos e lugares notáveis, o primeiro refere-se a grupos de construções isoladas ou reunidas que, por suas características arquitetônicas, unidas ou integração na paisagem, possuem um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, artístico ou científico. Essa

definição abrange desde centros históricos até áreas industriais, reconhecendo a importância de preservar a memória coletiva e a identidade de um lugar, já a categoria dos lugares notáveis, por sua vez, engloba tanto obras criadas exclusivamente pelo homem quanto aquelas resultantes da interação entre o homem e a natureza. Lugares arqueológicos, paisagens culturais e sítios naturais com valor histórico, estético, etnológico ou antropológico são exemplos de lugares notáveis.

Carta de Burra, 1980

A carta de Burra, foi um documento elaborado em 1980 na Austrália, e representa um marco significativo na evolução dos princípios e diretrizes para a conservação do patrimônio cultural. A carta foi baseada nos processos ocorridos no país após as resoluções estabelecidas pela Carta de Veneza, e oferece um guia prático e abrangente com diretrizes voltadas para melhores gestões e conservação do patrimônio cultural,

Assim como a Carta de Veneza, a Carta de Burra enfatiza as questões relacionadas à valorização patrimonial e importância do reconhecimento das simbologias intrínsecas dos bens históricos como elementos formadores de identidade coletiva e possuidora de valor cultural, e mantém as indicações de intervenções mínimas, diante da necessidade de se preservar a autenticidade dos bens. A Carta de Burra, no entanto, aprofunda alguns desses conceitos, de maneira a adequar-se ao contexto da realidade australiana no período em questão, oferecendo um conjunto de princípios mais específicos e operacionais, e diverge em algumas instâncias do caráter mais generalista da Carta de Veneza.

De maneira abrangente, a Carta de Burra, discorre de maneira mais sensível ao contexto do local em que se refere, uma das principais contribuições é a inclusão explícita das dimensões sociais e culturais na conservação do patrimônio. Ao reconhecer que o patrimônio é um elemento vivo e dinâmico, que se relaciona com as comunidades e suas identidades, a Carta de Burra incentiva a participação das comunidades locais nos processos de conservação. Essa abordagem garante que as ações de conservação sejam relevantes e adequadas às necessidades e aspirações da comunidade que se relaciona com o bem, e fortalece dessa maneira o vínculo entre o patrimônio e a identidade cultural.

A carta de Burra apresenta avanços significativos nos termos técnicos, apresentando definições mais claras e coesas, além de orientações precisas para a identificação, avaliação e tratamento dos bens culturais. Ela estabelece critérios para a seleção dos bens culturais a serem conservados, bem como define as diferentes categorias de intervenção e estabelece diretrizes para a documentação e monitoramento dos trabalhos de intervenção patrimonial.

Este documento destaca-se principalmente por características que tornaram a carta fundamental para a conservação e restauro. Primeiramente, há uma preocupação com a comunidade e a sua relação com o bem, enfatizando a participação dos grupos locais nos processos de conservação, para que as intervenções se conectem com o povo, e assim, assegure a compreensão e preservação do bem em sua totalidade, respeitando sua complexidade e múltiplos significados.

A flexibilidade é outra característica marcante da Carta de Burra, ela oferece um conjunto de princípios gerais que podem ser aplicados de maneira sensível às especificidades de cada contexto, essa adaptabilidade assegura a relevância e a eficácia das ações de conservação em diversos cenários.

A carta de Burra representa um marco importante na evolução da conservação do patrimônio cultural ao ampliar as percepções sobre os bens culturais ao abranger dimensões sociais e culturais, além de oferecer um arcabouço técnico mais sólido, a Carta de Burra contribui para a preservação mais eficaz e significativa do nosso patrimônio cultural para as futuras gerações.

Carta Italiana de Restauro, 1972

A Carta Italiana é um documento fundamental na história da restauração e conservação do patrimônio cultural, profundamente influenciado pela teoria de restauração de Cesare Brandi. Elaborada na Itália, a Carta introduziu uma nova perspectiva sobre as intervenções em bens culturais, destacando a importância de uma compreensão profunda da obra de arte e da aplicação de procedimentos técnicos rigorosos.

Mais do que um simples guia técnico, a Carta Italiana aborda a restauração como uma atividade que envolve um julgamento crítico, equilibrando as instâncias

estética e histórica da obra. Essa abordagem filosófica visa conciliar a preservação da autenticidade da obra com a necessidade de torná-la acessível e compreensível para as gerações futuras. A Carta defende que a restauração não deve apenas conservar o objeto como ele é, mas também permitir que ele continue a ser apreciado e compreendido no futuro.

Entre os princípios técnicos estabelecidos pela Carta Italiana, o respeito à autenticidade ocupa uma posição central. A Carta proíbe adições que imitem o estilo original ou análogo da obra, bem como qualquer intervenção que disfarce o passar do tempo, como a remoção ou alteração da pátina. Essas diretrizes visam garantir que a originalidade da obra seja mantida, evitando alterações que possam comprometer sua integridade histórica.

Além disso, a Carta Italiana preconiza a adoção de intervenções mínimas, limitando as ações aos acréscimos estritamente necessários para a estabilidade e compreensão da obra. Intervenções estruturais são permitidas apenas quando devidamente documentadas e realizadas com materiais compatíveis. A técnica de anastilose, que consiste na recomposição de fragmentos originais, é incentivada, desde que seja executada de maneira clara e documentada. No que diz respeito à limpeza, a Carta permite intervenções que não comprometam a pátina original, preservando assim o testemunho do tempo.

Outro aspecto importante da Carta Italiana é a flexibilidade em relação aos novos usos dos bens culturais. O documento encoraja a adaptação desses bens a novas funções, desde que tais usos sejam compatíveis com as características originais do edifício e respeitem seus valores históricos e artísticos. Essa flexibilidade é essencial para garantir que os bens culturais continuem a ser relevantes e utilizados na sociedade contemporânea, sem que isso comprometa sua integridade.

A reversibilidade das intervenções é outro princípio central defendido pela Carta Italiana. As intervenções devem ser realizadas de modo que possam ser desfeitas no futuro, se necessário, garantindo assim que as alterações não sejam permanentes e que o bem cultural possa ser preservado em sua forma original ou adaptado conforme novas necessidades surgirem.

Em resumo, a Carta Italiana representa um marco na conservação do patrimônio cultural, oferecendo um conjunto de princípios e diretrizes que visam garantir a preservação da autenticidade e da integridade dos bens culturais, ao mesmo tempo em que permitem sua adaptação às necessidades do presente. A influência deste documento é evidente em legislações e diretrizes sobre patrimônio cultural ao redor do mundo, consolidando-o como um dos pilares da teoria e prática da conservação. Com sua abordagem filosófica que equilibra estética e história, respeito à autenticidade, intervenções mínimas, adaptação a novos usos e ênfase na reversibilidade, a Carta Italiana continua a ser uma referência fundamental para profissionais dedicados à preservação e valorização dos bens culturais.

4.4 A conservação e restauro no Brasil

A trajetória da preservação do patrimônio edificado histórico no Brasil reflete um processo gradual e complexo, marcado por influências de diversos fatores históricos, sociais e culturais. Desde suas origens, a preservação do patrimônio no país passou por diferentes estágios de desenvolvimento, moldados por debates intelectuais, legislações específicas e movimentos sociais. Inicialmente, no contexto brasileiro, a preocupação com a preservação do patrimônio histórico encontrou suas raízes nas ideias do Romantismo do século XIX, que valorizava o passado e a identidade cultural nacional. No entanto, foi apenas no início do século XX que surgiram os primeiros esforços organizados de preservação, fortemente influenciados pelas correntes do historicismo europeu.

Durante esse período, teóricos do patrimônio como João Candido Portinari, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade emergiram como pioneiros na defesa da preservação do patrimônio arquitetônico brasileiro. Eles destacaram a importância de proteger e valorizar os edifícios históricos como testemunhos essenciais da história e da cultura do país. Contudo, a institucionalização da preservação no Brasil só se consolidou com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade. O SPHAN desempenhou um papel crucial na identificação,

proteção e restauração de monumentos históricos em todo o país, estabelecendo critérios técnicos e científicos para a preservação do patrimônio cultural.

Durante o regime militar (1964-1985), a preservação do patrimônio edificado histórico no Brasil enfrentou desafios significativos, como o desenvolvimento urbano descontrolado e uma política de modernização que frequentemente negligenciava a importância dos monumentos históricos. No entanto, apesar dessas adversidades, ocorreram avanços notáveis, como a promulgação da Lei do Tombamento em 1967, que proporcionou uma proteção legal mais robusta ao patrimônio histórico.

Nas últimas décadas, a preservação do patrimônio edificado histórico no Brasil tem recebido crescente atenção e se tornado um tema de intenso debate, com um reconhecimento maior da importância do patrimônio cultural para o desenvolvimento sustentável e a construção da identidade nacional. Teóricos contemporâneos como Carlos Nelson Figueiredo da Silva, Ana Luiza Carvalho da Rocha e Silvana Rubino têm sido vozes importantes nesse debate, defendendo uma abordagem integrada e participativa para a preservação do patrimônio.

Nas décadas seguintes, o IPHAN desempenhou um papel central na preservação do patrimônio cultural brasileiro, desenvolvendo diretrizes e técnicas que combinaram influências internacionais com as particularidades dos bens culturais nacionais. Um exemplo emblemático desse esforço foi o restauro de igrejas barrocas em Minas Gerais, que se tornou uma referência mundial na área.

Com o tempo, o conceito de patrimônio cultural no Brasil expandiu-se para incorporar não apenas bens materiais, como edifícios históricos e obras de arte, mas também o patrimônio imaterial, que inclui tradições, expressões culturais e modos de vida de diferentes comunidades. A Constituição Federal de 1988 consolidou essa visão ampla, reconhecendo a responsabilidade tanto do Estado quanto da sociedade na proteção do patrimônio cultural em todas as suas formas.

O processo de consolidação da conservação e do restauro no Brasil também foi influenciado por discussões e documentos internacionais, como as Cartas Patrimoniais de Atenas (1931) e de Veneza (1964), que trouxeram novas abordagens e metodologias para a preservação do patrimônio. Essas influências foram adaptadas à realidade brasileira, levando em conta a diversidade cultural e os desafios econômicos e sociais do país.

Atualmente, a conservação e o restauro patrimonial no Brasil são áreas consolidadas, com uma vasta rede de instituições, profissionais especializados e um arcabouço legal robusto que busca garantir a preservação do patrimônio cultural para as futuras gerações. No entanto, o campo ainda enfrenta desafios, como a necessidade de conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação do patrimônio, além da constante busca por recursos e políticas públicas efetivas que assegurem a continuidade das práticas de conservação e restauro em todo o território nacional.

5. A cidade de Serrinha, Bahia

A ocupação inicial da região de Serrinha foi protagonizada pelos indígenas da nação Cariri. Estima-se que a catequese dos índios Biritingas, que dominavam a região, tenha se iniciado por volta de 1646. A organização urbana começou a tomar forma com a chegada de Bernardo da Silva, comandante português, em 1715, no contexto das expedições de colonização promovidas pela Coroa Portuguesa. Sob sua liderança, iniciou-se a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora Santana, que se tornou o marco religioso e urbano do povoado. Subordinada à freguesia de São João de Água Fria, a capela deu origem a um pequeno núcleo habitacional composto por 16 casas cobertas de telhas, que servia como ponto de apoio para visitantes, comerciantes e tropeiros em trânsito para o Rio São Francisco.

Figura 07: Praça Luís Nogueira, início do século XX, primeiro núcleo da cidade a passar pela evolução urbana.



Fonte: Acervo fotográfico da página do Facebook “Museu virtual pró memória de Serrinha, Bahia.

Em 24 de outubro de 1763, o padre Antônio Manuel de Oliveira foi nomeado capelão do povoado. Posteriormente, em 1780, concluiu-se a construção da Igreja Matriz de Serrinha, cuja fachada apresenta uma inscrição em mármore com os dizeres: "Louvado seja o Santíssimo Sacramento e a Imaculada Conceição da Virgem Nossa Senhora concebida sem pecado original." Esse marco simbolizou o fortalecimento da estrutura religiosa local.

A elevação do povoado à categoria de Distrito de Paz ocorreu em 1º de junho de 1838. O desenvolvimento continuou, e o Arraial de Serrinha foi elevado à condição de vila em 13 de junho de 1876, através da Lei Provincial nº 1.609, desmembrando-se do município de Purificação dos Campos. A instalação oficial do município ocorreu em 11 de janeiro de 1877, e Serrinha foi elevada à categoria de cidade em 30 de junho de 1891.

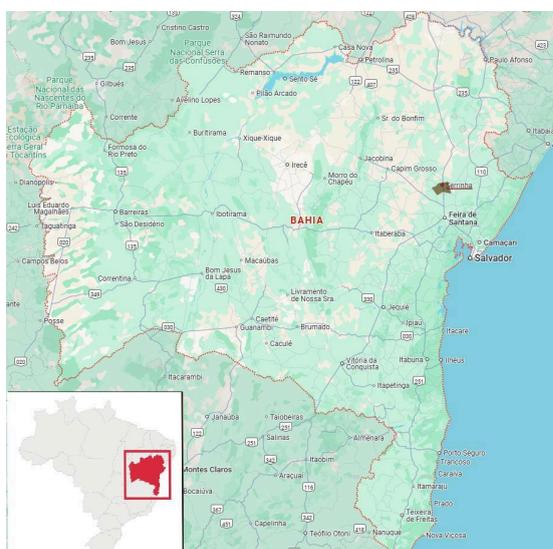
No início do século XX, conforme registros de 1911, o município de Serrinha possuía apenas o distrito sede. No entanto, o Recenseamento Geral de 1920 indicou a inclusão de dois distritos: Serrinha e Pedras. A expansão administrativa continuou

com a criação do distrito de Lamarão pela Lei Municipal nº 148, de 14 de agosto de 1922, posteriormente ratificada pela Lei Estadual nº 1.631, de 26 de julho de 1923.

Em 1933, Serrinha passou a ser composta por três distritos: Serrinha, Biritinga e Lamarão. Essa configuração se manteve até 1938, quando o município de Tucano cedeu o distrito de Araci a Serrinha, elevando o total para quatro distritos. Alterações posteriores, como a mudança na grafia de "Beritinga" para "Biritinga" em 1944, e a criação dos distritos de Barrocas e Itapiru em 1953, ampliaram ainda mais a divisão administrativa. Em 1955, Serrinha era constituída por seis distritos: Serrinha, Araci, Barrocas, Biritinga, Itapiru e Lamarão.

Os desmembramentos iniciaram em 1956, quando Araci foi elevado a município. Em 1962, foi a vez de Biritinga e Itapiru (renomeado Teofilândia), seguidos por Lamarão no mesmo ano. A criação do município de Barrocas em 1985 deixou Serrinha composta apenas pelo distrito sede, uma configuração que permanece inalterada desde 1988.

Figura 08: Mapa da Bahia e indicação do município de Serrinha.



Fonte: Wikipedia - Raphael Lorenzeto de Abreu.

Atualmente, Serrinha continua sendo um polo histórico e cultural significativo, cuja trajetória reflete as dinâmicas de ocupação e desenvolvimento no sertão baiano.

5.1 A arquitetura de Serrinha

A evolução da arquitetura civil na cidade de Serrinha, situada no interior da Bahia, reflete tanto as transformações históricas e sociais da região quanto às influências culturais que marcaram o desenvolvimento do Brasil ao longo dos séculos. O estudo historiográfico dessa evolução permite compreender as dinâmicas locais e o impacto das correntes arquitetônicas predominantes em diferentes períodos.

Primeira Fase: Colonização e Formação Urbana (Século XVIII – Início do Século XIX)

A ocupação inicial de Serrinha está intimamente ligada à colonização portuguesa, que começou a se consolidar a partir do início do século XVIII. A fundação da cidade remonta à chegada de colonos portugueses, liderados por Bernardo da Silva em 1715, que estabeleceram uma pequena povoação ao redor de uma capela dedicada a Nossa Senhora Santana. As primeiras construções civis dessa fase eram simples e utilitárias, refletindo as necessidades básicas da população e as limitações tecnológicas da época. As edificações eram predominantemente de taipa e adobe, com telhados de telha-vã, típicos da arquitetura colonial brasileira.

Segunda Fase: Consolidação e Crescimento Urbano (Século XIX)

Com a elevação do arraial de Serrinha à categoria de vila em 1876, houve um aumento significativo no número de edificações e uma evolução nos padrões arquitetônicos. As construções civis passaram a incorporar características do estilo neoclássico, que estava em voga no Brasil durante o período imperial. Esse estilo se manifestava principalmente na simetria das fachadas, no uso de elementos decorativos como cornijas e frontões, e na adoção de plantas mais elaboradas. O crescimento econômico da região, impulsionado pela atividade agrícola e pela posição estratégica de Serrinha como ponto de passagem para o Rio São Francisco, possibilitou a construção de residências mais sofisticadas e a ampliação dos edifícios públicos.

Figura 09: Mercado municipal de Serrinha, 1947 (estimativa).



Fonte: Museu Pró-memória de Serrinha.

Terceira Fase: Eclético e Modernismo (final do Século XIX – Século XX)

No final do século XIX e início do século XX, a arquitetura civil de Serrinha começou a refletir as tendências do ecletismo, caracterizado pela combinação de diferentes estilos arquitetônicos em uma mesma edificação. Esse período foi marcado por uma diversidade de influências, que incluíam elementos neogóticos, neorrenascentistas e neocoloniais. As casas de famílias abastadas passaram a exibir fachadas ricamente decoradas, com azulejos importados, janelas de sacada e portões de ferro trabalhado, refletindo o desejo das elites locais de se alinhar com os padrões estéticos europeus. A chegada do modernismo ao Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, trouxe novas influências para a arquitetura de Serrinha, embora de forma mais tardia e diluída em comparação aos grandes centros urbanos. As construções começaram a adotar linhas mais retas e limpas, a funcionalidade passou a ser priorizada sobre a ornamentação, e materiais como concreto armado e vidro ganharam destaque. Contudo, o modernismo em Serrinha foi muitas vezes reinterpretado de forma híbrida, mantendo elementos tradicionais que dialogavam com a identidade local.

Quarta Fase: Expansão e Urbanização Contemporânea (segunda metade do Século XX – atualidade)

A partir da segunda metade do século XX, Serrinha experimentou um processo de urbanização acelerada, impulsionado pelo crescimento demográfico e pela expansão das atividades econômicas. Esse período foi marcado por uma maior padronização das construções civis, com o surgimento de bairros residenciais de caráter mais homogêneo, influenciados pelas políticas habitacionais do governo federal. A arquitetura popular ganhou espaço, com a proliferação de construções mais simples e funcionais, muitas vezes em desacordo com o rico patrimônio arquitetônico herdado dos períodos anteriores.

Nos últimos anos, o processo de urbanização e o crescimento econômico de Serrinha trouxeram novos desafios para a preservação de seu patrimônio arquitetônico. A expansão desordenada e a pressão por novas edificações colocaram em risco muitas construções históricas. No entanto, também se observa um crescente movimento de valorização e preservação da arquitetura civil da cidade, com iniciativas de restauração de edifícios históricos e a busca por um desenvolvimento urbano que respeite a memória arquitetônica local.

A evolução da arquitetura civil de Serrinha revela uma trajetória marcada pela interação entre influências externas e adaptações locais. Desde suas primeiras construções coloniais até as mais recentes edificações contemporâneas, a cidade apresenta um rico mosaico arquitetônico que reflete sua história e cultura. Estudar essa evolução permite não apenas compreender o desenvolvimento urbano de Serrinha, mas também valorizar a importância de preservar seu patrimônio arquitetônico como um testemunho material de sua trajetória histórica.

Período colonial e a formação inicial (Século XVIII – início do Século XIX)

O desenvolvimento da arquitetura civil em Serrinha começou com a colonização portuguesa no início do século XVIII. A formação inicial da cidade está ligada à fundação de um núcleo habitacional ao redor de uma capela dedicada a Nossa Senhora Santana, em 1715. Nesse período, as construções eram predominantemente de taipa e adobe, técnicas comuns na arquitetura colonial brasileira, e refletiam as necessidades básicas dos habitantes e as condições técnicas limitadas da época. As primeiras residências e edificações civis eram simples, com telhados de telha-vã e plantas funcionais, adequadas às condições climáticas e aos recursos disponíveis na região.

Com a elevação do arraial de Serrinha à categoria de vila em 1876, a cidade passou por uma fase de consolidação urbana, que trouxe mudanças significativas na arquitetura civil. O neoclassicismo, estilo que dominava a arquitetura oficial do Brasil imperial, começou a influenciar as construções em Serrinha. Residências e edifícios públicos começaram a apresentar elementos como fachadas simétricas, frontões, colunas e cornijas, em uma tentativa de se alinhar aos padrões estéticos vigentes nos centros urbanos maiores, como Salvador e Rio de Janeiro. Esse período também foi marcado pela maior solidez das construções, que passaram a utilizar materiais mais duráveis, como o tijolo e a pedra, e pela crescente presença de edificações de dois pavimentos, um sinal do desenvolvimento econômico e social da cidade.

Eclético e transição para o modernismo (final do século XIX - início do século XX)

No final do século XIX e início do século XX, a arquitetura civil de Serrinha começou a refletir o ecletismo, um estilo que combinava diferentes correntes arquitetônicas em uma mesma construção. Esse período foi caracterizado pela diversidade de influências, desde o neogótico até o neocolonial, passando pelo neorrenascentista, adaptadas ao contexto local. As residências das famílias mais abastadas exibiam fachadas ornamentadas, com azulejos decorativos, janelas de sacada, gradis de ferro trabalhado e outros elementos que expressavam o desejo das elites de demonstrar sofisticação e modernidade.

Com o avanço do século XX, o modernismo começou a ganhar espaço na arquitetura civil de Serrinha, embora de forma mais discreta em comparação aos grandes centros urbanos. As construções começaram a adotar linhas mais simples e funcionais, com menor ênfase na ornamentação. Materiais como o concreto armado e o vidro passaram a ser utilizados, refletindo uma busca por racionalidade e eficiência, características do movimento modernista. No entanto, em Serrinha, essa transição foi gradual e muitas vezes combinada com elementos tradicionais, criando uma arquitetura híbrida que respeitava as particularidades locais.

Urbanização contemporânea e desafios da preservação (segunda metade do século XX - atualidade)

A partir da segunda metade do século XX, Serrinha experimentou um crescimento urbano acelerado, impulsionado pela expansão econômica e demográfica. Esse período foi marcado por uma maior padronização das construções civis, com o surgimento de bairros residenciais de caráter homogêneo, muitas vezes influenciados pelas políticas habitacionais do governo federal. A arquitetura popular tornou-se predominante, com a construção de moradias simples e funcionais, adequadas às necessidades imediatas da população crescente.

Esse processo de urbanização trouxe novos desafios para a preservação do patrimônio arquitetônico de Serrinha. A expansão desordenada e a pressão por novas construções ameaçaram muitas edificações históricas, resultando na perda de parte do patrimônio arquitetônico da cidade. No entanto, nas últimas décadas, observou-se um movimento crescente de valorização e preservação do patrimônio cultural de Serrinha, com iniciativas voltadas para a restauração de edifícios históricos e a promoção de um desenvolvimento urbano mais sustentável, que respeite a memória arquitetônica local.

A evolução da arquitetura civil em Serrinha reflete um processo contínuo de adaptação e transformação, influenciado por contextos históricos, econômicos e culturais diversos. Desde as simples construções coloniais até as edificações contemporâneas, a cidade preserva em suas ruas e edifícios um testemunho material de sua trajetória histórica. Estudar essa evolução permite não apenas entender o desenvolvimento urbano de Serrinha, mas também valorizar a importância de preservar seu patrimônio arquitetônico como parte fundamental de sua identidade cultural.

5.1.1 A arquitetura Civil

A arquitetura civil e doméstica em Serrinha durante os séculos XIX e XX foi um produto derivado da influência de variados fatores, mas principalmente das influências estilísticas portuguesas, contudo, devido às limitações de materiais e mão de obra, além das necessidades específicas associadas ao ambiente rural e interiorano, há uma adaptação aos métodos construtivos, que origina as variações

da arquitetura portuguesa como manifestação de uma arquitetura brasileira popular. Os estilos arquitetônicos das residências inicialmente refletiam tendências europeias que inicialmente manifesta-se com o neoclássico, posteriormente com o desenvolvimento das técnicas e maiores influências, há a expansão do estilo eclético e em menores instâncias, de art Decó e rococó, seguido pelo modernismo. Contudo, devido à convergência cultural de povos distintos, a arquitetura é o reflexo de influências e trocas de conhecimento seja através do contato ou do conflito.

A tipologia das casas brasileiras comumente é retratada nos livros, pelos historiadores e teóricos, caracterizada principalmente pela monotonia e pouca variabilidade, característica perceptível através da análise da paisagem urbana de centros históricos que preservam suas características. Contudo, durante o período em questão, devido às influências e manifestações estilísticas arquitetônicas e aos avanços nas técnicas construtivas, o modo de morar do povo brasileiro foi influenciado de diversas maneiras, e apesar da afirmação de Vauthier de que as residências brasileiras são sempre muito parecidas: “quem viu uma casa brasileira, viu quase todos”, o estudo das tipologias habitacionais do Brasil é amplo e deriva grande material teórico sobre o tema abordado.

Até o período do Brasil império, a paisagem urbana Brasileira era marcada por uma homogeneidade extrema, referida por Vauthier como uma “monotonia desesperadora”, que transcendia a estética das residências e somava-se a questões urbanas, principalmente devido à ausência do verde na paisagem, contudo, tal característica manifestava-se mais intensamente nas residências, havendo uma tipologia residencial característica a ser replicada. Nestor Goulart em seu livro “Quadro da arquitetura no Brasil” aborda as técnicas construtivas utilizadas em diversos períodos da história do país, e debate sobre a simplicidade das técnicas empregadas nas residências.

“As vilas e cidades apresentavam ruas de aspectos uniforme, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos” (REIS FILHO, Nestor, 1970)

Durante o período colonial, antes do desenvolvimento urbano da cidade de Serrinha, as residências eram divididas em duas categorias principais, as residências urbanas e rurais, e dentre essas era possível observar os contrastes que

as diferenciavam, contudo, a padronização dos lotes urbanos definia fortemente a padronização das tipologias residenciais, de maneira que até o Brasil império, a maioria das residências não apresentavam recuos, sejam laterais ou frontais, com os estudos tipológicos realizados por Nestor, é possível compreender o fluxograma nas moradas, que era comum à maioria das edificações do mesmo gênero do período em questão, o que reforça a monotonia. As casas no período colonial eram em sua maioria funcionais, e por muito desprovidas de elementos estéticos, e a simplicidade, não se restringe à visibilidade, mas devido à simplicidade nas técnicas construtivas e na ausência de tecnologias mais sofisticadas, até para o período, a maioria da casa apresentava materiais de construção mais tradicionais.

As residências populares normalmente eram executadas com as técnicas de Pau-a-pique, adobe ou taipa, essa última apresentando variações, e em residências mais nobres havia o uso de cerâmicas primitivas, ou pedra e argamassa, contudo, sempre de maneira simples e limitada pela matéria prima disponível.

Figura 10: Praça Luis Nogueira, Serrinha-BA, século XX.



Fonte: Acervo fotográfico Serrinha, nossa terra amada. Autor desconhecido.

A arquitetura civil do município de Serrinha, na Bahia, apresenta um desenvolvimento que reflete tanto as mudanças históricas e sociais quanto as influências culturais ao longo dos séculos. A análise historiográfica dessa evolução

revela como diferentes períodos marcaram a paisagem urbana e a identidade arquitetônica da cidade.

5.1.2 Arquitetura Institucional

A arquitetura institucional de Serrinha apresentou características distintas nos séculos XIX e XX, refletindo e influenciando a cultura local de diversas maneiras. No primeiro momento, a cidade evoluiu de povoado a vila, e alcança o status de cidade no ano de 1876, durante esse período, a arquitetura institucional era marcada por construções que atendiam às necessidades administrativas, religiosas e educacionais da comunidade.

A chegada da ferrovia em 1880 trouxe consigo a construções de estruturas que faziam parte do complexo ferroviário, que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de Serrinha, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias. Esse momento é um marco de grandes mudanças que ocorreram no século XX, em que grandes mudanças ocorreram na arquitetura institucional de Serrinha, influenciadas por processos de modernização e expansão urbana.

Figura 11: Estação ferroviária de Serrinha, 2014.



Fonte: Acervo fotográfico do Grupo "Amigos de Serrinha"

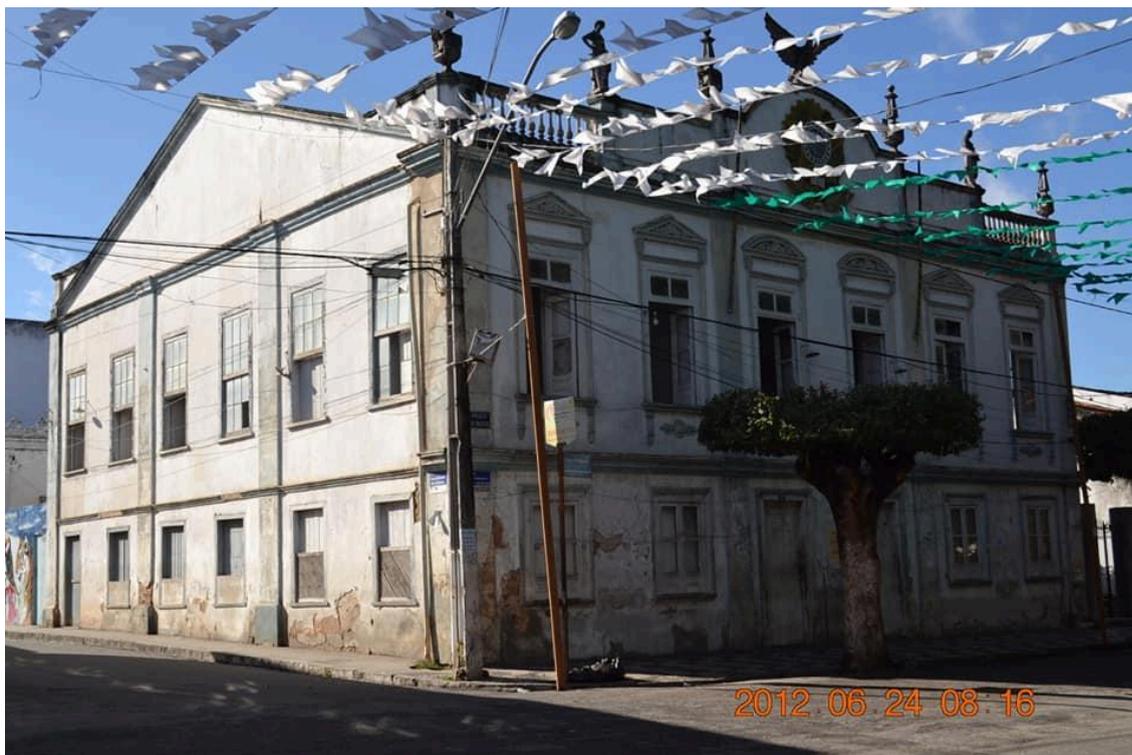
Durante o governo do intendente Luiz Nogueira, entre 1917 e 1919, foram implementadas diversas reformas urbanas que incluíram a construção e renovação de prédios públicos, visando melhorar a infraestrutura e os serviços oferecidos à

população. Somado a isso, a arquitetura escolar também sofreu transformações, com a construção de novas escolas e espaços culturais que buscavam atender a demanda crescente por educação e cultura, refletindo uma sociedade em processo de transformação e valorização do conhecimento.

A arquitetura institucional no Brasil durante o período colonial desempenhou um papel fundamental na consolidação do poder e na expressão da autoridade das instituições governamentais, religiosas e educacionais. Marcada por uma diversidade de estilos e influências, essa arquitetura refletia não apenas a busca pela legitimidade e permanência das instituições, mas também as condições sociais, culturais e econômicas da época. Durante o período colonial, a arquitetura institucional estava intimamente associada à presença da Coroa portuguesa e da influência da Igreja Católica, que exerciam um controle significativo sobre a vida política, religiosa e cultural do Brasil. As edificações de caráter administrativas, como os paços municipais e as câmaras municipais, rotineiramente refletiam influências estéticas derivadas do Renascimento e do Barroco, evidenciando a convergência da arquitetura desenvolvida no Brasil com as correntes arquitetônicas da Europa do período em questão.

As reformas urbanas e a modernização da infraestrutura institucional refletiram e, ao mesmo tempo, promoveram mudanças na sociedade, incentivando a participação cidadã e o desenvolvimento de uma consciência coletiva sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. A arquitetura institucional de Serrinha, nos séculos XIX e XX, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento e na transformação da cultura local, refletindo as necessidades, os valores e as aspirações de sua população ao longo do tempo.

Figura 12: Casa de Câmara e Cadeia, e posteriormente primeira prefeitura do município Serrinha.



Fonte: Acervo do grupo do Facebook “Encontro dos amigos de Serrinha”

5.1.3 Arquitetura Religiosa

Durante o período colonial, entre 1549 a 1820, a igreja católica exerceu forte influência no Brasil, em conformidade à influência que a religião tinha sobre Portugal que precedeu o processo de colonização das terras brasileiras. A forte presença da religiosidade fora um fator determinante no urbanismo das vilas e organizações sociais, devido a ideologia cristã, em que a edificação de um templo de oração era o marco inicial de desenvolvimento radioconcêntrico que culmina na consolidação das cidades, no recorte histórico referido. A primeira fase refere-se ao surgimento das cidades através da construção das igrejas, denominada de fase missionária, é enfatizada a forte influência do urbanismo desenvolvido em terras portuguesas a serem espelhado nas vilas e cidades brasileiras, contudo, limitado às tecnologias, materiais e mão de obra disponíveis em um cenário de território recém tomado, em que o catolicismo deveria ser implantado como manifestação de poderio português e a ideologia de superioridade cultural; nessa etapa havia a edificação das instituições

de maneira emergencial e provisória, e com gradual substituição dos materiais construtivos por outros mais duráveis.

Com a independência do Brasil e a instauração do Império, a arquitetura institucional passou por mudanças significativas, refletindo a nova ordem política e social do país. Sob a influência do Neoclassicismo, os edifícios governamentais e administrativos adotaram uma estética mais sóbria e monumental, inspirada nos ideais republicanos da Antiguidade Clássica. Exemplos emblemáticos desse período incluem o Palácio do Catete no Rio de Janeiro.

Além disso, o período imperial também testemunhou o surgimento de instituições educacionais e culturais, como as academias de belas artes e os teatros, que desempenharam um papel importante na difusão do conhecimento e da cultura no Brasil. Esses edifícios, muitas vezes construídos em estilo neoclássico, refletiam o desejo das elites de promover o progresso e a civilização no país. A arquitetura institucional no Brasil durante o período colonial e do Império foi marcada por uma rica diversidade de estilos e influências, refletindo não apenas a evolução estética, mas também as transformações políticas, sociais e culturais que moldaram a história do país. Ao analisar esses edifícios, é possível compreender não apenas a função prática das instituições, mas também sua importância simbólica e cultural na construção da identidade nacional brasileira. Durante o período de 1655 a 1718, mudanças ocorridas no império português ressoam no território brasileiro através do maior interesse em edificações institucionais, devido a isso, há uma grande produção de edificações na Bahia, período em que Salvador ainda era a capital da colônia, de grandes proporções, atendendo ao caráter construtivo monumental, somado a uma preocupação com a estética e a paisagem urbana, nesse período é referido a rememoração do estilo renascentista, principalmente através da utilização do Barroco.

Figura 13: A Igreja Matriz de Serrinha, Bahia

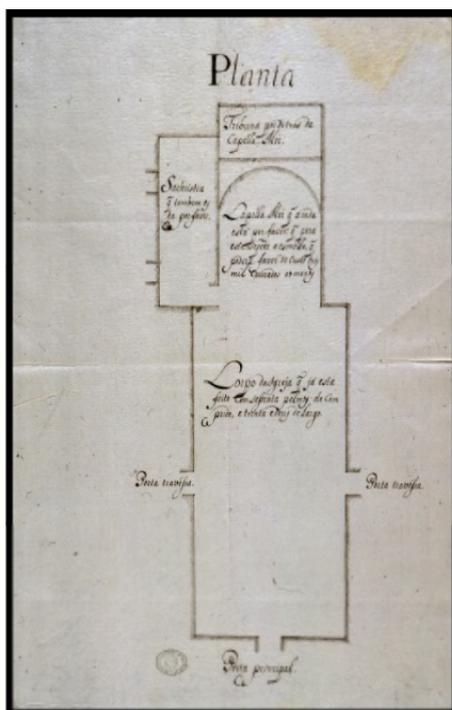


FONTE: Acervo fotográfico de “O mundo é plano”

Já a terceira fase estilística nas igrejas brasileiras, ainda no período colonial, é marcada pela transferência da capital da colônia para a cidade do Rio de Janeiro e manifestações do estilo do Rococó mesclado aos estilos arquitetônicos precedentes, mas em construções de menor escala.

As igrejas coloniais brasileiras eram caracterizadas por sua homogeneidade, de maneira a seguirem um padrão construtivo similar em diversas instâncias. No primeiro período estilístico, as igrejas eram construções de uma nave, retangulares, com um retângulo menor projetado no qual era formada a capela-mor, e por vezes um pequeno ambiente lateral que servia de sacristia.

Figura 13: Planta da Igreja da Madre de Deus de Perajuíá, Ba.



Fonte: Banco fotográfico Rede Memória

As fachadas das igrejas coloniais apresentam características similares com pequenas variações, mas desde os modelos mais simples, do início do quinhentismo, os quais poucos remanescem, apresentam elementos arquitetônicos derivados da influência da arquitetura clássica, com suas pilastras dóricas e frontões acentuados como pode ser visto na Capela de São Lázaro.

Figura 14: Igreja de São Lázaro, Salvador.



Fonte: Foto por Paul R. Burley, 2017.

Posteriormente esse modelo construtivo amplia-se para adaptações às igrejas paroquiais portuguesas através da experimentação de reformas registradas nas igrejas portuguesas, há registros de tentativas e esboços arquitetônicos que representam igrejas com tríplice divisão com três naves de igual tamanho, divisão do espaço interno, um modelo que implantava um par de capela de mesmo tamanho nas laterais da igreja, durante o período de experimentação das primeiras igrejas jesuítas em Portugal. Contudo, poucos modelos construtivos supracitados manifestaram-se no Brasil de maneira significativa, sendo o modelo com grande estrutura central e capelas laterais sendo o maior representativo, mas sendo descontinuado com o projeto da Igreja de São Francisco como último grande exemplo, construído na Bahia.

Em Serrinha, o desenvolvimento urbano foi promovido através da estrutura urbana debatida, de forma que o centro da cidade foi originalmente a casa da câmara, que foi a casa da família Nogueira que viria a ser elevada a prefeitura, e a construção da Igreja matriz de Nossa Senhora Santana ao lado, que promoveu em seguida um desenvolvimento radioconcêntrico partindo do Largo da Igreja Santana. A presença da Igreja exerce forte influência na cidade, e é particularmente responsável por promover o desenvolvimento da cidade em seu entorno imediato, sendo característica, no Brasil, a influência da igreja católica nos aspectos culturais e sociais.

5.2 A participação popular na preservação do acervo edificado

A preservação do patrimônio cultural, transcende as ações de governos e especialistas, sendo uma responsabilidade compartilhada entre todos os membros da sociedade. Os bens culturais, materiais e imateriais carregam em si a história, a memória e os valores de uma coletividade, refletindo sua identidade e trajetória ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a participação popular torna-se um elemento central para a conservação eficaz desses bens. Ao se apropriar do patrimônio cultural, a população se reconhece como parte ativa na construção e preservação de sua história, consolidando o sentimento de pertencimento e responsabilidade. Assim, a valorização e a proteção do patrimônio dependem não apenas de políticas públicas e ações técnicas, mas também do envolvimento direto da comunidade, que

ao se engajar no processo de preservação contribui para a manutenção da memória coletiva e da identidade cultural, e a interpretação dos bens históricos como pertencente ao coletivo reforça a necessidade de protegê-lo em sua essência, como afirmado por Ruskin:

“É na longa duração, com a passagem do tempo, que a arquitetura vai se impregnando da vida e dos valores humanos; daí a importância de construir edifícios duráveis, e de preservar aqueles que chegaram até nós.” (RUSKIN, 2008)

A participação popular na preservação do patrimônio cultural é um elemento fundamental para a consolidação de intervenções eficazes, pois permite que se estabeleça uma relação profunda entre o significado das edificações e a simbologia dos elementos culturais. Conforme preconizado nas diretrizes da Carta de Burra, é indispensável considerar as interações entre as comunidades e os bens culturais para legitimar e orientar as ações de preservação. Entretanto, o diálogo entre os interesses da preservação patrimonial, a gestão pública e os moradores nem sempre é harmonioso, sendo comum o surgimento de conflitos. Esses embates podem derivar de questões financeiras, burocráticas ou até de divergências quanto às prioridades de conservação, resultando em obstáculos para a preservação dos bens culturais, que é de interesse popular, e os moradores manifestaram seu apreço por sua história das mais distintas modalidades, como os livros “História dos Bairros de Serrinha” e “Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia” do historiador Tasso Franco, e as obras de arte feitas pelo artista plástico Edson Silva Peixinho, conhecido popularmente como Maninho.

Figura 15: Pintura da antiga Igreja matriz de Serrinha, pelo artista Maninho.



Fonte: Página pessoal do artista no Instagram.

Figura 16: Pintura do Colégio Estadual Rubem Nogueira, pelo artista Maninho.



Fonte: Página pessoal do artista no Instagram.

No município de Serrinha, localizado no interior da Bahia, a ausência de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio, aliada à inexistência de órgãos competentes para documentar e proteger os bens históricos, tem gerado um cenário de vulnerabilidade. Nesse contexto, emergem manifestações populares, principalmente através das redes sociais, que reivindicam a proteção e valorização dos remanescentes históricos que sobreviveram ao processo de expansão urbana. Tais manifestações evidenciam o crescente apelo da comunidade local pela preservação de sua memória e identidade cultural. Os relatos coletados de plataformas sociais¹ (veja Anexo A) revelam uma conexão profunda da comunidade com a sua história.

A cidade de Serrinha possuía um extenso centro histórico próximo à praça Luís Nogueira, no Centro da cidade, contudo, devido a expansão urbana sem responsabilidade com o patrimônio, apenas algumas edificações restaram. Dessa maneira, a cidade perdeu a oportunidade de fomentar a economia e a cultura através do estabelecimento de um centro histórico consolidado, que apresenta muito potencial associado ao turismo, a educação e a cultura, quando bem geridos, além de reforçar questões associadas à memória e identidade de sua população, um exemplo notável desse tipo de investimento pode ser observado na cidade de Penedo, localizada em Alagoas. Penedo, que possui um rico patrimônio histórico e arquitetônico, dedicou-se à restauração de seus casarões coloniais e igrejas, o que transformou a cidade em um destino turístico de grande relevância. A atração de visitantes interessados na história, cultura e arquitetura local gerou uma fonte significativa de renda para a população, impulsionando a economia local e destacando o valor de preservar e promover o patrimônio histórico. Os benefícios da restauração para Serrinha são evidentes e múltiplos. Primeiramente, a restauração de edifícios históricos pode transformar esses espaços em atrativos turísticos, atraindo visitantes que desejam conhecer a história e a cultura da cidade. Esse aumento no turismo cultural pode, por sua vez, gerar renda para o município através da ampliação do setor de serviços, como hotéis, restaurantes, comércio local e atividades turísticas, é possível estabelecer diretrizes que orientem possíveis usos de edificações que encontram-se em abandono através do uso de novas tecnologias de computação, ilustrando as possibilidades cabíveis a serem adaptadas ao

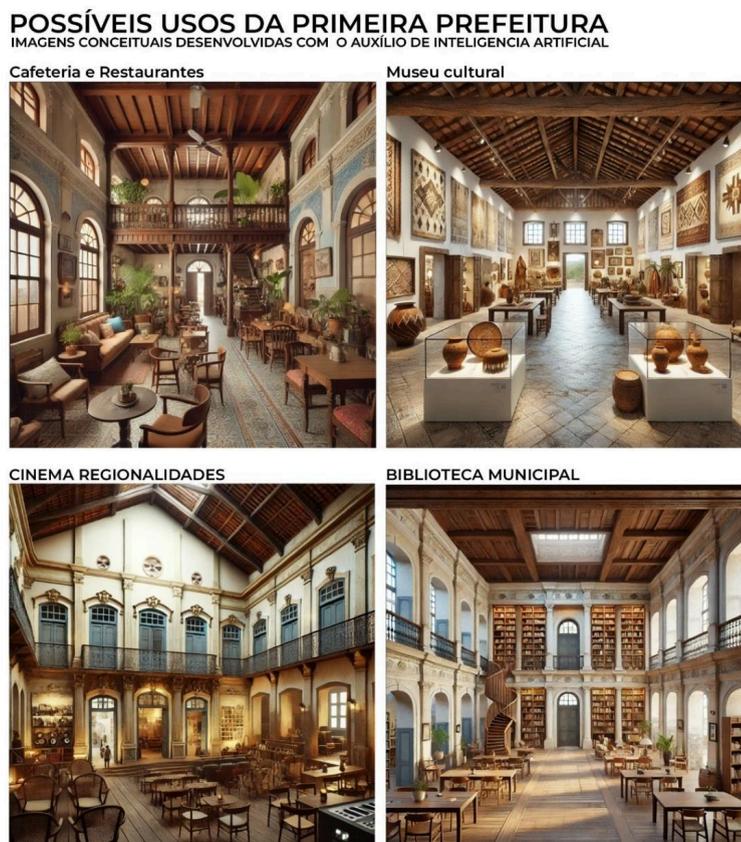
¹. A identidade dos usuários foi mantida anônima para preservar a privacidade dos mesmos.

contexto do município, como a criação de museus, que valorizem a cultura popular, e promovam a educação patrimonial. Além de atribuir novos usos que supram as necessidades dos moradores, assim como alguns bens patrimoniais, que hoje são utilizados como residência, comércio e instituições públicas.

A adequação de novos usos a antigas edificações é reivindicada por muitos moradores que valorizam o patrimônio de Serrinha e manifestam seus sentimentos através das mídias digitais, apesar de não haver atenção significativa por parte dos gestores da cidade, contudo, é de senso comum que novos usos para edificações históricas é uma das melhores abordagens para se promover a preservação de centros históricos, como visto nas cidades de Salvador na Bahia, e no Recife em Pernambuco.

O auxílio visual permitido pelas novas tecnologias, reitera a necessidade de se defender o patrimônio, e é uma maneira de demonstrar para os moradores e para os gestores políticos, as possibilidades de seus bens edificados podem assumir, mediante interesse e investimentos direcionados em prol da preservação, como visto nas imagens abaixo.

Figura 17: **Imagens conceituais de usos mistos para as edificações históricas do município de Serrinha.**



Fonte: **Imagens produzidas por inteligência artificial**

Além disso, a preservação do patrimônio histórico desempenha um papel crucial no fortalecimento da identidade local. Ao restaurar e manter edifícios históricos, os moradores desenvolvem um sentimento de pertencimento e orgulho em relação à sua cidade, o que contribui para a coesão social e o fortalecimento da cultura local. Paralelamente, esses edifícios podem ser adaptados para usos educacionais, como museus, centros culturais ou espaços de eventos, promovendo a educação patrimonial e a valorização da história local. O impacto econômico também é significativo. O turismo cultural pode criar novos empregos e estimular o crescimento de outros setores da economia, como a gastronomia, o artesanato e os serviços. Além disso, a revitalização de áreas históricas pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, através da criação de espaços públicos agradáveis e da valorização do patrimônio urbano. Para que Serrinha possa adaptar a experiência de sucesso de Penedo, é necessário seguir alguns passos estratégicos. Primeiramente, é fundamental realizar um inventário completo dos edifícios históricos da cidade, avaliando seu estado de conservação e seu potencial turístico. Em seguida, deve-se elaborar um plano de revitalização integrado, que contemple não apenas a restauração dos edifícios, mas também a criação de infraestrutura turística e a promoção da cidade como um destino cultural.

A participação da comunidade local é crucial para o sucesso desse processo. Envolver os moradores no processo de restauração e valorização do patrimônio garante que os benefícios sejam amplamente compartilhados e que a identidade local seja preservada. Além disso, é essencial desenvolver produtos turísticos que destaquem a história e a cultura de Serrinha, como roteiros turísticos, eventos culturais e festivais. Concluindo, a restauração de edifícios antigos, como o Paço Municipal de Serrinha, é um investimento com retornos sociais, culturais e econômicos significativos a longo prazo. Ao preservar seu patrimônio histórico, Serrinha tem a oportunidade de se posicionar como um destino turístico atrativo, fortalecer sua identidade local e promover um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Para assegurar o sucesso dessas iniciativas, é recomendável a criação de um Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, que possa garantir a participação ativa

da comunidade e uma tomada de decisões mais democrática sobre a preservação do

patrimônio. Além disso, parcerias com universidades e institutos de pesquisa podem facilitar a realização de estudos e projetos voltados para a conservação do patrimônio histórico de Serrinha. Finalmente, a promoção de eventos culturais e educativos pode ajudar a sensibilizar a população sobre a importância do patrimônio histórico e a necessidade de sua preservação. Ao investir na restauração de seus edifícios históricos, Serrinha não apenas protege seu passado, mas também constrói um futuro mais próspero e sustentável para as gerações vindouras.

6. Evolução do patrimônio arquitetônico em Serrinha

A história do município de Serrinha remonta o período de expansão das expedições portuguesas, e assemelha-se ao padrão de desenvolvimento urbano de muitas cidades históricas interioranas, que se desenvolveram a partir da chegada de um colonizador que possuía propriedades, consolida suas terras, inicialmente como fazenda, que posteriormente, devido às evoluções das relações pessoais ali, torna-se vila, e recebe por fim o título de município. Devido ao longo histórico da cidade, muitos monumentos foram edificados ainda no Século XIX, e mantiveram as características estilísticas dos movimentos arquitetônicos da época, grande parte dos bens culturais edificados nesse período foram extintos ou modificados com o passar do tempo, até o ponto em que a cidade perde as principais características estéticas da paisagem urbana histórica.

Figura 18: Antigo registro da praça municipal Luiz Nogueira.



Fonte: Acervo do grupo “Encontro dos amigos de Serrinha”

A valorização do patrimônio edificado histórico é rememorado com muito saudosismo por muitos moradores que movimentam a cidade reclamando maior zelo com os exemplares remanescentes de outros tempos, que remontam a história do município, e é sempre associado a sentimentos nostálgicos por aqueles que fizeram parte dessa história de um pequeno município, que tem tido parte de sua trajetória contada através de fragmentos e vestígios remanescentes, mas que mesmo pequenos, acarretam grande carga simbólica.

Com o objetivo de valorizar a cultura local, e promover a salvaguarda dos bens históricos do município que constituem a identidade coletiva dos moradores, uma possível abordagem simbólica seria a documentação dos bens edificados remanescentes, de maneira a enfatizar a relevância de cada monumento para o município. Essa documentação torna-se relevante principalmente diante das movimentações sociais que reivindicam mais cuidado com a memória coletiva, e pode ser algo a corroborar no processo de desenvolvimento de políticas públicas, com o fito de incentivar intervenções ao patrimônio, de maneira que respeitem as diretrizes debatidas no decorrer desse trabalho, como ocorrida com o projeto de requalificação do coreto municipal, que visou dar mais conforto à praça municipal, principalmente aos pedestres, além de valorizar suas edificações.

Figura 19: Evolução da paisagem urbana do coreto



Fonte: Colagem feita pelo autor. Créditos atribuídos na imagem.

Nos últimos 100 anos, a paisagem do município de Serrinha passou por inúmeras mudanças que descaracterizaram parte da paisagem urbana, de maneira que torna a cidade de complexa interpretação diante das divergências dos frutos da modernidade e os remanescentes do passado, por conta do centro histórico que fora fragmentado. Para melhor compreender a relação dos espaços contemporâneos,

fruto das modificações realizadas arbitrariamente, sem conscientização acerca da proteção patrimonial, o que ocasionou grandes contrastes no município, nos quais o moderno conflita com o histórico, como pode ser visto nas imagens a seguir.

Figura 20: Rua Antônio da Mota com 100 anos de evolução urbana.



Fonte: Colagem feita pelo autor. Créditos atribuídos na imagem.

Figura 21: Rua Almeida Couto com 100 anos de evolução urbana.



Fonte: Colagem feita pelo autor. Créditos atribuídos na imagem.

Figura 22: Evolução do Antigo Hotel da Ferrovia Leste Brasileiro



Fonte: Colagem feita pelo autor. Créditos atribuídos na imagem.

Figura 23: Evolução do Antigo Hotel da Ferrovia Leste Brasileiro



Fonte: Acervo do IBGE.

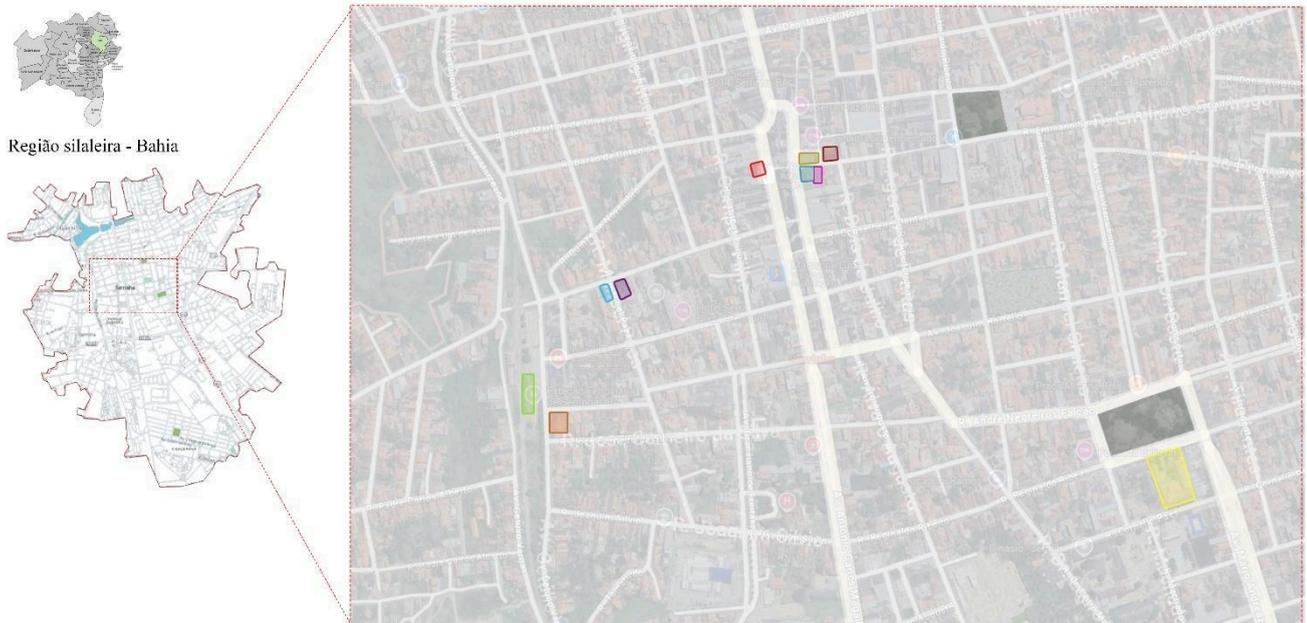
Fonte: Google imagem, 2021

Fonte:

Colagem feita pelo autor. Créditos atribuídos na imagem.

Objetivando promover a valorização patrimonial através da documentação e registro, foram elencados símbolos municipais que resistiram à passagem do tempo, e ainda podem ser encontrados no município, apresentando distintas características de preservação e cuidados, mas que, em menor escala, representam a história da cidade e de seu povo.

Figura 24: Mapa de Localização das edificações abordadas.



Legenda

- 1. Antiga Igreja Matriz de Senhora Santana
- 2. Conjunto Ferroviário RFFSA – Estação Ferroviária de Serrinha, BA
- 3. Antiga prefeitura de Serrinha
- 4. Sobrado da Família Nogueira
- 5. Casa Gonzaga Material de Construção
- 6. Antigo posto de Endemias do Município de Serrinha.
- 7. Residência Família Barcelar.
- 8. Colégio Estadual Rubem Nogueira.
- 9. Antigo Hotel da Companhia Férrea do Leste Brasileiro.
- 10. Antigo Casarão da família Pedreira de Freitas.

Fonte: Produzido pelo autor.

Figura 25: Mapeamento aéreo dos objetos de estudo próximos à praça Luís Nogueira e à estação com Drone.

Antigo posto de Endemias do Município de Serrinha

Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora Santana

Casa Gonzaga Material de Construção

Primeira prefeitura de Serrinha

Antigo sobrado da Família Nogueira

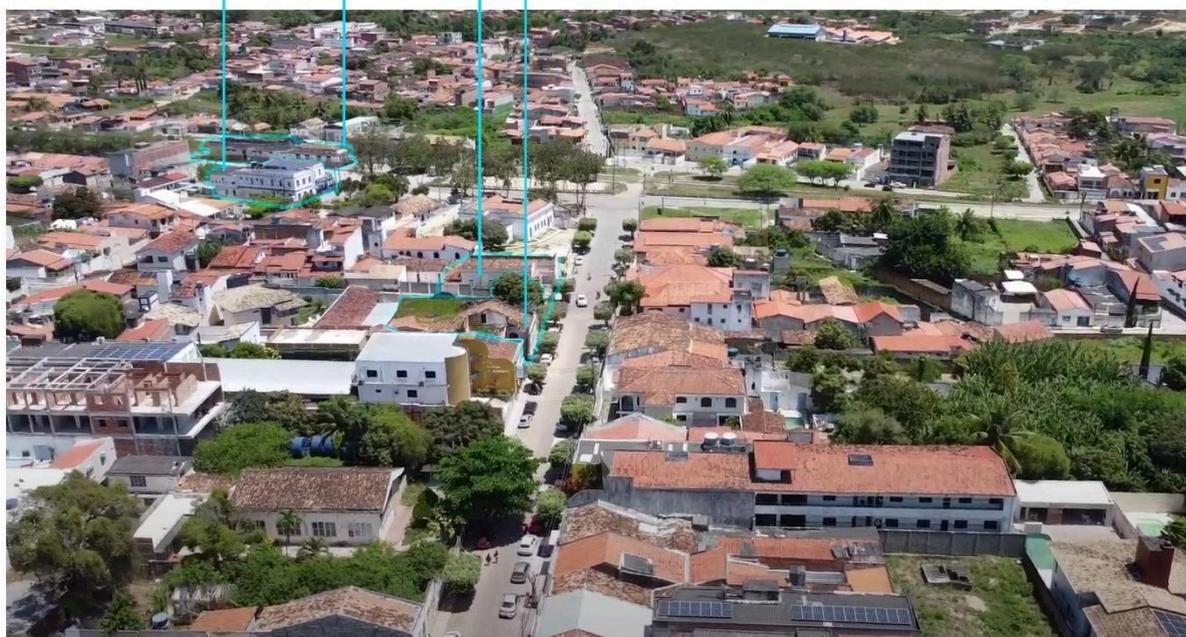


Hospital Ferreira Filho

Residência Sr. Edmundo Barcelar.

Estação Ferroviária

Antigo Casarão da família Pedreira de Freitas.



Fonte: Produzido pelo autor. Créditos a John Drones.

6.1 Antiga Igreja Matriz de Senhora Santana

A igreja matriz de Senhora Santana, em Serrinha, é uma das edificações mais antigas na área urbana do município, especula-se que foi construída ainda no período colonial (1549/1822), com o início de sua construção na década de 1780, conforme as inscrições em seu frontispício, contudo devido à ausência de registro documental do bem histórico, não há precisão sobre essas informações. A considerar a história do município, pode-se verificar que Bernardo da Silva, o fundador do povoado, comprou as terras do Sertão de Tocós de Joana Guedes de Brito em 1723 (documento de posse disponível no IGHB, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).

Após essa data, a família de Bernardo se instala na fazenda, que viria a ser Serrinha, e ergue uma casa de morada, e a pedido de sua esposa, Josefa Maria do Sacramento, uma capela em louvor a Senhora Sant'Anna, apesar da incerteza sobre a construção dessas edificações, mas sabe-se que foi após 1723. A residência do fundador, é a edificação que já no século XX, o intendente Luis Nogueira ergue a sede do Conselho – casa do poder executivo, câmara e cadeia – prédio que resiste ao lado da Igreja Matriz, e apresenta uma águia em sua fachada, apresentada nesse trabalho no tópico 6.3.

Figura 26: Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora Santana.



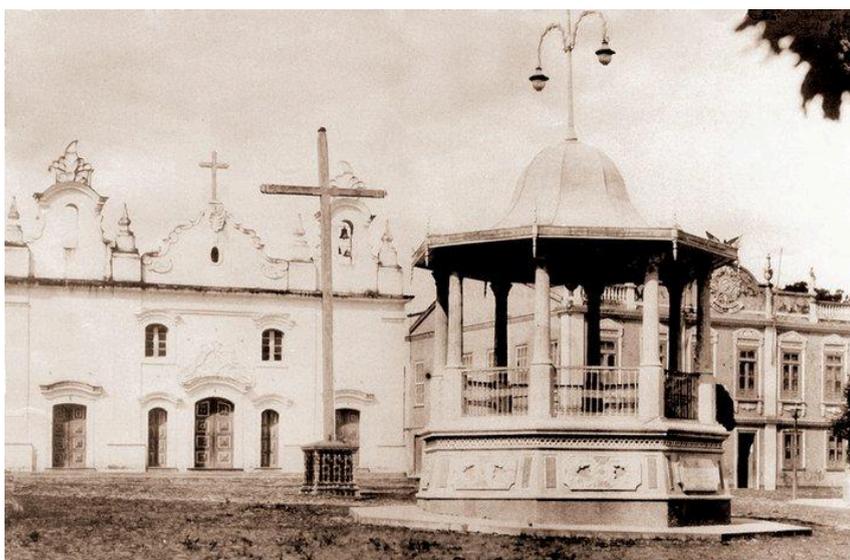
Fonte: IBGE.

Bernardo morre em 25 de setembro de 1750, e foi sepultado na capela de Sant'Anna a qual administrava em vida, tradicionalmente, naquela época, muitas capelas serviam apenas a família, e o município de Serrinha possui capelas restritas

aos familiares, e eventualmente, abertas à comunidade, a exemplo da capela do Retiro, datada do início do século XIX, que ainda mantém essa dinâmica de gestão. Com o falecimento de Bernardo e sua esposa, seus filhos optam por doar a posse da terra onde se situava a capela à Senhora Sant'Anna à arquidiocese do povoado, de maneira que o reverendo Antonio Manoel de Oliveira, filho de Antonio Manoel da Mota e bisneto de Bernardo, deveria residir na casa adjacente à capela, e administrá-la.

De caráter documental, existe o termo da designação de Antonio Manoel Oliveira pelo 13.º arcebispo primaz do Brasil, Dom Frei José de Santa Escolástica, como capelão oficial, no ano de 1805 e permanecendo até 1838 como capelão, quando foi substituído por Francisco Furtado de Mendonça, o qual permaneceu como capelão até 1868.

Figura 27: Igreja Matriz municipal ao fundo, com o coreto à frente, e ao fundo, na lateral direita da igreja, a primeira prefeitura, meados do século XVIII.



Fonte: Acervo do grupo do Facebook "Serrinha-Nossa Terra Amada".

A documentação pública que registra a concessão da posse das terras de Apollinário da Silva, filho de Bernardo da Silva, para a arquidiocese, como presente a Senhora Santana, está datada de 1831, diante disso, infere-se que a existência de um capelão oficial precede esse evento, a retrospectiva histórica linear é importante, pois auxilia no processo de datação da igreja. Concomitantemente, a linha histórica

que pode ser concluída através da análise das informações disponíveis, é que a capela (templo com apenas 1 altar) teria sido edificada a partir de 1723, com a chegada da família de Bernardo, e devido ao pedido de sua esposa, e segue sob a administração da família Silva até 1831, e é passada a administração da igreja católica, após a nomeação do primeiro capelão, tetraneto de Bernardo, ocorrida em 1805.

Até a concessão das terras para a igreja católica, em 1831, acredita-se que o templo ainda era uma capela, e apenas após esse ano, foi iniciada a ampliação do templo, e a igreja com três altares começou a ser edificada, já no Brasil Império, não mais no período colonial. A primeira citação ao templo como igreja, até então, é registrada em 1879, quando o padre Luis Batista da Silva Picado assume a Paróquia, nesse período em que a Vila de Senhora Sant'Anna de Serrinha já tinha sido desmembrada de Purificação dos Campos (Vila que se tornaria o município de Irará), em 1876.

Não há uma data precisa para a elevação da capela para igreja, mas estima-se que ocorreu a partir de 1831, quando a posse das terras foi formalmente cedida à paróquia. Desse modo, a data que está gravada no frontispício da igreja (1780) provavelmente é uma referência ao templo ainda no período em que era uma capela, mas também poderia ser o marco inicial da elevação de capela para igreja, e essa mudança poderia ter sido feita ainda pelos filhos e netos de Bernardo da Silva, mesmo antes da posse das terras da igreja serem passadas, essa imprecisão é decorrente da ausência de documentação oficial que registre esse período.

A igreja está localizada na praça Luiz Nogueira, no bairro "Centro" da cidade de Serrinha, próximo a outras edificações históricas do município, e é um dos principais símbolos representantes da arquitetura barroca no município, de maneira a representar as técnicas construtivas mais avançadas disponíveis ao contexto no qual foi edificada, e devido a isso, evidencia os traços do regionalismo e da arquitetura popular do município, apesar de possuir características das igrejas barrocas da região silareira, e referências análogas a arquitetura religiosa que estava sendo executada em Salvador, cidade próxima com maior desenvolvimento urbano.

Edificada com fortes influências do rococó e da arquitetura neoclássica, a Igreja de Nossa Senhora Santana, do município de Serrinha (BA), caracteriza-se pela simplicidade formal, que contrasta com o rococó e o barroco exuberantes dos centros urbanos, como a visto na igreja de São Francisco de Assis do século XVIII, na cidade de Salvador (figura 28). Estima-se que a igreja de Senhora Santana, como encontrada hoje, foi edificada no século XIX, e reflete um processo de adaptação estilística que permeou as regiões interioranas do Nordeste, aproximando-a de outras igrejas do século XVIII, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário Pombal (figura 29), na cidade de Pombal, no interior da Paraíba.

Figura 28: Igreja e Convento de São Francisco
(Salvador)



Fonte: Wikipédia, créditos a Wellington Da
Costa Gomez

Figura 29: Igreja de Nossa Senhora do
Rosário Pombal.



Fonte: Acervo fotográfico “Paraíba Criativa”

A singeleza da fachada com linhas puras, campanário centralizado e a ausência de elementos ornamentais complexos dialogam diretamente com a escassez e técnicas construtivas da comunidade que a edificou, essa característica pode ser interpretada como uma forma de moderação e pragmatismo, apesar disso, absorveu as influências barrocas presentes em outros templos de cidades maiores. Os teóricos que discutem o barroco, como Heinrich Wölfflin e Benedito Lima de Toledo, apontam que essa arquitetura, mesmo quando simplificada, mantém o espírito dramático e monumental do rococó, e análogo ao barroco, que buscam criar ambientes de elevação espiritual, dentro de suas peculiaridades, na igreja de

Serrinha, essa monumentalidade intrínseca manifesta-se através de uma estética de “austeridade barroca”, onde a função sagrada é resguardada pelos materiais modestos, e as formas arquitetônicas funcionais.

No campo da teoria da preservação, é possível contrastar a igreja de Serrinha com as perspectivas de Eugène Viollet-le-Duc e John Ruskin. Viollet-Le-Duc propunha a restauração arquitetônica como um processo de recriação idealizada que objetiva devolver o valor e as simbologias do bem edificado, em sua origem, e a busca pela resguarda do esplendor original, que ela provavelmente possuía ocasiona intervenções que destoam da edificação original, mas que sejam análogas às expectativas do projeto original, que por ventura não tenham sido alcançadas no período em que foi edificada. Enquanto Ruskin, defendia a necessidade de respeitar as avarias e intempéries como elementos que igualmente compunham o patrimônio, e que respeitem a resistência do patrimônio histórico cultural à passagem do tempo.

Figura 30: Igreja de Nossa Senhora Santana no século XIX.



Fonte: Acervo de imagens IBGE.

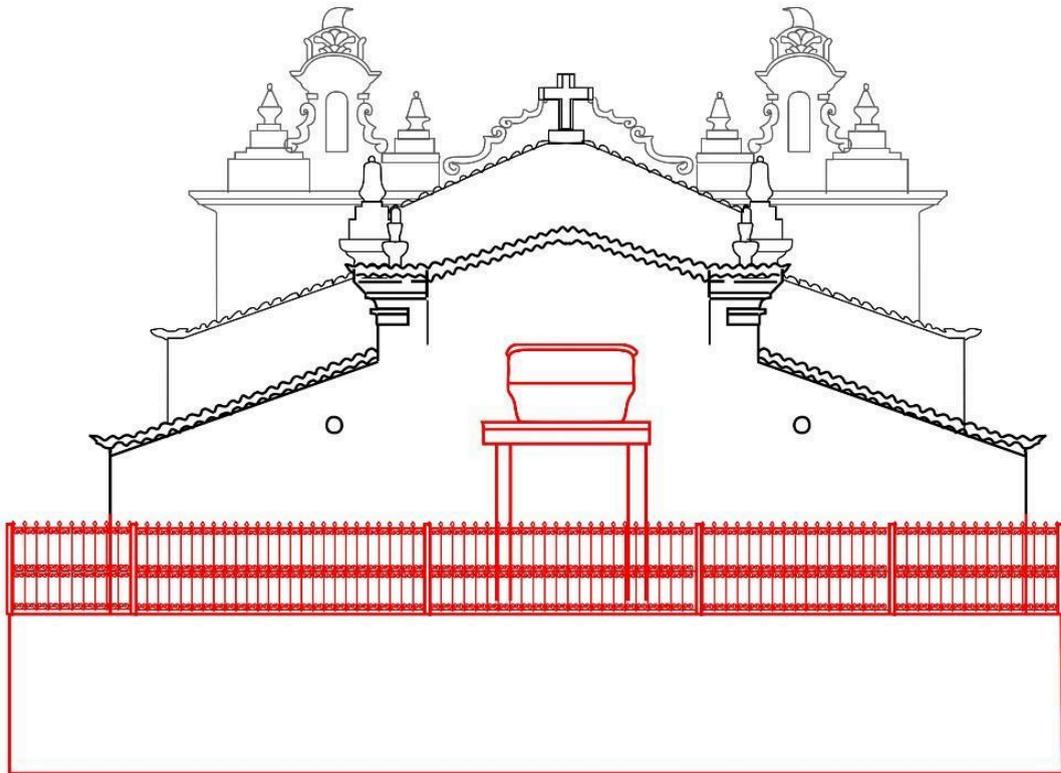
Figura 31: Igreja de Nossa Senhora Santana, 2021.



Fonte: Acervo de imagens “Bahia já”.

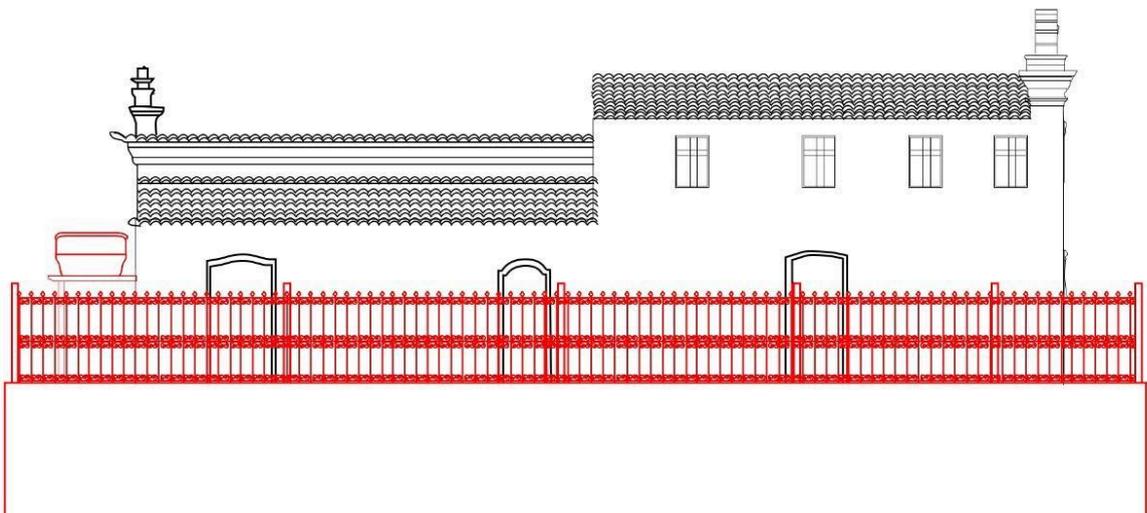
O paralelo entre outras igrejas do movimento rococó, reforça que as construções religiosas do interior do nordeste do século XIX prezavam pela moderação formal. Muitas vezes, esses edifícios foram edificados com técnicas mais rústicas, mão de obra pouco especializada e materiais locais, o que revela a adaptação do rococó europeu às realidades brasileiras, de maneira a desenvolver um estilo derivado do barroco, em versão simplificada, mas ainda relacionada aos preceitos estéticos rococó e do barroco.

Figura 32: Fachada Leste (Posterior) da Igreja e modificações recentes em vermelho.



Fonte: Produzido Pelo autor.

Figura 33: Fachada Norte (Posterior) da Igreja e modificações recentes em vermelho.



Fonte: Produzido pelo autor.

A preservação da igreja é de fundamental importância para a cultura histórica não apenas do município, mas por fazer parte de um conjunto maior de edifícios que

representa a evolução da influência da igreja católica na formação das identidades culturais do Brasil interiorano. E como pode ser visto nas Figuras acima, a estética original da edificação tem sido preservada nos últimos anos, de maneira que a leitura da igreja permanece coerente com sua originalidade.

Com a expansão urbana, e aumento populacional, a Igreja de Nossa senhora Santana, já não comportava o contingente populacional, devido a isso foi edificada a Catedral de Senhora Santana, na praça Miguel Carneiro, ainda no centro da cidade, a construção de um novo templo, corroborou com a conservação da igreja anterior que tem sido conservada há anos e ficou popularmente como “igreja velha”, e a catedral como “igreja nova”, apesar de não acontecerem mais as principais cerimônias e celebrações católicas na antiga igreja matriz, ainda são realizados a maioria dos casamentos.

Em reconhecimento à importância histórica da edificação, como elemento cultural do município, a antiga igreja matriz da cidade foi tombada pelo estado da Bahia em 12/09/2001, registra-se hoje sob a proteção legal: Tombamento Provisório - Bahia - Processo nº 002/98. A igreja está registrada no Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia (SIPAC), como em bom estado de conservação, com exceção da imaginária, que necessita de cuidados; apesar de possuir poucos registros documentais, assim como uma breve descrição que não contempla a importância simbólica do bem para o município, é positivo o reconhecimento do mesmo, principalmente quando é a única edificação que encontra-se sob a proteção do governo estadual (IPAC), no município de Serrinha, e o segundo monumento a ser tombado, o complexo ferroviário sendo o primeiro.

Figura 34: Ficha documental da Antiga Igreja Matriz da cidade de Serrinha.

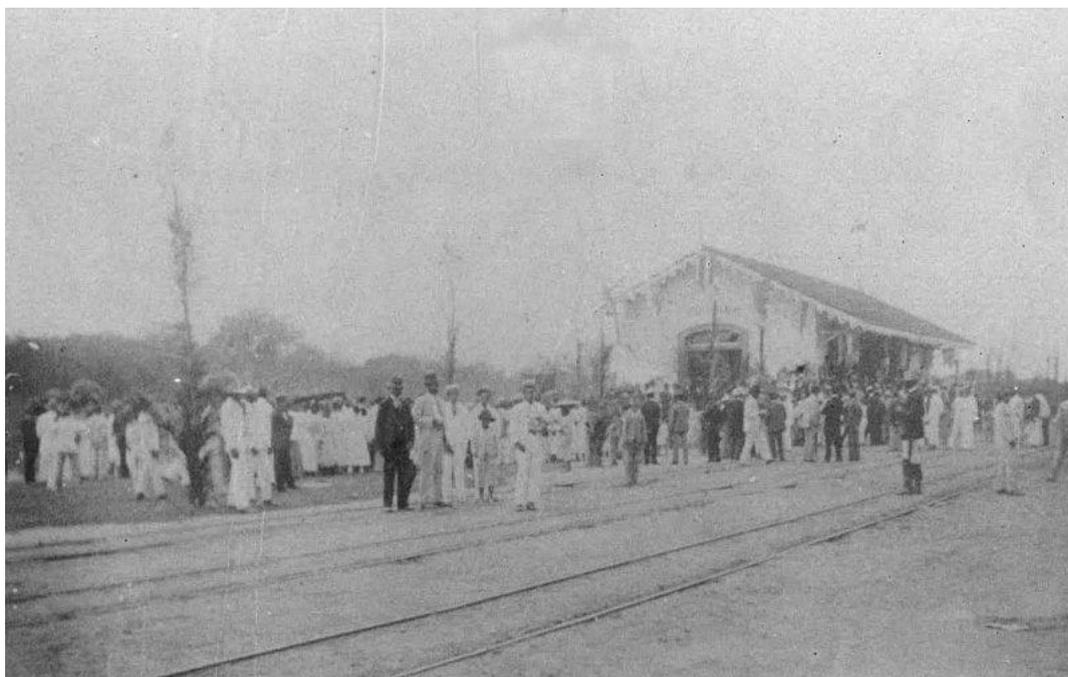
					
EDIFÍCIO: Antiga igreja matriz		LOCALIZAÇÃO: R. Mahana de Souza - Centro, Serrinha - BA, 48700-000		FICHA: 1/10	
USO ORIGINAL: Igreja		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Rococó		CONSTRUÇÃO: 1780 - 1838	
USO ATUAL: Igreja		TIPOLOGIA: Religiosa		VALOR SEGUNDO RIEGL: Antiguidade, monumento, histórico e uso	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente		ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
				ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
BREVE HISTÓRICO: A Primeira Igreja Matriz de Nossa Senhora Sant'Ana de Serrinha é uma das poucas edificações de valor artístico do século XVIII. Ela se destaca por ser a única na região nordeste da Bahia e é considerada o mais importante monumento histórico da cidade. Até o momento, não foram encontrados documentos que precisem a data exata de início de sua construção. No entanto, há uma inscrição no frontão da igreja com o ano de 1780, provavelmente indicando a data de conclusão de seu frontispício. A igreja foi encomendada pela viúva do Sr. Bernardo Maria do Sacramento e seus filhos. A partir desse momento, o povoado começou a se desenvolver ao redor da igreja. Em 1º de junho de 1838, a igreja, com sua decoração rococó e neoclássica, foi elevada à condição de sede da freguesia (matriz) pela Lei Provincial nº 67 (IPAC).					
FACHADA PRINCIPAL:  Fonte: Acervo do Autor			OBSERVAÇÕES:  Fonte: Museu virtual em memória pró Serrinha Fonte: Acervo do Autor Antiga igreja matriz é reconhecida como bem patrimonial com melhor estado de conservação, desde que foi passada aos cuidados da igreja católica, a maior mudança realizada, foi a construção de um muro que a circunda, por questões de segurança.		
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria		MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa		MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Madeira	
MATERIAL DO TETO: Cerâmica		LOCALIZAÇÃO:  Fonte: Google		MATERIAL DO PISO: Pedra indefinida Semibrilho Cor cinza	
CRONOLOGIA: 1723 - 1831: Capela sob a gerência da família Bernardo da Silva e edificada por pedido de sua esposa. 1780: Estima-se que foi quando iniciaram-se as obras de ampliação de capela para igreja. 1831: As terras são cedidas para a os cuidados da igreja católica e se permanecem sobre os cuidados da arquidiocese.				DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA:  Fonte: Museu virtual em memória pró Serrinha  Fonte: Serrinha - Nossa terra amada  Fonte: Museu virtual em memória pró Serrinha 	
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:  Fonte: fotos do acervo de imagens "O mundo é Plano"					

Fonte: Produzida pelo autor.

6.2 Conjunto Ferroviário RFFSA – Estação Ferroviária de Serrinha, BA

A Estação Ferroviária de Serrinha, localizada no município homônimo na Bahia, representa um capítulo crucial na história do desenvolvimento das ferrovias brasileiras, especialmente na integração do interior baiano com as zonas portuárias e os centros urbanos. Para compreender a importância histórica da estação e da linha ferroviária que a sustenta, é necessário analisar as várias fases de sua evolução, desde a inauguração no século XIX até o tombamento como patrimônio cultural, bem como discutir o impacto social, econômico e as mudanças políticas e infra-estruturais ao longo do tempo.

Figura 35: A estação original de Serrinha. Sem data determinada. Autor desconhecido.



Fonte: Acervo fotográfico de “Estações Ferroviárias do Brasil”.

A construção da Estação de Serrinha, inaugurada em 18 de novembro de 1880, ocorreu em um momento em que o governo brasileiro buscava estimular o desenvolvimento do interior do país por meio da expansão das ferrovias. A malha ferroviária baiana, inicialmente projetada para facilitar a exportação de produtos agrícolas e minerais, era um esforço de integração entre o litoral e o sertão. A Estação de Serrinha foi parte do prolongamento da Estrada de Ferro Bahia ao São

Francisco, que visava ligar a estação de São Francisco, em Alagoinhas, ao rio São Francisco, em Juazeiro. Esse trecho, concluído em etapas entre 1880 e 1896, foi fundamental para o escoamento da produção regional, especialmente em um período de grande crescimento das lavouras de algodão e outros produtos agrícolas.

Durante o início do século XX, a ferrovia em Serrinha foi administrada por diversos concessionários, incluindo a Cia. Chemins de Fer Federaux du L'Est Brésilien, que em 1911 assumiu a gestão e reduziu a bitola da linha para métrica, unificando-a com outras linhas da região. Esse período marcou o auge das ferrovias como principal meio de transporte e comunicação no Brasil. Em 1935, a linha foi incorporada à estatal Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB), e, posteriormente, em 1957, fez parte da formação da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), consolidando a importância da ferrovia para o desenvolvimento da região.

O desenvolvimento ferroviário foi crucial para a economia de Serrinha e outras cidades do interior baiano, que até então dependiam de meios de transporte mais precários e demorados, como a navegação fluvial e o transporte por estradas rudimentares. A chegada dos trens permitiu o escoamento de produtos agrícolas em maior quantidade e velocidade, conectando Serrinha aos centros exportadores, particularmente Salvador. Esse processo inseriu o município de forma mais dinâmica no circuito econômico regional, facilitando a troca de mercadorias e o acesso a bens de consumo.

Entretanto, o impacto não foi apenas econômico. A estação tornou-se um centro de sociabilidade local. Os trens e a movimentação de mercadorias e pessoas dinamizaram a vida cotidiana de Serrinha, influenciando a formação de novos bairros, estabelecimentos comerciais e espaços de lazer, como o antigo Clube Recreativo dos Ferroviários, que também compõe o conjunto arquitetônico tombado.

Com o avanço do transporte rodoviário e a gradual obsolescência do sistema ferroviário, a Estação de Serrinha, como muitas outras no Brasil, entrou em declínio a partir da segunda metade do século XX. A RFFSA, que inicialmente tentava modernizar e ampliar a malha ferroviária, enfrentou dificuldades econômicas e políticas, que culminaram na desativação de diversas linhas de passageiros. Em 1989, os trens de passageiros entre Alagoinhas e Senhor do Bonfim foram

desativados, deixando a estação de Serrinha em funcionamento apenas para transporte de cargas.

O declínio da ferrovia gerou um forte impacto social e econômico na cidade, que viu grande parte de suas atividades comerciais e sociais associadas à ferrovia se extinguirem. A desativação também implicou na deterioração física da estação, que foi abandonada e exposta à depredação.

Em 2010, o conjunto ferroviário de Serrinha foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como parte de um esforço para preservar a memória ferroviária brasileira. O tombamento incluiu não apenas a estação, mas também edificações anexas, como o antigo depósito, casas dos ferroviários, a caixa d'água de concreto de 1939 e outros elementos característicos do conjunto ferroviário. Esse tombamento foi realizado com base na Lei nº 11.483/2007, que transfere ao IPHAN a responsabilidade pela gestão dos bens móveis e imóveis de valor cultural e histórico da extinta RFFSA.

Figura 36: Casa dos ferroviários, 2007.



Fonte: Acervo fotográfico de “Estações Ferroviárias do Brasil”.

Figura 37: Estação Ferroviária de Serrinha, 2004.

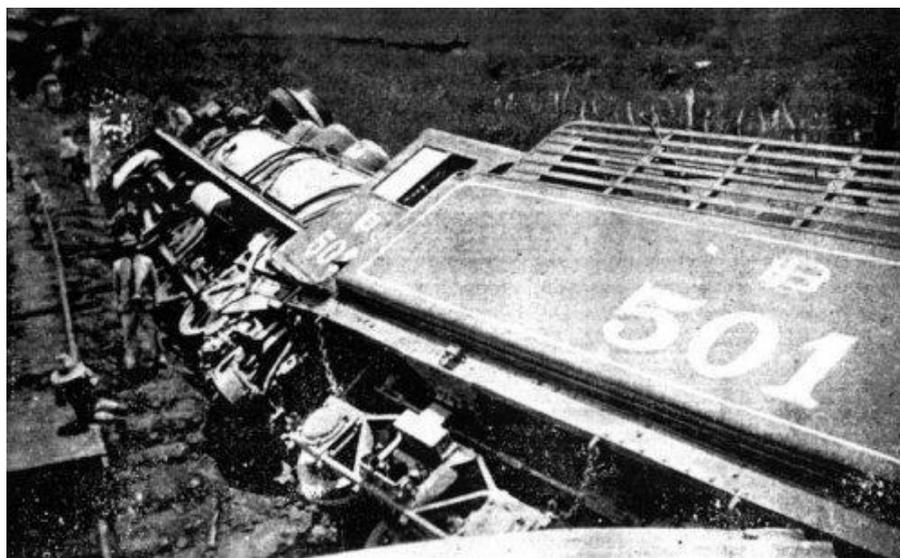


Fonte: Acervo fotográfico de “Estações Ferroviárias do Brasil”.

No entanto, apesar do tombamento, as condições de conservação do conjunto ferroviário deixaram a desejar. Em 2011, relatos indicavam que o local estava em estado de abandono, com pichações, acúmulo de sujeira e a presença de usuários de drogas, expondo as dificuldades enfrentadas pelos órgãos de preservação em manter a integridade física do patrimônio tombado.

Um episódio emblemático na história da estação foi o acidente ocorrido em 1940, quando um trem cargueiro se envolveu em uma colisão de grandes proporções. O incidente, amplamente documentado em fotografias da época, gerou grande comoção na cidade e tornou-se parte da memória coletiva local. Embora os detalhes específicos sobre as causas do acidente não sejam totalmente claros, sabe-se que ele foi um dos marcos trágicos da história ferroviária de Serrinha. Esse evento reforça a narrativa de um período em que o transporte ferroviário, apesar de sua importância, também era marcado por desafios operacionais e riscos constantes.

Figura 38: Acidente em 1940 em Serrinha. Foto de relatório da VFFLB. Cessão Flávio Cavalcanti.



Fonte: Acervo fotográfico de “Estações Ferroviárias do Brasil”.

Figura 39: No pátio de Serrinha, a locomotiva da Leste Brasileiro explodiu no início dos anos 1950 (Foto do livro "A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia", Tasso Franco, Salvador, EGBA - Assembleia Legislativa do Estado, 1996).



Fonte: Acervo fotográfico de “Estações Ferroviárias do Brasil”.

A decisão de tombiar o conjunto ferroviário de Serrinha pelo IPHAN foi um esforço notável de preservação da memória e do patrimônio industrial brasileiro. No entanto, essa iniciativa levanta questões sobre a eficácia das políticas de preservação em um contexto de abandono econômico e social das cidades que outrora prosperaram em torno das ferrovias. O estado de degradação do patrimônio após o tombamento reflete um problema recorrente em várias cidades brasileiras: a dificuldade de transformar o patrimônio cultural em um ativo econômico e social viável para as comunidades.

O tombamento, por si só, não garante a preservação física e funcional dos bens culturais. Para além da proteção legal, é necessária uma política integrada de revitalização que envolva o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando não apenas a preservação do patrimônio, mas também sua reintegração na vida social e econômica da cidade. Em casos como o de Serrinha, iniciativas de revitalização urbana, turismo cultural e educação patrimonial poderiam transformar o conjunto ferroviário em um centro de memória ativo, que valorize a história ferroviária e a importância do transporte para o desenvolvimento regional.

A Estação Ferroviária de Serrinha, na Bahia, possui uma trajetória histórica relevante, tanto pelo papel desempenhado no desenvolvimento da malha ferroviária do interior baiano quanto por seu valor arquitetônico. Reformada em 1943, a estação adotou elementos estilísticos do Art Déco, que representou um movimento moderno na arquitetura brasileira da primeira metade do século XX. Essa análise busca aprofundar os aspectos arquitetônicos da estação, levando em conta a influência do Art Déco, o contexto histórico de sua construção e as transformações ocorridas ao longo do tempo.

A reforma da Estação de Serrinha em 1943 ocorreu durante um período de transformação na malha ferroviária do Brasil, quando o transporte ferroviário vivia um momento de grande relevância econômica e social. Originalmente inaugurada em 1880, a estação foi reformada e ampliada com o objetivo de modernizar suas instalações para atender à crescente demanda por transporte de cargas e passageiros, refletindo a necessidade de adaptação à modernização do sistema ferroviário da época.

Durante esse período, o Art Déco já havia se consolidado como um dos estilos arquitetônicos dominantes no Brasil, particularmente em obras públicas e grandes projetos urbanos. O Art Déco, caracterizado por suas linhas geométricas, formas simplificadas e ornamentação estilizada, chegou ao Brasil nos anos 1920 e teve forte impacto na arquitetura de estações ferroviárias, prédios governamentais e cinemas, entre outras construções.

O Art Déco é conhecido por seu uso de linhas retas e formas geométricas simplificadas, que visam transmitir uma sensação de ordem, funcionalidade e modernidade. Na Estação de Serrinha, essas características são perceptíveis na fachada do edifício, com volumes bem definidos e uma ornamentação relativamente discreta. A sobriedade decorativa e o uso de padrões geométricos sutis na fachada e nas janelas são marcas distintivas do estilo, que visava transmitir a modernidade e eficiência associadas ao transporte ferroviário.

Outro aspecto comum na arquitetura Art Déco é o uso de materiais modernos e duráveis. Na reforma de Serrinha, o revestimento em mármore nas paredes da estação, especialmente na metade inferior da construção, é uma característica típica desse período. O mármore, além de ser um material nobre, reforça a ideia de

durabilidade e modernidade que o Art Déco trazia para as obras públicas. Além disso, o concreto armado, amplamente utilizado nas construções Art Déco, pode ter sido empregado na estação, especialmente na caixa d'água de concreto construída em 1939.

Ao contrário do estilo neoclássico e eclético, que prevalecia nas décadas anteriores e era caracterizado por sua exuberância decorativa, o Art Déco propunha uma arquitetura mais funcional e menos ornamentada, adequada à modernidade. Essa mudança refletiu-se na Estação de Serrinha, cuja reforma buscou não apenas modernizar esteticamente o edifício, mas também torná-lo mais prático e eficiente para as operações ferroviárias da época. A ênfase na funcionalidade é perceptível no layout simples e na disposição prática dos espaços internos e externos da estação.

Figura 40: Portas simples e com poucos ornamentos.



Fonte: Acervo fotográfico de “Estações Ferroviárias do Brasil”.

Figura 41: Portas simples e com poucos ornamentos.



Fonte: Acervo fotográfico de “Estações Ferroviárias do Brasil”.

A influência do Art Déco na arquitetura ferroviária do Brasil não se restringiu à Estação de Serrinha. Muitas outras estações reformadas ou construídas na década de 1930 e 1940 adotaram esse estilo. A Estação Júlio Prestes, em São Paulo, inaugurada em 1938, é um exemplo de como o Art Déco foi amplamente utilizado para projetar edifícios que simbolizavam o progresso e a modernização do transporte ferroviário no Brasil. Da mesma forma, a Estação de Serrinha, embora menor em escala, compartilha a mesma abordagem estilística, empregando linhas

retas, formas geométricas e uma ornamentação contida, não aplicado somente a estação ferroviária, mas a todas as edificações que compunham o complexo ferroviário municipal, como depósito de máquinas, galpões e o Hotel que dava suporte aos viajantes, e ficava ao lado da estação, e um colégio localizado próximo ao complexo.

Figura 42: Hotel localizado ao lado do complexo ferroviário.



**Fonte: Acervo de Imagens do Grupo
“Serrinha – nossa terra amada”**

Figura 43: Escola localizada ao lado do complexo ferroviário.



**Fonte: Acervo de Imagens do Grupo
“Serrinha – nossa terra amada”**

Em 2010, o conjunto ferroviário de Serrinha foi tombado pelo IPHAN, o que inclui a estação e outras edificações, como o antigo clube dos ferroviários, casas e a caixa d'água. O tombamento reconheceu o valor histórico e arquitetônico da estação como parte da memória ferroviária brasileira. No entanto, apesar do tombamento, o edifício foi, em grande parte, negligenciado ao longo dos anos, sofrendo depredações e perda de parte de sua integridade arquitetônica. O Art Déco, como estilo, tinha o propósito de exaltar a modernidade e o progresso; o abandono atual da estação reflete o desafio de preservar o patrimônio cultural, em especial aqueles associados a um passado industrial e ferroviário que, em grande medida, foi superado por outras formas de transporte.

A caixa d'água de 1939 e outras estruturas anexas ao complexo ferroviário, como o depósito e as casas dos agentes ferroviários, também seguem uma linha arquitetônica que dialoga com o Art Déco, especialmente em suas formas geométricas simplificadas e na atenção ao uso de materiais duráveis e práticos, como o concreto. Essas estruturas complementam a estética da estação e reforçam

a imagem de um conjunto urbano construído com base nos princípios da modernidade, tanto funcional quanto estética.

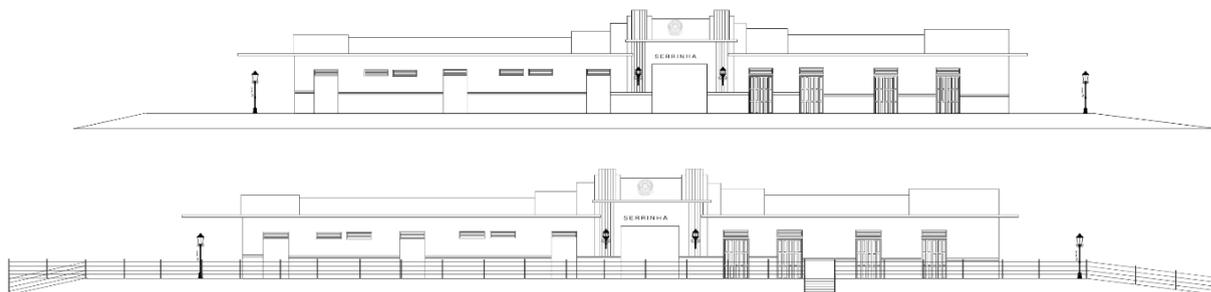
**Figura 44: Caixa d'água de abastecimento a estação ferroviária e edificações em seu entorno.
Ano indeterminado.**



Fonte: Fotografia de Adryano Ferreira.

O complexo ferroviário de Serrinha passou por inúmeras reformas e processos que culminaram no abandono da estrutura, desses, destaca-se o declínio da indústria ferroviária e o sucateamento das instalações que ali restaram, que apesar das propostas de pavimentação, como a instalação de centro cultural e a promoção de eventos educacionais, não foram suficientes para revitalizar o local que se encontra isolado e com acesso restrito, para evitar invasões e depredações. As intervenções realizadas para o isolamento, assim como outras intervenções patrimoniais realizadas no município, não foram executadas com a preocupação com a simbologia da edificação, é considerada apenas a necessidade momentânea, através do fechamento das principais aberturas a edificação.

Figura 45: Fachada da Estação Ferroviária de Serrinha com fortes características Art Decó após a reforma de 1943 (Gradil foi executado posteriormente, data indeterminada).



Fonte: Produzida pelo autor.

Figura 46: Estação Ferroviária de Serrinha, 2022 e 2023.



Fonte: Cartilha “SERRINHA E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA”, por Carlos Nássaro Araújo da Pixão e Sarah Catarina Ferreira Santos Nogueira.

Apesar de pouco significativas, as intervenções realizadas para isolar a edificação não respeitam a estética original da edificação, em aspectos relacionados ao fluxograma e a relação de cheios e vazios do prédio. Apesar de ações urgentes

que promovesse a preservação do bem histórico, mediante as possibilidades e intervenções que poderiam ter sido adotadas, debates acerca da assertividade de tal abordagem são pertinentes diante da subutilização de um bem patrimonial de grande relevância a identidade histórico e cultural do município, e a perda de características estéticas e construtivas do referido, como pode ser visto nas ilustrações abaixo.

Figura 47: Estação Ferroviária de Serrinha, década de 40. Figura 48: Estação Ferroviária de Serrinha 1980. Figura 49: Estação Ferroviária de Serrinha 2012. / Figura 50: Estação Ferroviária de Serrinha 2023

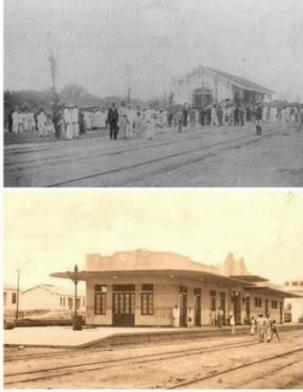
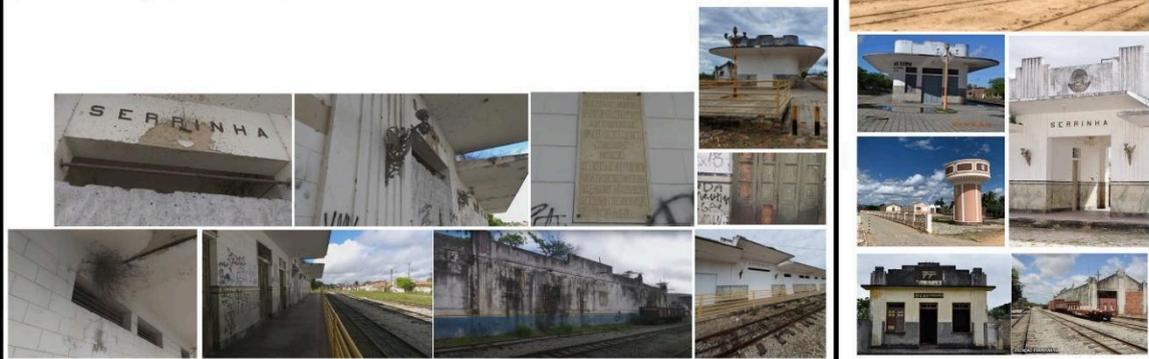


Fontes : Figura 47 – Acervo de imagens Grupo “Serrinha – Nossa Terra amada” / Figura 48 Acervo de imagens Grupo “Amigos de Serrinha” / Figura 49 – Acervo de imagens Grupo “Serrinha – Nossa Terra amada” / Fonte: Figura 50 Cartilha “SERRINHA E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA”, por Carlos Nássaro Araújo da Pixão e Sarah Catarina Ferreira Santos Nogueira.

A Estação Ferroviária de Serrinha é um exemplo notável da difusão do estilo Art Déco em edificações públicas e infraestrutura no Brasil, especialmente no contexto das reformas urbanas e ferroviárias do início do século XX. A reforma de 1943 transformou a estação em um símbolo de modernidade e progresso, alinhando-se com o movimento de modernização das ferrovias. O tombamento pelo IPHAN em 2010 ressalta o reconhecimento de seu valor histórico e arquitetônico, mas também aponta para os desafios contínuos de preservação desse patrimônio.

Embora o edifício enfrente hoje problemas de conservação, sua estrutura e detalhes estilísticos continuam a ser representações de uma época de grande otimismo quanto ao futuro do transporte ferroviário no Brasil. A influência do Art Déco, visível em suas linhas geométricas e uso de materiais nobres, como o mármore, faz da estação um exemplo importante de como a arquitetura pode refletir as mudanças sociais e econômicas de uma era. A história da Estação Ferroviária de Serrinha é uma narrativa rica que envolve o desenvolvimento econômico, social e cultural da Bahia, especialmente em sua relação com o interior do estado. Desde sua inauguração no século XIX até o declínio e eventual tombamento no século XXI, a estação simboliza os altos e baixos da infraestrutura ferroviária brasileira e o impacto dessa infraestrutura na vida cotidiana de uma cidade. O tombamento pelo IPHAN, embora necessário, ainda precisa ser acompanhado de esforços mais robustos para garantir a preservação física e a revitalização do patrimônio, de modo que o legado ferroviário de Serrinha continue vivo nas futuras gerações.

Figura 51: Ficha documental da Estação Ferroviária de Serrinha.

					
EDIFÍCIO: Estação Ferroviária		LOCALIZAÇÃO: Av. Getúlio Vargas, 1019 - Parque Santana		FICHA: 2/10	
USO ORIGINAL: Estação Ferroviária		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Art Decó		CONSTRUÇÃO: Finalizada (1880) - Reforma (1943)	
USO ATUAL: Desativado		TIPOLOGIA: Institucional		VALOR SEGUNDO RIEGL: Antiguidade, monumento, histórico e uso	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input checked="" type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input checked="" type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input checked="" type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input checked="" type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
BREVE HISTÓRICO: A Estação Ferroviária de Serrinha, inaugurada em 1893, foi essencial para o desenvolvimento econômico e urbano da cidade, facilitando o transporte de mercadorias e integrando a região ao restante do estado. Sua arquitetura eclética com influências neoclássicas reflete o estilo das construções ferroviárias da época. Com o declínio das ferrovias, o prédio foi adaptado e hoje abriga a sede da Guarda Municipal. A preservação da estação é crucial para manter viva a memória histórica da ferrovia e seu impacto na cidade de Serrinha.					
FACHADA PRINCIPAL:  <small>Fonte: Cartilha "SERRINHA E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA", por Carlos Nássaro Araújo da Pizão e Sarah Catarina Ferreira Santos Nogueira.</small>			OBSERVAÇÕES: Em 2010, o conjunto ferroviário de Serrinha foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como parte de um esforço para preservar a memória ferroviária brasileira. O tombamento incluiu não apenas a estação, mas também edificações anexas, como o antigo depósito, casas dos ferroviários, a caixa d'água de concreto de 1939 e outros elementos característicos do conjunto ferroviário. Esse tombamento foi realizado com base na Lei nº 11.483/2007, que transfere ao IPHAN a responsabilidade pela gestão dos bens móveis e imóveis de valor cultural e histórico da extinta RFFSA, mas a proteção do IPHAN não foi o suficiente para garantir a integridade do bem edificado.		
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria		MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Madeira		MATERIAL DO PISO: Concreto
MATERIAL DO TETO: Cerâmica		LOCALIZAÇÃO:  <small>Fonte: Google</small>		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA: 	
CRONOLOGIA: - Inauguração (1880) - Reforma e ampliação (1943) - Construção de gradil (2016)		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA: 			

Fonte: Produzido pelo autor.

6.3 Antiga prefeitura de Serrinha

A história da primeira prefeitura do município de Serrinha, na Bahia, está intimamente ligada ao desenvolvimento político e arquitetônico da cidade, refletindo as transformações sociais e culturais ocorridas no final do século XIX e início do século XX. O prédio do Paço Municipal, que hoje se destaca como um marco histórico, teve sua construção iniciada durante a gestão do primeiro intendente do município, Marianno Silvio Ribeiro, entre 1890 e 1893. A escolha do local para a edificação do Paço não foi aleatória; ele foi erguido no mesmo terreno onde anteriormente existia a casa de Bernardo da Silva, um dos primeiros líderes políticos de Serrinha e antigo proprietário das terras que deram origem à cidade.

O edifício original, construído em um estilo arquitetônico neoclássico, refletia as tendências estéticas da época, com linhas simples e uma decoração discreta. Ao longo dos anos, o Paço Municipal passou por diversas reformas que modificaram sua aparência original, adaptando-o às novas demandas estéticas e simbólicas da sociedade serrinhense. Uma dessas reformas, em particular, conferiu ao prédio uma imponência que se tornou característica do edifício. A fachada foi reformada para incluir uma grande águia americana com as asas abertas, simbolizando o desejo de crescimento e prosperidade do povo de Serrinha. Além disso, foram aplicadas as coloridas armas da república na parte central da fachada, reforçando a identidade republicana do Brasil e a importância do edifício como símbolo do poder municipal.

Essas intervenções, embora tenham alterado o caráter original do prédio, contribuíram para consolidar o Paço Municipal como um ícone arquitetônico e histórico da cidade de Serrinha. A presença da águia e das armas da república não apenas embelezam o edifício, mas também o transformaram em um símbolo de aspiração e progresso para a comunidade local. Assim, o Paço Municipal de Serrinha não apenas desempenhou um papel administrativo fundamental ao longo dos anos, mas também serviu como um espaço de representatividade e identidade para os serrinhenses.

Figura 52: Registro antigo do Paço municipal de Serrinha, Bahia.



Fonte: Acervo do grupo “Fotos antigas de Serrinha”

Em suma, o prédio da primeira prefeitura de Serrinha, com sua rica história e significativas reformas, reflete a evolução política e social do município. A edificação não só marcou o início da organização política formal da cidade, mas também se tornou um símbolo duradouro do crescimento e das aspirações da comunidade serrinhense.

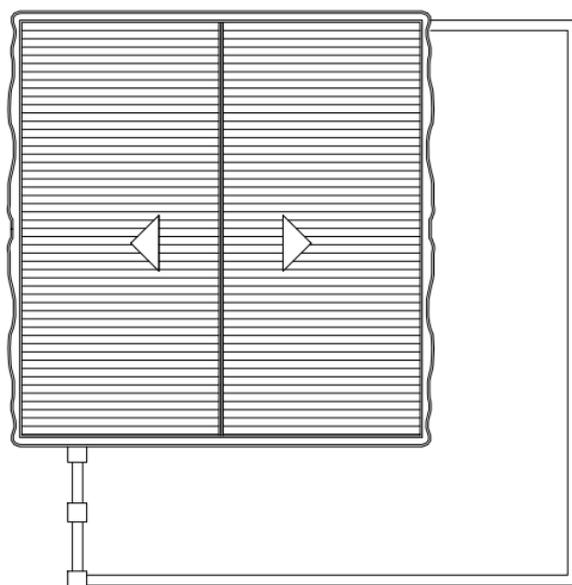
Apesar da simbologia política, o edifício histórico encontra-se isolado há 9 anos, não há reparos propostos para ele, de maneira que o desinteresse político, e descaso com o bem patrimonial, compromete a estrutura do edifício, e subutiliza um bem histórico relevante à memória dos moradores. Frequentemente são realizadas movimentações pelas redes sociais reivindicando a proteção da prefeitura, como símbolo cultural, político que é presente na memória dos indivíduos relacionados.

A restauração de edifícios antigos, como o Paço Municipal de Serrinha, representa um investimento estratégico fundamental para o desenvolvimento sustentável do município. A revitalização do patrimônio histórico não apenas preserva a herança cultural da cidade, mas também potencializa o turismo cultural, promove a educação patrimonial e fortalece a identidade local, criando um impacto positivo de longo prazo para a comunidade.

Histórico da edificação.

A edificação abrigou a família Nogueira, recém chegados ao município, que edificaram sua residência ao lado da igreja matriz, na praça principal da cidade. Devido às evoluções urbanas e o desenvolvimento do município, a edificação foi ampliada, e o segundo pavimento foi construído, para que pudesse sediar o Paço Municipal, e a casa de Chave e cadeia, devido ao reconhecimento da edificação tanto pela população, quanto pelos gestores municipais, e de acordo com o uso institucional da edificação, ela também foi utilizada como primeira prefeitura do município, na reforma de ampliação do edifício foi realizada a aquisição dos terrenos vizinhos para integrar parte da prefeitura, a edificação anteriormente era caracterizada pelo estilo colonial, e a construção ocupava todo o lote, mas com o objetivo de se construir um jardim conforme o estilo neoclássico que popularizou-se, foi adquirido parte do terreno vizinho para ampliar a área do paço municipal, como pode ser visto na figura xx, e já apresentava as características estéticas e elementos estruturais que seriam mantidos por anos.

Figura 53: Planta ilustrativa de cobertura da prefeitura, com a área adquirida para ser o jardim do Paço municipal.



Fonte: Produzido Pelo autor

Figura 54: Prefeitura antiga de Serrinha, década de 30.



Fonte: Acervo “Blog dos Nogueira”

Devido a falta de manutenção preventiva, e descaso com a edificação, principalmente pela falta de interesse pelos responsáveis pela gestão do bem histórico, a edificação foi comprometida. O descaso com a salvaguarda da prefeitura municipal culminou na demolição parcial do prédio histórico entre os anos de 2014 e 2016, a população e autoridades locais associam a irresponsabilidade com o patrimônio histórico do município aos prefeitos dos últimos anos que negligenciaram a importância dos símbolos que remontam a história da cultura do povo e da cidade.

Figura 55: Colapso estrutural de parte da edificação.



Fonte: Acervo “Blog do Cleriston Silva”

Após o desabamento parcial do patrimônio, o edifício foi isolado por anos, e foram realizadas intervenções para reparos provisórios, mas sem planos de contingência ou planejamentos futuros, deste modo. As intervenções patrimoniais submetem-se às diretrizes desenvolvidas pelos teóricos do patrimônio, e a reforma realizada na primeira prefeitura viabiliza debates acerca das ações tomadas durante as obras realizadas.

Figura 56: Antes e depois da reforma da Primeira Prefeitura.



Fonte: Produzida pelo autor.

A reforma da prefeitura foi realizada de maneira imediatista, e sem necessariamente preocupações com a simbologia do bem edificado durante a intervenção realizada, contudo, é possível discorrer sobre as teorias que debatem como deveriam ser realizadas as intervenções. Ao realizar a reforma da prefeitura sem buscar replicar a forma original da edificação, pode-se dizer que a intervenção se adequa às teorias de John Ruskin ao não buscar uma restauração, mas sim a conservação da edificação, de maneira que as intervenções realizadas sejam reversíveis e identificáveis, e distancia-se do equívoco reconhecido por Ruskin de fazer um falso histórico, ao construir algo novo espelhando algo que já existiu, mas que não foi executado no mesmo período da obra original.

Todavia, ao realizar as intervenções da maneira como foi executada fere princípios orientados por Viollet-le-Duc, que prezava pela restauração dos bens

edificados de conforme sua originalidade, em respeito aos responsáveis por sua criação e a relevância histórica cultural do mesmo. Noutra conjuntura, ao ponderar acerca do caráter estético da edificação, a intervenção realizada não apresenta as características da arquitetura eclética da edificação, características como a simetria e a ornamentação, foram substituídas por um paredão liso, sem ornamentos, e diverge da edificação original.

A reforma foi realizada não almejando somente a manutenção e consolidação do bem edificado, mas também com possíveis novos usos associados a edificação que atendam às necessidades contemporâneas. Como a edificação está sem uso e isolada há mais de 12 anos, esse grande símbolo municipal não cumpre função social, porém, é valorizado por muitos moradores, que manifestam seu desejo de recuperar parte da história da serrinha a partir da conservação do patrimônio histórico remanescente.

FIGURA 57: Ficha documental da primeira prefeitura

EDIFÍCIO: Prédio do Paço Municipal.	LOCALIZAÇÃO: R. Jonas Carvalho, 25	CONSTRUÇÃO: 1890 - 1893	FICHA: 3/10
USO ORIGINAL: Residência familiar	FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Ecletismo	VALOR SEGUNDO RIEGL: Memória, Antiguidade, utilitário,	
USO ATUAL: Desativado	TIPOLOGIA: Arquitetura Institucional		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input checked="" type="checkbox"/> Com Problemas	TELHADO <input type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input checked="" type="checkbox"/> Grandes incidência de rachadura <input type="checkbox"/> Pequenas incidência de rachadura <input type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input checked="" type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente
BREVE HISTÓRICO: O prédio do Paço Municipal recebeu especial atenção durante as reformas, que visaram conferir-lhe a devida imponência. Dentre as intervenções realizadas, destaca-se a colocação de uma grande água americana com as asas abertas, simbolizando a aspiração do povo serrinhense a alcançar patamares mais elevados. Além disso, foi incluída, na parte central da fachada, a aplicação das coloridas armas da República, reforçando o caráter cívico e institucional do edifício. Este Paço Municipal foi instalado em um prédio cuja construção teve início durante a gestão do primeiro intendente, Mariano Silveira Ribeiro (1890-1893), tio-avô de Luiz, no mesmo local onde outrora existiu a casa de Bernardo da Silva, antigo proprietário das terras que deram origem a Serrinha e primeiro líder político da região.			
FACHADA PRINCIPAL 		OBSERVAÇÕES Entre 2014 e 2016 a lateral da edificação colapsou, e foi feita uma reforma provisória, e desde esse ano, a edificação foi isolada, e as intervenções preventivas não favoreceram a restauração da edificação. 	
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TAIPA DE PILÃO	MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA ARGAMASSA	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL MADEIRA	MATERIAL DO PISO Lajota de Barro
MATERIAL DO TETO TABUADO	LOCALIZAÇÃO 		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA Fachada da primeira prefeitura municipal próximo a inauguração Fonte: Acervo do grupo "Fotos antigas de Serrinha"
CRONOLOGIA - 1893 - Casa de Bernardo da Silva, fundador da cidade de Serrinha. - Início do século XX: Reforma com acréscimo do primeiro andar, e elevação status de paço municipal - Século XX: Transforma-se na primeira prefeitura do município, e recebe mais ornatos.		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA. Detalhes da Fachada da primeira prefeitura municipal Fonte: Acervo do grupo "Fotos antigas de Serrinha"	

Fonte: Produzido pelo autor.

6.4 Sobrado da Família Nogueira

O Sobrado da Família Nogueira, edificado no centro de Serrinha, Bahia, é um exemplar significativo da arquitetura eclética e neoclássica, estilos que marcaram o período de transição entre o século XIX e o início do século XX no Brasil. Este sobrado destaca-se não apenas por suas características estéticas e funcionais, mas também por sua relevância social e urbana no contexto da cidade. Edificado em um período de crescimento urbano, o sobrado reflete a influência da elite local no desenvolvimento de Serrinha e na consolidação de um tecido urbano em transformação. Além disso, a análise da sua arquitetura revela a importância desses estilos para as edificações de prestígio no interior baiano, que, à época, buscavam inspiração nos grandes centros urbanos brasileiros e europeus.

Figura 58: Sobrado da Família Nogueira no início do século XX, fotógrafo desconhecido.



Fonte: Acervo fotográfico da Família Nogueira.

O sobrado foi construído seguindo os princípios do estilo eclético, que permitia a combinação de diferentes correntes arquitetônicas e decorativas, com forte influência do neoclassicismo. Esse estilo, amplamente difundido no Brasil durante o final do século XIX e início do XX, proporciona a fusão de elementos estéticos de várias origens, adaptando-os às necessidades e preferências da elite local. O neoclassicismo, presente no sobrado, é caracterizado pelo uso de elementos da antiguidade clássica, como colunas e frontões, além da preocupação com a simetria e equilíbrio das formas. A fachada do sobrado da Família Nogueira apresenta um forte senso de ordem, com janelas e portas dispostas de maneira simétrica, além de ornamentações que evocam as formas clássicas, como molduras elaboradas e frontões decorados. A composição busca exaltar a monumentalidade, conferindo ao edifício uma imponência que reflete o poder e a influência da família que ali residia. Essa monumentalidade é reforçada pelo uso de colunas na entrada principal, elemento típico do neoclassicismo, que serve como símbolo de estabilidade e ordem. A presença de balaústres e cornijas trabalhadas complementam a fachada, reforçando a ideia de permanência e prestígio, atributos comumente associados às grandes residências da elite urbana do período. Como destacado por Benedito Lima de Toledo, o neoclassicismo nas cidades brasileiras funcionava como uma linguagem arquitetônica que visava reafirmar o poder das elites locais, criando uma imagem de progresso e civilidade, especialmente nos interiores.

Figura 59: Análise dos elementos da fachada do sobrado da Família Nogueira



EIXO DE SIMETRIA

Sacada com gradil em ferro: No centro da fachada, há uma sacada no andar superior com um gradil de ferro fundido, ornado com motivos florais e geométricos.

Pilastras: No primeiro e segundo pavimentos, pilastras emolduram a fachada, definindo os vãos das janelas e portas. Essas pilastras possuem capitéis decorados e servem tanto de suporte estrutural quanto de elementos decorativos.

Porta central com verga reta: A porta de entrada é centralizada e possui uma verga reta, com molduras ornamentadas em relevo que combinam com as janelas do piso térreo.

Platibanda: A parte superior da edificação é marcada por uma platibanda decorada, que esconde o telhado, uma característica comum em edificações neoclássicas urbanas. Nessa platibanda, vemos ornamentações como balaustradas e figuras esculpidas.

Estátuas ornamentais: No topo da platibanda, no centro, observa-se uma estátua decorativa, reforçando o caráter eclético e a busca por exuberância visual.

Janelas em arco pleno: O piso superior conta com uma sequência de janelas altas em formato de arco pleno, com bandeiras e caixilhos que seguem a estética do estilo eclético. Essas janelas têm verga curva e são divididas em pequenos caixilhos, uma característica comum do período.

Guarnições e molduras: Cada janela e porta é adornada com molduras e guarnições trabalhadas, o que reforça a atenção aos detalhes e à ornamentação.

Balaustrada: Logo acima da platibanda, há uma sequência de balaústres (pequenas colunas) que criam uma espécie de parapeito decorativo.

Frontão: Centralizado na parte superior da fachada, há um frontão triangular com detalhes ornamentais em relevo, apresentando motivos clássicos, como guirlandas e arabescos.

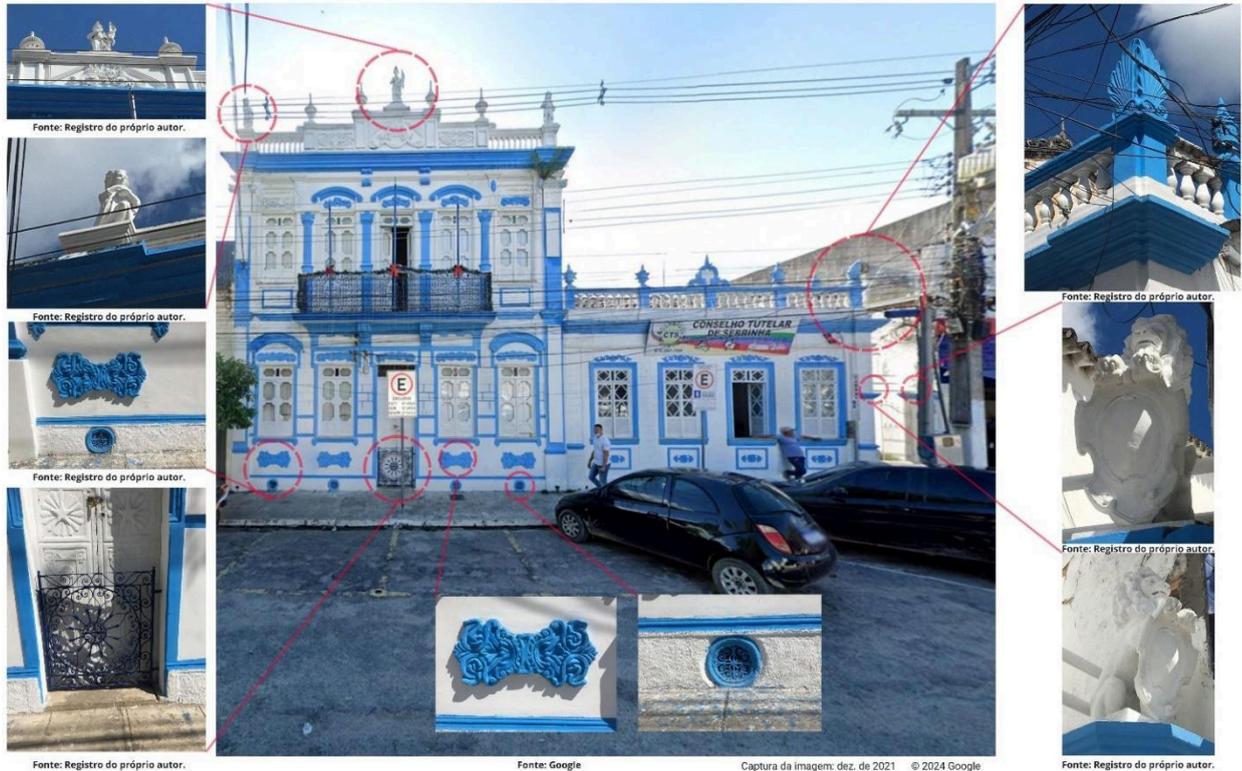
Frisos e ornamentos em relevo: Abaixo do frontão, a fachada exibe frisos decorativos horizontais e detalhes em relevo, que destacam a verticalidade das janelas e portas. Eles adicionam sofisticação à estrutura, conferindo-lhe um caráter decorativo.

Revestimento em relevo: Abaixo das janelas do primeiro pavimento e nas partes inferiores da fachada, há ornamentações em relevo, adicionando uma camada extra de detalhe decorativo.

Óculos: Os óculos que ventilam o porão alto são fechados por gradis em ferro fundido.

Fonte: Produzido pelo autor.

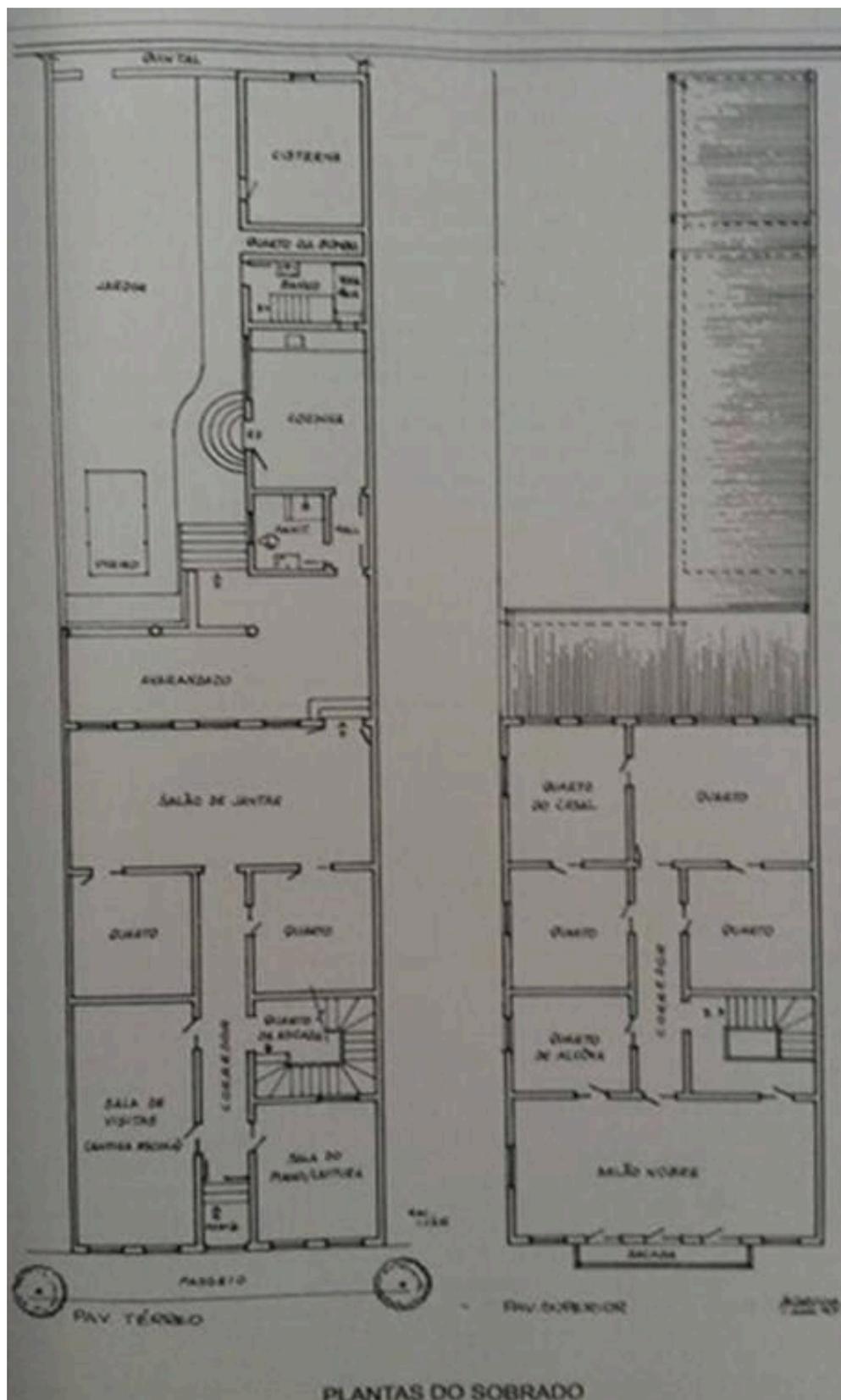
Figura 60: Ornamentos da fachada do sobrado da Família Nogueira.



Fonte: Produzido pelo autor.

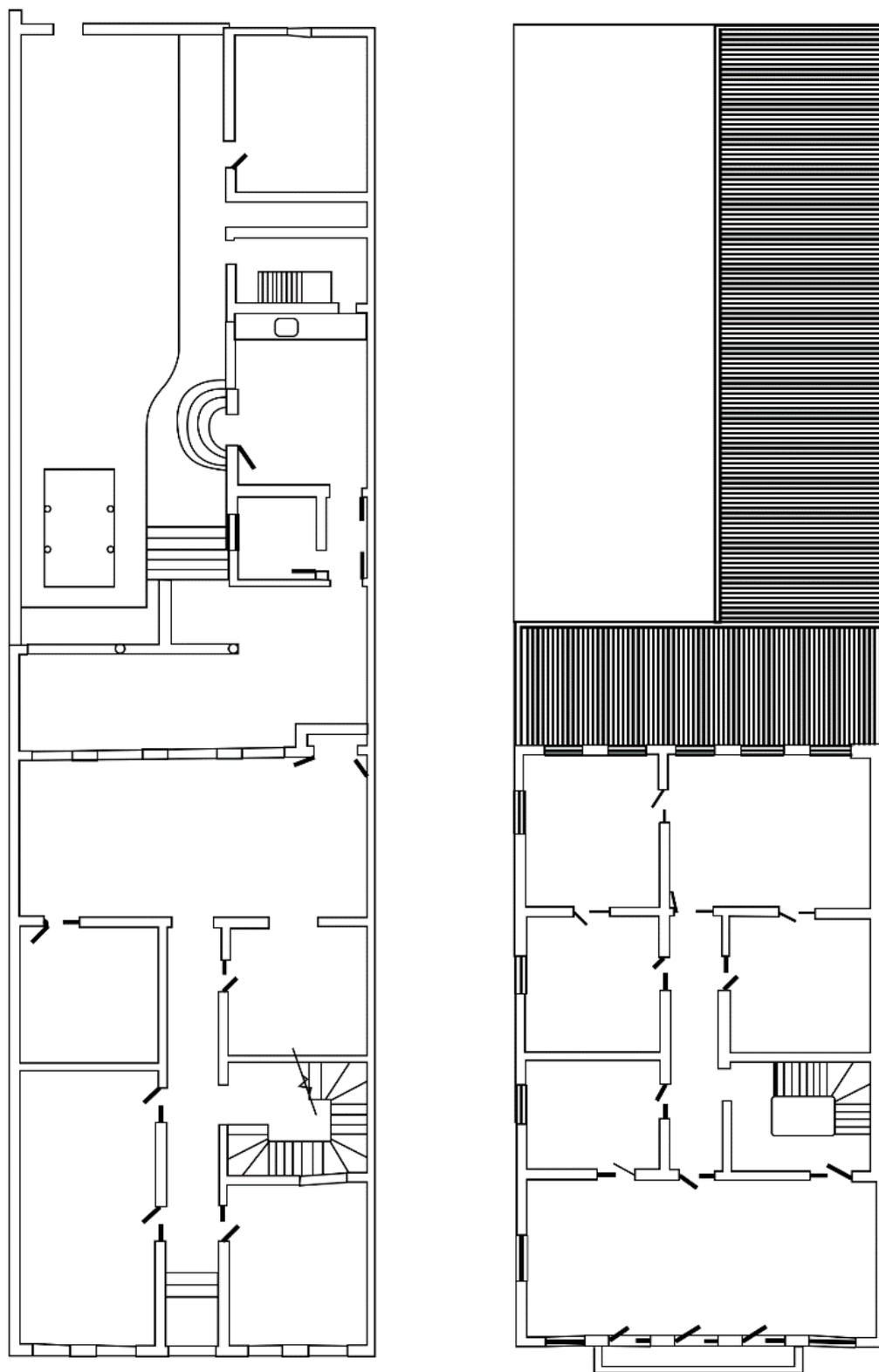
O estilo eclético permitia ainda a adaptação dos modelos europeus à realidade local. No Sobrado da Família Nogueira, essa adaptação é visível tanto na escolha dos materiais quanto na disposição dos espaços internos. A planta baixa do edifício, organizada de modo a separar as áreas de convivência social das áreas de serviço, reflete a necessidade de responder às condições climáticas da região, garantindo ventilação adequada e proteção contra o calor. As amplas janelas e varandas não apenas permitem maior circulação de ar, mas também asseguram uma integração fluida entre o ambiente externo e o interno, uma característica comum nas edificações tropicais. No interior do sobrado, os ambientes provavelmente seguiam um padrão decorativo que combinava diferentes estilos, evidenciando o ecletismo na composição dos espaços, conforme sugerido por Nestor Goulart Reis Filho, que argumenta que o ecletismo no Brasil reinterpreta influências estrangeiras, criando uma arquitetura única e adaptada ao contexto local.

Figura 61: Planta baixa do sobrado da Família Nogueira.



Fonte: Acervo fotográfico “Museu Pró - Memória de Serrinha – Bahia”.

Figura 62: Esboço digital da planta baixa do sobrado.



Fonte: Produzida pelo autor.

A relevância social e urbana do Sobrado da Família Nogueira vai além de sua arquitetura. Ele foi, durante décadas, um ponto de referência na cidade de Serrinha, funcionando como um símbolo de poder e prestígio da família Nogueira, uma das mais influentes da região. Sua localização estratégica, no centro da cidade, tornou-o um marco urbano e um ponto de convergência das atividades sociais e políticas. A escolha do sobrado para sediar a prefeitura municipal em determinado período reflete não apenas sua centralidade física, mas também sua importância simbólica. Durante o tempo em que abrigou a sede do governo municipal, o sobrado foi o centro das decisões políticas que moldaram o desenvolvimento de Serrinha, e sua arquitetura monumental contribuía para reforçar a autoridade do poder público.

A relação entre o sobrado e a cidade de Serrinha foi consolidada ao longo do tempo, e mesmo com a transferência da prefeitura para um edifício próprio, o sobrado manteve-se como um importante símbolo da memória coletiva da cidade. Nos últimos anos, grupos de moradores em redes sociais, como "Serrinha - Terra Amada" e "Amigos de Serrinha", têm compartilhado relatos e memórias sobre o sobrado, destacando seu valor afetivo para a comunidade. Muitos habitantes recordam os eventos sociais realizados no sobrado e a relevância da família Nogueira na vida da cidade, além de mencionarem o período em que o prédio funcionou como sede da prefeitura. Esses relatos reforçam a importância do sobrado não apenas como um monumento histórico, mas como parte viva da identidade local, conforme apontado por Aloísio Magalhães, que defende que o patrimônio histórico é fundamental para a construção da identidade de uma comunidade.

Atualmente, o Sobrado da Família Nogueira abriga a sede da Guarda Municipal de Serrinha, o que demonstra a capacidade de edifícios históricos serem adaptados para novas funções sem perderem seu valor simbólico e arquitetônico. A transformação do sobrado em uma instalação pública ressalta a importância de manter esses edifícios em funcionamento, garantindo que continuem a desempenhar um papel ativo na vida cotidiana da cidade. O uso público do sobrado contribui não apenas para a preservação do patrimônio arquitetônico, mas também para o fortalecimento da memória coletiva da cidade. Como argumenta Aloísio Magalhães, a preservação do patrimônio não se limita à conservação física dos edifícios, mas também envolve a manutenção de sua relevância para a comunidade.

Dessa forma, o Sobrado da Família Nogueira representa não apenas um exemplar de arquitetura eclética e neoclássica de grande valor estético, mas também um importante símbolo da história urbana e social de Serrinha. Sua preservação e adaptação para novas funções reafirmam a importância de manter edifícios históricos em funcionamento, garantindo que a memória e a identidade cultural da cidade permaneçam vivas. Em um contexto de modernização urbana, onde o patrimônio histórico muitas vezes é negligenciado, o sobrado destaca-se como um elo vital entre o passado e o presente de Serrinha, assegurando que sua história continue a influenciar positivamente as gerações futuras.

Figura 63: Ficha documental do Sobrado da família Nogueira.

			
EDIFÍCIO: Sobrado da Família Nogueira		LOCALIZAÇÃO: Praça Luís Nogueira, 293 - Centro	
USO ORIGINAL: Residência		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Ecletismo	
USO ATUAL: Conselho Tutelar de Serrinhas		TIPOLOGIA: Civil	
VALOR SEGUNDO RIEGL: Antiquidade, monumento, histórico e uso			
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input checked="" type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente
		ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
BREVE HISTÓRICO: <p>O sobrado foi construído seguindo os princípios do estilo eclético, que permitia a combinação de diferentes correntes arquitetônicas e decorativas, com forte influência do neoclassicismo. Esse estilo, amplamente difundido no Brasil durante final do século XIX e início do XX, proporcionava a fusão de elementos estéticos de várias origens, adaptando-os às necessidades e preferências da elite local.</p>			
FACHADA PRINCIPAL:  <p>Fonte: Acervo do autor</p>		OBSERVAÇÕES: <p>O sobrado original era um edifício principal indicado na ilustração abaixo e posteriormente, durante a mudança de função, o imóvel ao lado foi anexado a edificação original, apesar das intervenções seguintes buscarem tentar criar uma unidade do bem edificado, as divergências nos ornamentos dos prédios originais que foram mantidos ressaltam suas diferenças.</p>  <p>Esboço da fachada do sobrado da família Nogueira original Fonte: Produzido pelo autor</p> <p>Residência ao lado anexada ao sobrado posteriormente.</p>  <p>Fonte: Google imagens.</p>	
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria		MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Madeira
MATERIAL DO PISO: Cerâmica		MATERIAL DO PISO: Cerâmica	
MATERIAL DO TETO: Cerâmica		LOCALIZAÇÃO:  <p>Fonte: Acervo fotográfico do autor.</p>	
CRONOLOGIA: 1948 - Residência da família Nogueira 1980 (estimado) - Prefeitura Municipal 2010 - Secretaria municipal de desenvolvimento social 2013 - Guarda Municipal 2020 - Parte da edificação é destinada ao conselho tutelar de Serrinha		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA: Edifício Original na década de 50  <p>Fonte: Acervo da família Nogueira.</p> <p>Sobrado da família Nogueira final do século XX</p>	
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:  <p>Fonte: Acervo fotográfico do autor.</p>		 <p>Fonte: Acervo da família Nogueira.</p>	

Fonte: Produzida pelo autor.

6.5 Casa Gonzaga Material de Construção

A história do edifício que abriga a Casa Gonzaga Materiais de Construção, localizado no Largo de Senhora Santana, em Serrinha, Bahia, pode ser fundamentada a partir de uma análise acadêmica sob a luz dos preceitos da conservação e restauro, além dos estudos historiográficos sobre a evolução urbana e arquitetônica dos municípios interioranos da Bahia durante os séculos XIX e XX, com a disseminação tardia do estilo neoclássico, e principalmente do ecletismo.

Figura 64: Casa Gonzaga Materiais de Construção, localizada no Largo de Senhora Santana de edificada em 1940, ainda em funcionamento.



Fonte: Acervo fotográfico do Grupo do Facebook “Encontro dos amigos de Serrinha, Bahia”. 2012.

A Bahia, especialmente suas cidades interiores, passou por um processo de urbanização tardio em comparação às regiões mais próximas dos grandes centros econômicos do Brasil. Serrinha, localizada em uma região predominantemente rural, começou a se destacar como um centro urbano a partir da segunda metade do século XIX, com o incremento do comércio local e o desenvolvimento de infraestrutura básica. A instalação de estabelecimentos como a Gonzaga Materiais de Construção, no início do século XX, simbolizou a transição da cidade para um polo comercial emergente, acompanhando o crescimento urbano do entorno, como é discutido por Santos (2003), que explora a urbanização do interior baiano sob a perspectiva das mudanças econômicas e sociais.

No caso do Largo de Senhora Santana, a urbanização foi profundamente influenciada pela presença de atividades comerciais e religiosas, consolidando o local como um ponto de encontro social e econômico. Santos (2003) destaca que a interação entre essas duas esferas – o religioso e o econômico – foi um fator essencial na formação dos núcleos urbanos baianos. A relação entre o comércio de materiais de construção e o desenvolvimento das infraestruturas locais em Serrinha reflete essa dinâmica, com o estabelecimento comercial contribuindo diretamente para o crescimento da cidade e a modernização de suas edificações.

Figura 65: Avarias nas vigas, reforço em cimento nos pilares, e madeiramento reformado do telhado.

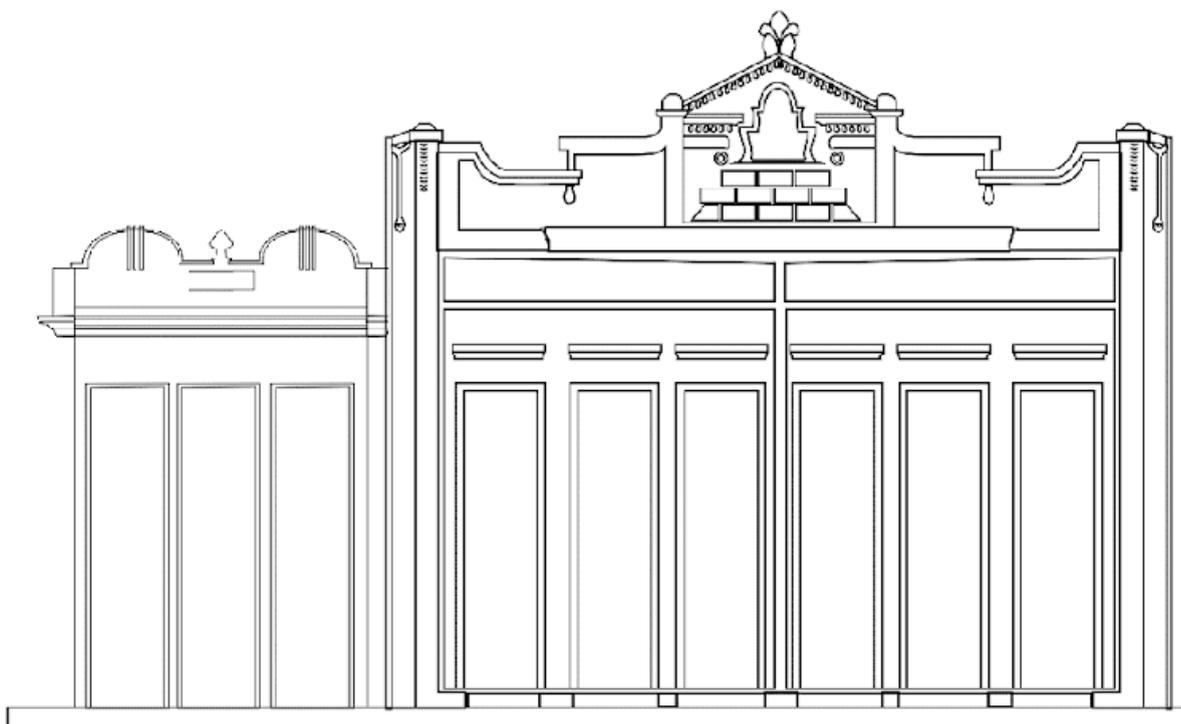


Fonte: Acervo fotográfico do autor.

O edifício que abrigou a Gonzaga Materiais de Construção é um exemplo de arquitetura eclética, muito presente em cidades interioranas baianas no final do século XIX e início do XX, marcada pela mistura de estilos arquitetônicos em resposta às necessidades locais. O ecletismo, adotado em diversas construções urbanas no Brasil, buscava conferir uma certa monumentalidade às edificações públicas e privadas, sobretudo em cidades de médio porte que estavam em processo de modernização. No caso deste edifício, a fachada ornamentada, os detalhes em relevo e a cornija marcada são elementos que visavam destacar a importância do prédio no tecido urbano.

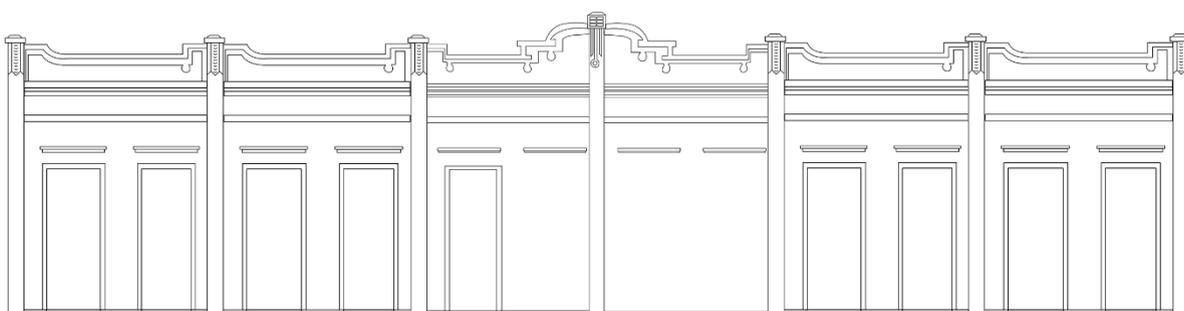
O estilo eclético reflete a intenção de criar uma identidade visual que transmitisse a modernidade da época e, ao mesmo tempo, mantivesse elementos tradicionais, uma característica comum nas cidades do interior da Bahia. A influência do comércio, particularmente o de materiais de construção, é visível na própria estrutura do edifício, que, além de atender às funções comerciais, também simboliza o progresso da cidade.

Figura 66: Fachada frontal (Leste) de Casa Gonzaga Materiais de Construção.



Fonte: Produzida Pelo Autor.

Figura 67: Fachada Lateral (Norte) de Casa Gonzaga Materiais de Construção.



Fonte: Produzida Pelo Autor.

Sob a ótica da conservação e restauro, o edifício da Gonzaga Materiais de Construção deve ser analisado como um bem patrimonial de relevância cultural e histórica para Serrinha. Alois Riegl, em sua obra seminal sobre o culto moderno dos monumentos, destaca a importância dos valores atribuídos aos bens patrimoniais, dividindo-os em valores de memória e valores de uso. No caso do edifício em questão,

tanto o valor de memória (relacionado à sua importância histórica e social para a cidade) quanto o valor de uso (ainda presente na função comercial que o edifício exerce) são fundamentais para justificar sua preservação.

Conforme os princípios teóricos de Cesare Brandi (1963), no que concerne ao restauro, o foco deve ser na conservação da autenticidade do edifício, respeitando suas características históricas e estilísticas. O estado de conservação do edifício, que apresenta sinais de desgaste, indica a necessidade de intervenções cuidadosas que respeitem tanto a integridade física quanto os aspectos culturais do bem. Brandi argumenta que o restauro deve ser um ato crítico, onde se busca não apenas recuperar a funcionalidade do edifício, mas também garantir que ele continue a contar sua história às gerações futuras.

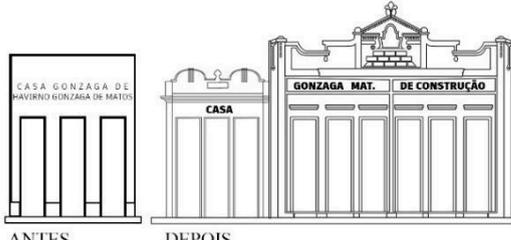
Além disso, os preceitos estabelecidos pela Carta de Veneza (1964) oferecem um arcabouço teórico para a preservação de edifícios como este, destacando a importância de manter a autenticidade dos materiais e técnicas de construção originais. No caso específico do edifício da Gonzaga, a sua fachada e os elementos decorativos devem ser preservados em qualquer intervenção, para garantir a continuidade da sua relevância histórica e patrimonial.

O processo de urbanização das cidades do interior da Bahia, como Serrinha, também é tratado por historiadores como Henri Lefebvre (2001), que analisa a formação dos centros urbanos em relação às mudanças políticas e econômicas. Silva observa que a transição do século XIX para o século XX foi marcada pela intensificação do comércio e pela construção de novos espaços urbanos, onde edifícios comerciais como o da Gonzaga Materiais de Construção desempenharam papel essencial. Esses estabelecimentos ajudaram a criar novas centralidades urbanas, dinamizando o espaço e estimulando a migração de famílias para regiões comerciais.

A transformação do Largo de Senhora Santana em um núcleo comercial importante é um exemplo direto desse processo de centralização, onde a presença de edifícios comerciais reforçou a estrutura urbana e o desenvolvimento de novas áreas ao redor do centro. Segundo Silva, esse movimento também estimulou o surgimento de outros serviços e estabelecimentos que passaram a compor o cenário urbano de cidades como Serrinha.

O edifício da Gonzaga Materiais de Construção é um exemplo claro de como o comércio e a arquitetura podem interagir para moldar o espaço urbano. Sua importância vai além de sua função comercial, representando um marco no desenvolvimento de Serrinha e na formação de sua identidade enquanto cidade. Fundamentado nos preceitos de conservação e restauro de teóricos como Riegl e Brandi, o edifício deve ser visto como um bem patrimonial que necessita de preservação não apenas por seu valor arquitetônico, mas também por sua relevância histórica e social para a comunidade local. A evolução urbana de Serrinha e de outras cidades do interior da Bahia no final do século XIX e início do XX foi fortemente influenciada por edificações como esta, que ajudaram a moldar tanto a paisagem física quanto a memória coletiva dos habitantes. Dessa forma, a preservação do edifício, de acordo com os princípios acadêmicos de conservação, garantirá que ele continue a ser uma peça-chave no entendimento do passado urbano de Serrinha, assegurando seu lugar no patrimônio cultural da cidade.

Figura 68: Ficha documental da Casa Gonzaga Materiais de Construção.

			
EDIFÍCIO: Gonzaga Materiais de Construção		LOCALIZAÇÃO: R. Leão de Freitas, 2 - Centro	
USO ORIGINAL: Comércio		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Ecletismo	
USO ATUAL: Comércio		CONSTRUÇÃO: 1940	
TIPOLOGIA: Civil		VALOR SEGUNDO RIEGL: Monumento e Uso	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input checked="" type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input checked="" type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente
		ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input checked="" type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
BREVE HISTÓRICO: <p>O edifício onde funciona "Gonzaga Materiais de Construção" Foi edificado em 1940 por Neném Gonzaga com o objetivo de ser uma loja de Ferragens. Com o tempo e o desenvolvimento urbano, o pequeno comércio se expande, mas mantém as características estilísticas originais, e pequenas influências das edificações vizinhas, sendo mantida pela família Gonzaga, que esforça-se para preservar o bem edificado, apesar do mesmo apresentar algumas avarias. O edifício da década de 40 mantém suas características ecléticas e é um símbolo de referência para a população como ícone da arquitetura que foi característica no centro histórico do município no século XX.</p>			
FACHADA PRINCIPAL:  <p><small>Fontes: Acervo do autor</small></p>		OBSERVAÇÕES: <p>A casa original possuía um estilo colonial tradicional, a estrutura ocupa todo o espaço de lote, durante as reformas a família Gonzaga adquiriu as residências vizinhas para ampliar o comércio.</p>  <p><small>Fontes: Acervo do autor</small></p>	
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria	MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Madeira	MATERIAL DO PISO: Concreto
MATERIAL DO TETO: Cerâmica	LOCALIZAÇÃO:  <p><small>Fontes: Google</small></p>		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA: Casa Gonzaga - 1948  <p><small>Fonte: Acervo fotográfico de Dilma Matos.</small></p>
CRONOLOGIA: <ul style="list-style-type: none"> - Inauguração Construção original (1940) - Reforma de ampliação (2006) - Reforma de consolidação (2016) 		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:  <p><small>Fonte: Acervo fotográfico do Grupo do Facebook: "Encontro dos amigos de Serrinha, Bahia". 2012.</small></p>	
 <p><small>Fontes: Google</small></p>		 <p><small>Fontes: Acervo do autor</small></p>	
		 <p><small>Fontes: Acervo do autor</small></p>	

Fonte: Produzida pelo autor.

6.6 Antigo posto de Endemias do Município de Serrinha.

O antigo posto de Endemias do município foi edificado em meados do século XIX, está gravado em seu frontispício o ano de 1905 e acredita-se ser o ano de conclusão da obra, mas não há precisão no ano de construção da edificação, todavia, estima-se que foi do mesmo período da expansão urbana ocorrido no Largo de Senhora Santana, no centro histórico de Serrinha, Bahia, como as edificações em seu entorno, como a primeira Prefeitura e a Casa de Materiais de Construção Gonzaga. Análoga aos estilos arquitetônicos das edificações vizinhas, e outros bens patrimoniais da cidade do século XIX E XX, e também desempenha um papel fundamental na configuração urbana e no atendimento às demandas sociais e sanitárias de uma população que estava em processo de transição entre um Brasil rural é um país que buscava modernização e urbanização.

Figura 69: Registro fotográfico mais antigo do antigo Posto de Endemias do município de Serrinha.



Fonte: Acervo fotográfico do Grupo do Facebook “Encontro dos amigos de Serrinha, Bahia”.

O restauro de patrimônios históricos como o Posto de Endemias se insere em uma longa tradição teórica, influenciada por figuras como Viollet-le-Duc e John Ruskin. Enquanto Viollet-le-Duc defendia uma restauração que poderia até mesmo recriar o edifício em sua forma idealizada, Ruskin era contrário a qualquer intervenção que pudesse alterar o edifício original, privilegiando a preservação de sua autenticidade, mesmo que isso significasse aceitar a deterioração natural. No caso do edifício em Serrinha, essa tensão entre preservação e renovação é evidente, uma vez que a conservação desse tipo de patrimônio deve equilibrar o respeito à materialidade original com a necessidade de manutenção e funcionalidade.

No Brasil, os princípios do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) têm ressaltado a importância de considerar o valor imaterial e simbólico das edificações históricas. Isso implica que o restauro do Posto de Endemias não deve ser apenas uma questão técnica de preservação de tijolos e paredes, mas deve também respeitar e recuperar o seu papel histórico na saúde pública e na urbanização de Serrinha.

A história urbana de Serrinha, como de outras cidades do interior da Bahia, é marcada por uma expansão gradual ao longo dos séculos XIX e XX, influenciada pelo crescimento das atividades econômicas e pela chegada de serviços públicos. Nesse contexto, o Posto de Endemias, localizado em um ponto estratégico da cidade, não apenas representava a modernização dos serviços de saúde, mas também funcionava como um ponto de articulação entre o espaço urbano e rural.

Nestor Goulart Reis Filho, ao tratar da urbanização de cidades do interior, destaca que esses núcleos urbanos experimentaram uma série de transformações ao longo do século XX, muitas delas influenciadas pela chegada de serviços públicos, como escolas, hospitais e postos de saúde. Esses edifícios foram essenciais para a consolidação de novos bairros e para o aumento da densidade populacional em áreas antes periféricas. O Posto de Endemias de Serrinha reflete esse movimento, simbolizando a presença do Estado e a preocupação com o bem-estar da população rural.

Arquitetonicamente, o edifício reflete a simplicidade funcional das construções públicas do início do século XX. Sua arquitetura, sem ornamentos exuberantes,

priorizava a praticidade e a durabilidade, traços típicos da arquitetura republicana voltada ao serviço público.

Figura 70: Fachada do antigo posto de endemias do município.



Fonte: Produzida pelo Autor.

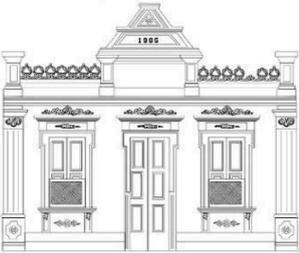
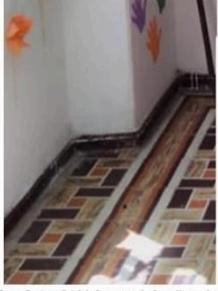
Mesmo com essa simplicidade arquitetônica, o Posto de Endemias cumpria um papel essencial para os moradores de Serrinha. Em um período em que doenças endêmicas, como a febre amarela, representavam uma ameaça constante, a criação deste posto foi uma resposta direta às necessidades sanitárias da população. Essa importância social também deve ser considerada no processo de restauração e preservação do edifício, que deve garantir que a memória dessas intervenções de saúde pública seja mantida viva para as gerações futuras.

A conservação do edifício, no entanto, apresenta desafios consideráveis. Como ressaltado por teóricos como Cesare Brandi, a restauração de um patrimônio não deve apenas se concentrar no aspecto físico, mas também no valor histórico e simbólico da edificação. No caso do Posto de Endemias, além de suas características arquitetônicas funcionais, é imprescindível que o restauro respeite o contexto social e cultural no qual ele foi inserido.

Atualmente, o edifício encontra-se em um estado de conservação que demanda atenção. Embora sua estrutura ainda esteja de pé, e hoje cumpre a função, ainda institucional, de Centro de Apoio ao Ambulante de Serrinha (CAAS), sinais de desgaste e abandono são visíveis. Isso reforça a necessidade de um restauro cuidadoso, que considere tanto os materiais originais quanto as técnicas de construção utilizadas na época. De acordo com Brandi, a intervenção deve ser mínima e reversível, preservando ao máximo as características autênticas do edifício e respeitando seu processo histórico de deterioração.

O Posto de Endemias de Serrinha é mais do que um exemplo de arquitetura pública funcional do século XX. Ele é um testemunho da evolução urbana da cidade, da importância dos serviços de saúde pública na modernização das áreas rurais e da integração entre o campo e a cidade. A preservação desse patrimônio histórico deve ser orientada pelos preceitos de conservação e restauro, respeitando sua materialidade, sua história e seu papel social. Além disso, é necessário que a restauração considere as especificidades culturais e arquitetônicas da região, garantindo que a memória histórica de Serrinha seja preservada para as futuras gerações.

Figura 71: Ficha documental do Antigo posto de Endemias de Serrinha, atual CAAS.

			
EDIFÍCIO: Antigo Posto de Endemias		LOCALIZAÇÃO: R. Jonas Carvalho, 25 - Centro	
USO ORIGINAL: Posto de Endemias		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Ecletismo	
USO ATUAL: CAAS		CONSTRUÇÃO: 1905	
TIPOLOGIA: Institucional		VALOR SEGUNDO RIEGL: Memória, antiguidade e uso.	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input checked="" type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input checked="" type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente
		ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input checked="" type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
BREVE HISTÓRICO: <p>Este pequeno edifício localizado atrás da primeira prefeitura municipal, no Largo de Nossa Senhora Santana, foi edificado para atender a função institucional, mas desde sua construção, lhe foram atribuídos distintos usos, posto de endemias, prisão pública, delegacia e conselho tutelar. Sempre em tons claros, o bem histórico apresenta uma fachada variados ornamentos de distintos estilos, com referências ao barroco, art decó e neoclássico, é um importante símbolo da arquitetura eclética para o município de Serrinha, e por essa importância, recebe o carinho dos moradores, que compartilham memórias, associadas ao mesmo, nas redes sociais.</p>			
FACHADA PRINCIPAL:  <p>Fonte: Acervo do autor. Créditos a Kalil Matos.</p>		OBSERVAÇÕES:  <p>Fonte: Produzida pelo autor</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apesar da gravação no frontispício, 1905, não há precisão acerca da construção da edificação, acerca do início e conclusão. - A fachada é ornamentada com distintos adornos, alguns mais simples e geometrizados, enquanto outros mais rebuscados e entalhes e esculturas, que caracteriza a edificação como eclética, diante das influências de distintas escolas estilísticas. - Evidente eixo de simetria na edificação. - Construção ocupa todo o lote, até o limite frontal, característica de outras edificações do período colonial. 	
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria		MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Madeira
MATERIAL DO TETO: Forro de madeira		LOCALIZAÇÃO:  <p>Fonte: Google</p>	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA: Registro fotográfico antigo, 1940 (Estimado)  <p>Fonte: Acervo fotográfico do Grupo do Facebook "Serrinha-Nossa Terra Anãda".</p>
CRONOLOGIA: - Construção (1905) - Posto de saúde (1963) - Cadeia pública (Indeterminado) - Delegacia (Indeterminado) - Conselho Tutelar (2010) - Centro de Apoio ao Ambulante de Serrinha - CAAS			
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:			
Piso e rodapé da edificação  <p>Fonte: Pagina oficial do Instagram do Conselho tutelar</p>	Imagens de Drone do largo de Nossa senhora, com destaque para o antigo posto de endemias  <p>Fonte: Imagens aéreas John Drones</p>	Fachada do Centro de Apoio ao Ambulante de Serrinha.  <p>Fonte: Acervo do autor. Créditos a Kalil Matos.</p>	Conselho tutelar - 2012  <p>Fonte: Acervo fotográfico do Grupo do Facebook "Encontro dos amigos de Serrinha, Bahia".</p>

Fonte: Produzida pelo autor.

6.7 Residência Família Barcelar.

A residência de Edmundo Barcelar, anteriormente uma loja da Maçonaria, é um exemplo relevante de preservação arquitetônica e patrimonial em Serrinha, Bahia. O edifício, que já abrigou uma importante loja maçônica, foi posteriormente convertido em uma residência, mantendo-se em excelente estado de conservação sob os cuidados da família de Edmundo Barcelar. A trajetória deste edifício oferece uma rica base para discussão sobre a adaptabilidade das construções históricas e a importância da preservação arquitetônica em cidades menores, abordando também aspectos simbólicos e sociais relacionados ao seu uso anterior.

Figura 71: Fachada da residência da família Barcelar.



Fonte: Acervo do Autor.

Originalmente, o prédio funcionava como uma loja da Maçonaria, uma organização histórica com grande influência nas questões sociais, políticas e culturais do Brasil. A Maçonaria, ao longo dos séculos, desempenhou um papel significativo no desenvolvimento de várias cidades, muitas vezes promovendo o progresso intelectual, a liberdade de pensamento e a promoção de valores comunitários. A arquitetura das lojas maçônicas é geralmente marcada por uma simbologia eclética, com detalhes

arquitetônicos que remetem a uma linguagem universalista e simbólica, representando os ideais de harmonia e ordem.

No caso específico da residência de Edmundo Barcelar, o edifício foi adaptado para uso residencial sem perder os traços arquitetônicos que remetem à sua função original. As lojas maçônicas geralmente seguem um esquema formal que evoca monumentalidade e solidez, elementos que podem ser observados em partes da fachada e nas características arquitetônicas de sua estrutura, como colunas e janelas amplas. Essas características podem ser interpretadas à luz de Alois Riegl, que discute o "valor de antiguidade" e o "valor de memória" na preservação do patrimônio. A preservação desses elementos simbólicos contribui para a manutenção de uma narrativa histórica importante, mesmo que o edifício tenha mudado de função ao longo do tempo.

A transformação do edifício em uma residência, sem perder suas características originais, é um exemplo claro do conceito de "ressignificação patrimonial", discutido por teóricos como Cesare Brandi e Françoise Choay. Brandi, em sua Teoria da Restauração, argumenta que a preservação de um edifício não é apenas uma questão de manter sua estrutura física intacta, mas também de garantir que ele continue relevante e funcional para a sociedade atual. No caso da residência de Edmundo Barcelar, o cuidado contínuo da família com o edifício reflete essa ideia de patrimônio vivo, onde o valor da construção é preservado através de seu uso contínuo, mesmo que adaptado para uma nova função.

Segundo Françoise Choay, o conceito de preservação vai além da simples manutenção da forma física de um edifício. Para ela, o patrimônio histórico deve ser integrado à vida cotidiana das pessoas, o que parece ter sido alcançado na residência de Edmundo Barcelar. A preservação ativa do edifício pela família é um exemplo claro de como o patrimônio arquitetônico pode ser protegido e valorizado através do cuidado e da adaptação funcional, garantindo que ele continue a fazer parte da história e da paisagem urbana de Serrinha.

A arquitetura de lojas maçônicas, como a que se tornou a residência de Edmundo Barcelar, frequentemente inclui elementos simbólicos que refletem os ideais maçônicos de fraternidade, igualdade e liberdade. Esses símbolos, muitas vezes incorporados discretamente nas fachadas ou nos detalhes ornamentais dos edifícios,

têm um significado profundo para aqueles que fazem parte da Maçonaria. No caso da antiga loja maçônica de Serrinha, é possível que alguns desses elementos arquitetônicos tenham se perdido com o passar dos anos, de maneira que não se evidencia a presença desses símbolos nas fachadas principais da residência.

Vitruvius, o arquiteto romano, em seus escritos sobre a arquitetura clássica, fala sobre a importância da "firmitas, utilitas e venustas" (solidez, utilidade e beleza) como os três princípios fundamentais da arquitetura. A antiga loja maçônica que se tornou a residência de Edmundo Barcelar parece incorporar esses princípios, tanto em sua forma física quanto em sua função social. A solidez estrutural, a utilidade como residência e a beleza simbólica e histórica da construção fazem dela um importante marco na história arquitetônica de Serrinha.

Um dos maiores desafios enfrentados por edifícios históricos em cidades do interior é garantir sua conservação contínua diante das mudanças sociais e econômicas. Como visto no caso do casarão de Edmundo Barcelar, a preservação bem-sucedida de um edifício depende tanto do comprometimento das famílias locais quanto de políticas públicas adequadas. A teoria de John Ruskin, que defendia a preservação da "autenticidade" dos edifícios históricos — incluindo suas marcas de tempo e desgaste —, poderia ser aplicada à residência de Barcelar, garantindo que intervenções futuras respeitem a integridade histórica do edifício.

Figura 72: Fachada da residência da família Barcelar nos anos de 1943, 2012 e 2023, respectivamente da esquerda para a direita.



Fonte: 1. Acervo fotográfico da página do Facebook “Serrinha -Nossa terra amada” / 2. Acervo fotográfico da página do Facebook “Encontro dos amigos de Serrinha, Bahia” / 3. Acervo do autor.

Por outro lado, William Morris (1834-1896), defensor do movimento de preservação no final do século XIX, partilhava das convicções de Ruskin sobre a importância dos materiais originais constituintes do monumento e achava que entre os agentes perturbadores estavam aqueles que tentavam reconstruir prédios danificados, e argumentava que qualquer intervenção em edifícios históricos deveria ser feita de maneira a preservar o máximo possível de sua autenticidade original, uma perspectiva relevante para futuras restaurações da residência. Assim, garantir que a história do edifício como uma antiga loja maçônica seja preservada e respeitada, ao mesmo tempo que se adapta às necessidades residenciais modernas, seria fundamental para manter sua relevância na paisagem urbana de Serrinha.

A residência de Edmundo Barcelar, com sua rica história como uma antiga loja maçônica e seu estado de preservação sob os cuidados da família, é um exemplo notável de como os edifícios históricos podem ser adaptados para novos usos sem perder sua importância arquitetônica e simbólica. À luz dos teóricos da arquitetura, como Riegl, Brandi, Choay, Ruskin e Morris, o edifício é uma prova viva da importância de preservar e adaptar o patrimônio arquitetônico em cidades menores. O desafio futuro será garantir que o edifício continue a ser um marco cultural e histórico, preservando sua autenticidade e função social enquanto se adapta às mudanças contemporâneas.

Figura 73: Ficha documental da residência da família Barcelar.

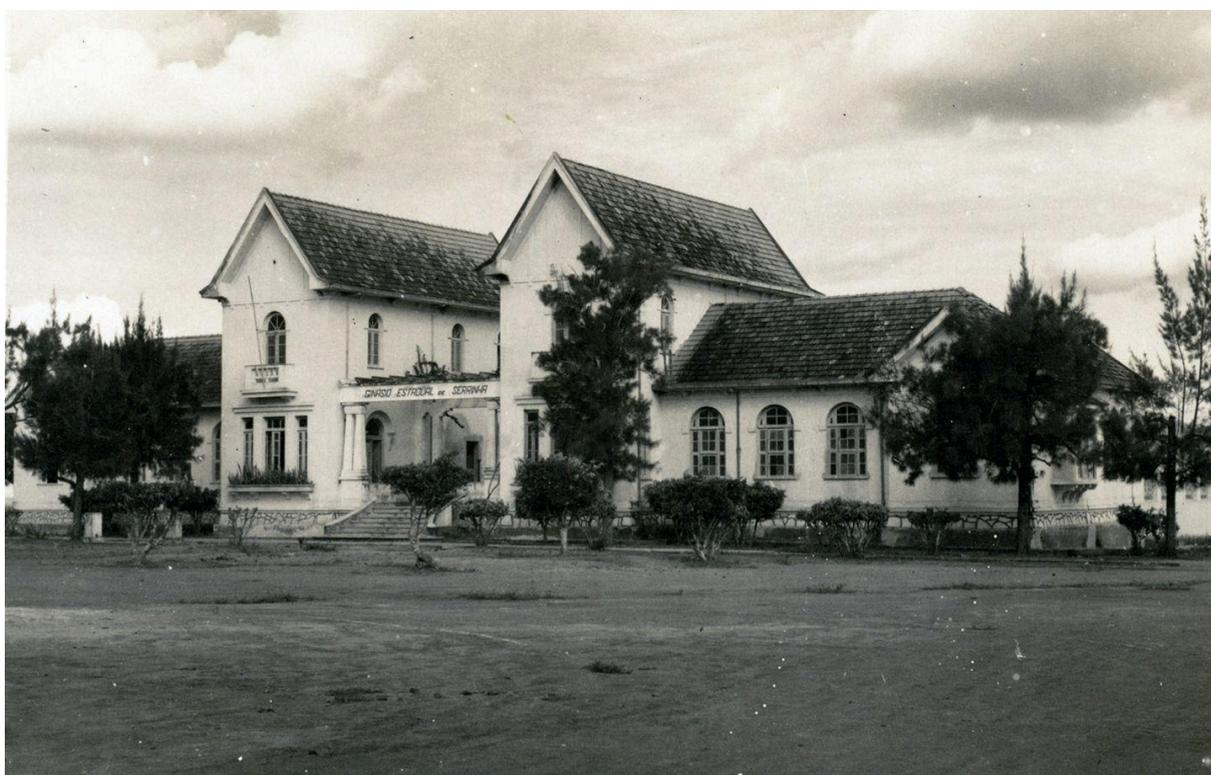
				
EDIFÍCIO: Casa família Barcelar		LOCALIZAÇÃO: R. Antônio Pinheiro da Mota, 299, Centro		FICHA: 7/10
USO ORIGINAL: Loja maçônica		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Ecletismo		CONSTRUÇÃO: Indeterminada
USO ATUAL: Residência		TIPOLOGIA: Residencial		VALOR SEGUNDO RIEGL: Memória e utilitário
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input checked="" type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente
BREVE HISTÓRICO: <p>A residência de Edmundo Barcelar, anteriormente uma loja da Maçonaria, é um exemplo relevante de preservação arquitetônica e patrimonial em Serrinha, Bahia. O edifício, que já abrigou uma importante loja maçônica, foi posteriormente convertido em uma residência, mantendo-se em excelente estado de conservação sob os cuidados da família de Edmundo Barcelar. A trajetória deste edifício oferece uma rica base para discussão sobre a adaptabilidade das construções históricas e a importância da preservação arquitetônica em cidades menores, abordando também aspectos simbólicos e sociais relacionados ao seu uso anterior.</p>				
FACHADA PRINCIPAL:  <p>Fonte: Acervo do autor</p>		OBSERVAÇÕES: <ul style="list-style-type: none"> - Residência da família Barcelar tem sido um dos melhores exemplos de conservação na cidade, estando sob os cuidados da família há mais de 70 anos. - Residência Ecletica, com linhas sólidas e formas neutras análogas ao art déco, e alguns adornos do neoclássico. - Presença de Jardim e porão elevado como edificações do ecletismo. 		 <p>Fonte: Google</p> <p>Fonte: Produzido pelo autor</p>
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria		MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Aço e madeira	MATERIAL DO PISO: Concreto - Externo Cerâmica - Interno
MATERIAL DO TETO: Gesso		LOCALIZAÇÃO:  <p>Fonte: Google</p>		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA: Período indeterminado  <p>Fonte: Acervo grupo do Facebook: "Encontro dos Amigos de Serrinha"</p>
CRONOLOGIA: Construção - indeterminada Loja maçônica - indeterminada Residência - 1960		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:  <p>Fonte: Acervo grupo do Facebook: "Serrinha-Nossa Terra Amada"</p> <p>Fonte: Acervo do autor</p>		
				2012  <p>Fonte: Acervo grupo do Facebook: "Encontro dos Amigos de Serrinha"</p>

Fonte: Produzida pelo autor

6.8 Colégio Estadual Rubem Nogueira.

O Colégio Estadual Rubem Nogueira, localizado em Serrinha, Bahia, possui uma história única, marcada pela sua origem como sede da Sericicultura do município. A sericicultura, que é a prática de criar bichos-da-seda para a produção de seda, foi uma importante atividade econômica em diversas regiões do Brasil, especialmente no interior da Bahia. No início do século XX, Serrinha se destacou como um dos centros dessa produção no estado, contribuindo para a economia local.

Figura 74: Fachada Ginásio Estadual de Serrinha.



Fonte: Acervo fotográfico do Grupo do Facebook “Encontro dos amigos de Serrinha, Bahia”.

A construção do prédio que viria a abrigar o Colégio Rubem Nogueira estava originalmente vinculada ao desenvolvimento da sericicultura no município. Essa atividade era vista como uma oportunidade de modernização agrícola e diversificação econômica para Serrinha e outras cidades do interior baiano, em um momento em que o Brasil buscava ampliar sua base produtiva, além do cultivo de café e cana-de-açúcar.

No entanto, com o tempo, o declínio dessa indústria na região levou a um novo uso para o edifício, o qual foi adaptado para abrigar uma instituição educacional.

O colégio foi inaugurado como Ginásio Estadual de Serrinha em 1949, em um momento em que o Brasil passava por significativas mudanças políticas e sociais no período pós-Estado Novo. A educação começava a ser vista como um vetor importante para o desenvolvimento do país, e a construção de ginásios e escolas públicas era uma política estatal que buscava ampliar o acesso à educação no interior do Brasil. A transição de um edifício originalmente destinado à sericicultura para uma instituição de ensino reflete as mudanças nas prioridades econômicas e sociais da região.

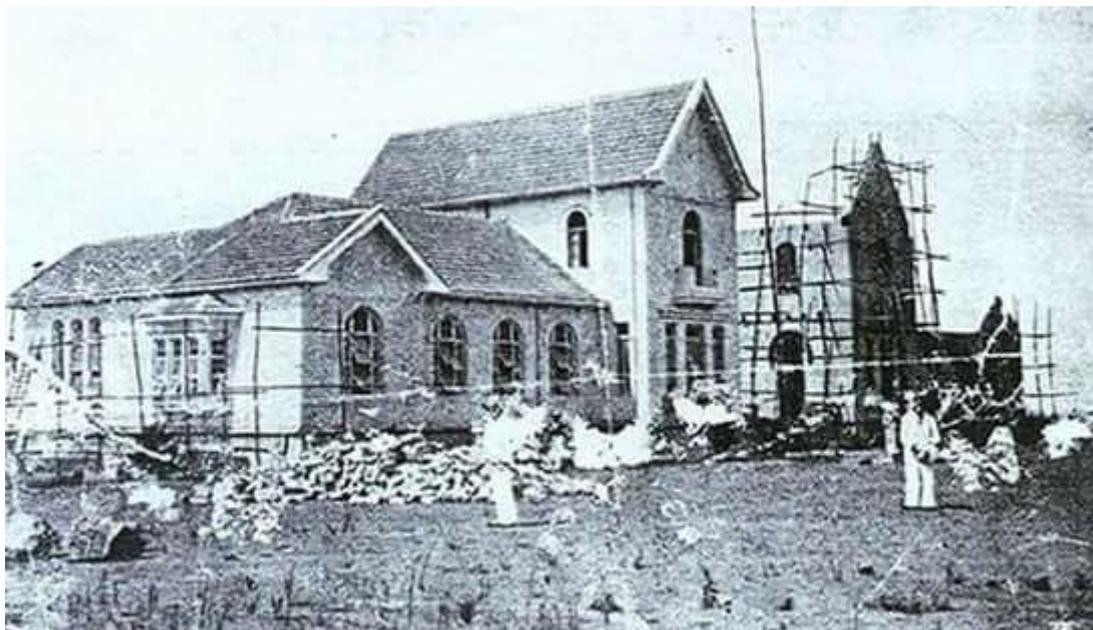
O Colégio Rubem Nogueira desempenhou um papel crucial na formação de várias gerações de serrinhenses. Sua fundação marcou um ponto de inflexão no desenvolvimento educacional da cidade, permitindo que jovens locais tivessem acesso a uma educação de qualidade sem precisar se deslocar para grandes centros urbanos. Além disso, o colégio contribuiu para a criação de uma classe de profissionais qualificados, impactando positivamente o crescimento social e econômico de Serrinha.

Segundo História do Bairro do Ginásio, a localização da escola no bairro homônimo foi um dos grandes fatores de desenvolvimento da área, que gradualmente foi se consolidando como um dos principais polos urbanos e educacionais da cidade. O bairro cresceu em torno do ginásio, atraindo comércio e moradores para as proximidades da instituição.

O edifício original do colégio, adaptado de uma estrutura voltada para atividades agrícolas, passou por várias modificações ao longo dos anos. Sua arquitetura é marcada por uma mistura de funcionalidade e simplicidade, características comuns em escolas construídas durante o período de expansão educacional no Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Embora a construção original tenha sido pensada para atender às demandas da sericicultura, a transformação em instituição de ensino reforçou a importância do edifício como um marco arquitetônico e social na cidade.

Ao longo dos anos, o colégio passou por reformas que visaram adaptar a estrutura para atender às novas demandas educacionais, sempre preservando alguns traços históricos importantes. Sua preservação e uso contínuo como colégio reforçam a importância da adaptação funcional de patrimônios históricos para novas realidades.

Figura 75: Prédio da antiga Sericicultura em construção, atualmente Colégio Estadual Rubem Nogueira, no ano de 1935.



Fonte: Museu Pró Memória de Serrinha, 1935.

A preservação de um edifício com essa importância histórica deve ser guiada pelos preceitos da Carta de Veneza e dos princípios defendidos por teóricos como Cesare Brandi, que valorizam tanto a materialidade do bem quanto seu valor simbólico e social. O Colégio Rubem Nogueira, sendo uma edificação adaptada e requalificada ao longo do tempo, reflete o princípio de que um bem patrimonial deve ser inserido na contemporaneidade sem perder de vista sua historicidade.

A necessidade de preservação do edifício também se insere no contexto das políticas de preservação do IPHAN, que reforçam a importância de manter a memória e a materialidade dos espaços que fazem parte da identidade das cidades brasileiras. Neste caso, o colégio é um testemunho da transição de Serrinha de uma cidade agrícola para um centro educacional, refletindo as mudanças pelas quais o município passou ao longo do século XX.

A análise do Colégio Estadual Rubem Nogueira sob a perspectiva dos teóricos da arquitetura, especialmente no que se refere aos preceitos de preservação, conservação e reuso de patrimônios históricos, revela importantes reflexões sobre a continuidade da identidade urbana e social de Serrinha, Bahia. Para um aprofundamento teórico, podemos destacar abordagens que dialogam com a ideia de

patrimônio arquitetônico e sua função social, além dos impactos na formação da paisagem urbana ao longo do século XX.

De acordo com Cesare Brandi, em sua obra "Teoria do Restauro" (1963), o processo de conservação de patrimônios deve valorizar a integridade da obra enquanto testemunho histórico, mas também promover sua atualização funcional de acordo com os usos contemporâneos. O caso do Colégio Rubem Nogueira, originalmente concebido para ser uma sede da sericicultura e, posteriormente, adaptado para fins educacionais, exemplifica essa ideia. A conversão de um edifício voltado para atividades agrícolas em uma instituição de ensino demonstra a flexibilidade do patrimônio arquitetônico e sua capacidade de ressignificação, sem, contudo, perder sua relevância histórica.

Esse processo de adaptação pode ser entendido dentro da lógica defendida por Jorge Wilhelm e outros urbanistas que consideram a cidade como um organismo vivo e dinâmico, onde as mudanças nas funções dos edifícios devem acompanhar as transformações sociais e econômicas do entorno. A requalificação do espaço, então, reflete um processo de evolução urbana que responde às necessidades da comunidade local, reforçando o papel do colégio como um elemento estruturante no desenvolvimento de Serrinha.

A análise estilística do edifício revela traços arquitetônicos típicos do ecletismo, movimento predominante no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, que misturava elementos clássicos e renascentistas, sendo amplamente adotado em construções públicas e privadas no interior do país. No caso do Colégio Rubem Nogueira, é possível identificar uma simplicidade de formas, com detalhes ornamentais que remetem à arquitetura neoclássica. Isso reflete a influência de arquitetos como Luiz Ramalho, que foi um dos principais expoentes do neoclassicismo no Brasil e que defendia a adoção de uma linguagem monumental em edifícios públicos como símbolo de progresso e modernidade.

Embora o edifício tenha sido originalmente voltado para uma função agrícola, a sua adaptação para o uso educacional conferiu-lhe uma importância simbólica e patrimonial. O colégio se tornou não apenas um espaço físico de ensino, mas também um marco na memória coletiva da cidade, como destaca Alois Riegl em "O Culto dos Monumentos" (1903). Para Riegl, os monumentos possuem diferentes valores, entre

eles o valor de uso e o valor histórico, ambos presentes no Colégio Rubem Nogueira, que permanece como um testemunho material de diferentes épocas da história de Serrinha.

A transformação do prédio e seu impacto na cidade refletem o processo de urbanização do interior baiano no início e meio do século XX. De acordo com historiadores como Carlos Lemos, a urbanização dessas cidades estava intimamente ligada à formação de centros educacionais e à implementação de políticas públicas que buscavam a interiorização do ensino. O crescimento em torno do colégio, especialmente no Bairro do Ginásio, pode ser entendido como parte de uma dinâmica comum em muitas cidades do interior do Brasil, onde a implantação de instituições educacionais gerava uma reorganização do espaço urbano.

A centralidade do colégio em Serrinha também reflete o modelo de desenvolvimento urbano defendido por Le Corbusier em sua teoria das cidades funcionais, onde a educação, saúde e lazer devem estar integrados ao tecido urbano para promover o desenvolvimento social. O colégio, ao servir como um polo educacional, atraiu comércio, moradores e serviços públicos para a região, consolidando seu papel no desenvolvimento do bairro e da cidade.

A preservação do Colégio Rubem Nogueira, conforme os preceitos de Violet-le-Duc e sua visão de restauro como um processo de retorno do edifício a um estado ideal, deve ser repensada à luz das críticas de teóricos contemporâneos, como John Ruskin, que valoriza a passagem do tempo e a autenticidade das marcas deixadas pela história. No caso do Colégio Rubem Nogueira, o desafio da preservação está em manter a integridade material do edifício, ao mesmo tempo em que se respeita sua função educacional contemporânea.

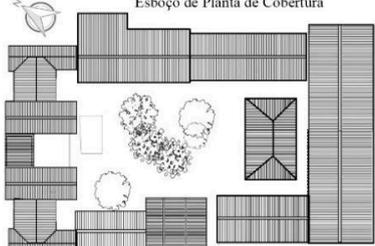
Além disso, o estado de conservação do prédio deve considerar os desafios próprios da região e do clima, que afetam a durabilidade dos materiais e as técnicas de construção originais. A gestão desse patrimônio requer uma abordagem que respeite os valores históricos e sociais do colégio, mas que também assegure sua funcionalidade enquanto instituição educacional.

O Colégio Rubem Nogueira, cuja origem remonta à sericicultura, é um exemplo de como um edifício pode se transformar ao longo do tempo, assumindo novas funções e significados. Sob a perspectiva dos teóricos da arquitetura e do restauro, como

Cesare Brandi, Violet-le-Duc e Alois Riegl, a preservação desse patrimônio histórico deve equilibrar sua importância funcional com o respeito às suas características materiais e simbólicas. A continuidade de seu uso educacional, aliado aos esforços de preservação, reforça o papel do colégio na evolução urbana de Serrinha e sua relevância como um marco na memória coletiva da cidade.

As transformações pelas quais o edifício passou não diminuem seu valor patrimonial, mas, ao contrário, ampliam seu significado como um espaço de resignificação e adaptação, refletindo as mudanças econômicas, sociais e culturais da região. O colégio é, assim, um exemplo vivo do dinamismo das cidades do interior da Bahia, cuja arquitetura, economia e cultura caminham juntas na construção da identidade local.

Figura 76: Ficha documental do colégio estadual Rubem Nogueira.

			
EDIFÍCIO: Colégio Rubem Nogueira		LOCALIZAÇÃO: Praça Astrogilda Guimarães, 135 - Ginásio	
USO ORIGINAL: Colégio		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Colonial	
USO ATUAL: Colégio		TIPOLOGIA: Institucional	
		VALOR SEGUNDO RIEGL: Utilitário, Memória, Antiguidade	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input checked="" type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente
		ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input checked="" type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
BREVE HISTÓRICO: Essa edificação foi construída em meados de 1935 para promover a cultura da Sericicultura, o cultivo do bicho-da-seda, contudo não foi financeiramente viável. Paralelo a isso, as cidades no interior da Bahia apresentavam fragilidades em relação a ausência de instituições de ensino, em 1952, o deputado Rubem Nogueira desenvolve um projeto de lei (lei 130 de 14/12/1948) que instalou o ginásio estadual na edificação em questão. A grande estrutura possui fortes influência da arquitetura colonial com formas simples e puras, possui um pátio interno grande e salas dispostas de maneira a circundar o pátio central, de maneira que esta disposição dos módulos viabilizou uma boa adaptação a mudança de uso que foi mantida até a contemporaneidade.			
FACHADA PRINCIPAL:  <p>Fonte: Cartilha "SERRINHA E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA", por Carlos Nássaro Araújo da Pádua e Sarah Catarina Ferreira Santos Nogueira.</p>		OBSERVAÇÕES: A edificação original, Sede da Sericicultura, era dividida em blocos entorno de um pátio central para atender a todas as fases de processo e de gestão da Sericicultura. Todavia, em 1952 quando foi convertido para um colégio, essa disposição facilitou a adaptação de uso. A edificação apresenta formas puras, e adornos simples, característico da arquitetura colonial, como grandes propriedades.	
		 <p>Esboço de Planta de Cobertura</p> <p>Fonte: Produzida pelo autor.</p>	
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria	MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Madeira e vidro	MATERIAL DO PISO: Cerâmica e concreto
MATERIAL DO TETO: Forro de Gesso e Acm	LOCALIZAÇÃO:  <p>Fonte: Google</p>		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA: Construção Sericicultura -1935  <p>Fonte: Acervo de Blog "Estórias de antigamente"</p>
CRONOLOGIA: - Edifício de Sericicultura - 1940 - Ginásio Estadual de Serrinha - 1952			Sericicultura - 1935 a 1950 (Estimativa)  <p>Fonte: Acervo de Grupo do facebook "Amigos de Serrinha"</p>
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:			
			
		 <p>Fonte: Acervo Instagram do Colégio Estadual Rubem Nogueira</p>	
		 <p>Fonte: Acervo de Grupo do facebook "Amigos de Serrinha"</p>	
		Ginásio Estadual -1952  <p>Fonte: Acervo de Grupo do facebook "Museu Virtual Piti - Memória de Serrinha - Bahia"</p>	

Fonte: Produzida pelo Autor.

6.9 Antigo Hotel da Companhia Férrea do Leste Brasileiro atual Hospital Ferreira Filho.

O antigo hotel que posteriormente se transformou no Hospital Estadual de Serrinha é um exemplo relevante da evolução funcional e urbana de edifícios no contexto das cidades do interior da Bahia, especialmente em relação às mudanças trazidas pelo desenvolvimento ferroviário. Originalmente, o edifício foi projetado para atender às necessidades dos viajantes que utilizavam a estação ferroviária, sendo um ponto de parada essencial para aqueles que percorriam a região, um reflexo do papel fundamental que as ferrovias desempenharam no crescimento das cidades baianas no início do século XX.

Figura 77: Antigo hotel localizado próximo a estação Ferroviária de Serrinha em meados de 1940.

Figura 78: Hospital Geral Ferreira Filho, 2024.



Fonte: 1. Acervo fotográfico da página do Facebook “Museu Virtual Pró - Memória de Serrinha - Bahia” /
2. Acervo fotográfico do Autor.

Com a desativação progressiva das linhas ferroviárias e a mudança das dinâmicas de transporte e comunicação, muitos edifícios como este perderam suas funções originais e precisaram ser adaptados a novas necessidades urbanas. No caso do hotel em Serrinha, sua transformação em hospital exemplifica a ressignificação arquitetônica, comum em várias cidades do interior. Esse processo está alinhado com o que autores como Alois Riegl e Cesare Brandi discutem a respeito da importância do valor de uso e de como os bens patrimoniais podem ser reconfigurados para continuar relevantes em novas realidades sociais.

A adaptação do edifício para hospital também reflete uma preocupação com a preservação de um patrimônio arquitetônico e histórico, ainda que com uma nova função. O prédio preserva elementos de sua estrutura original, mantendo características que remetem à sua época de construção, como a presença de colunas e o uso de alvenaria simples e robusta, típicas de uma arquitetura funcional voltada para o uso comercial e de serviços na época. Segundo Lemos (1989), essa transição de funções muitas vezes não apenas conserva o edifício em termos físicos, mas também garante a preservação de memórias e a continuidade histórica no imaginário coletivo da cidade.

Do ponto de vista da evolução urbana, a reutilização deste edifício como hospital teve um impacto significativo na comunidade local, consolidando a área ao redor como um núcleo de serviços e ampliando o acesso da população à saúde. Isso se alinha ao conceito de patrimônio vivo, defendido por teóricos como Françoise Choay, que argumentam que a preservação de edifícios históricos não deve ser feita de forma estática, mas sim com o olhar para o uso continuado e atualizado das estruturas dentro da malha urbana contemporânea.

Por fim, o estado de conservação do edifício, apesar das adaptações ao longo dos anos, parece ter mantido suas principais características arquitetônicas, preservando o valor estético e histórico que o torna um marco para a cidade de Serrinha. O processo de restauração e conservação do patrimônio, conforme preconizado por Brandi (2004), deve sempre buscar um equilíbrio entre a preservação da autenticidade e a viabilidade funcional do edifício, aspectos que parecem ter sido considerados na trajetória deste antigo hotel, agora hospital estadual.

A análise aprofundada do antigo hotel, hoje Hospital Estadual de Serrinha, exige um enfoque nas teorias da conservação e na evolução urbana, à luz dos teóricos da arquitetura. Este edifício não é apenas um testemunho da transformação funcional de uma estrutura, mas também uma representação das mudanças urbanas e econômicas que impactam as cidades do interior da Bahia nos séculos XIX e XX.

De acordo com Alois Riegl, em sua obra "O Culto dos Monumentos" (1903), a importância de um bem patrimonial transcende sua materialidade, abrangendo o seu valor de uso e de memória. A reutilização de edifícios antigos é uma prática fundamental para manter a relevância desses bens no contexto contemporâneo, ao

mesmo tempo em que preserva o valor histórico. A conversão do hotel em hospital segue essa lógica, onde a preservação da estrutura física garante não apenas a sobrevivência do edifício, mas também sua inserção nas necessidades funcionais da cidade.

O conceito de "patrimônio funcional" desenvolvido por Riegl e expandido por teóricos como Cesare Brandi e Françoise Choay sustenta que o valor de um bem patrimonial pode ser ampliado ou modificado com o tempo, desde que se preserve a integridade material e a autenticidade histórica. Assim, o hotel, ao ser transformado em hospital, mantém sua integridade estrutural enquanto adquire uma nova função social, atendendo às necessidades da saúde pública.

A transformação do hotel em hospital também reflete a evolução urbana de Serrinha. Como argumenta Leonardo Benevolo em sua "História da Arquitetura Moderna", as cidades no Brasil passaram por processos de urbanização complexos, onde a infraestrutura criada inicialmente para atender à economia local (como o comércio impulsionado pela estação ferroviária) teve de ser adaptada a novas demandas, como a de serviços de saúde e educação.

Ao ser convertido em hospital, o edifício se torna um ponto de centralidade urbana, impactando diretamente o bairro e seus arredores. Isso segue a lógica de modernização das cidades do interior que, ao longo do século XX, reconfiguraram seus espaços a partir das demandas econômicas e sociais, frequentemente decorrentes da decadência das ferrovias e do surgimento de novas redes de transporte e comunicação.

O processo de urbanização de Serrinha, especialmente no que tange à transição de edifícios comerciais para serviços públicos, pode ser visto como um reflexo da necessidade de adaptar a infraestrutura existente. Nesse sentido, o edifício do hospital se insere na categoria de "arquitetura ressignificada", conforme a conceituação de Choay, onde a adaptação de um edifício histórico a uma nova função não só preserva seu valor estético, mas também o reintegra à dinâmica urbana contemporânea.

Arquitetonicamente, o antigo hotel possui características de um edifício modernista em sua simplicidade formal, com um jogo de volumetrias marcadas pela horizontalidade e linhas retas, que são típicas de uma arquitetura funcional. Esse estilo

de arquitetura, que encontra ressonância na obra de arquitetos modernistas como Le Corbusier, valoriza a função sobre a forma e busca atender às necessidades práticas da vida urbana.

O edifício, embora adaptado para ser um hospital, preserva elementos originais que remetem à sua concepção inicial como hotel, como o uso de varandas contínuas e espaços amplos, que facilitam a circulação de ar e luz natural, características importantes tanto para a hospedagem quanto para a função hospitalar. Segundo Cesare Brandi, no livro "Teoria da Restauração" (1963), a restauração de bens patrimoniais deve buscar um equilíbrio entre a preservação da autenticidade material e a adaptação às novas funções. Isso parece ter sido alcançado no caso do edifício em questão, onde sua adaptação funcional não comprometeu sua identidade arquitetônica.

O estado de conservação do edifício pode ser analisado à luz das teorias de John Ruskin e William Morris, defensores do movimento preservacionista. Enquanto Ruskin defendia a manutenção do edifício em seu estado original, inclusive com os sinais de degradação do tempo, Morris enfatizava a importância da intervenção mínima e cuidadosa, preservando o máximo de autenticidade possível.

Em um contexto contemporâneo, o desafio de manter o antigo hotel em funcionamento como hospital envolve encontrar soluções que respeitem sua história e ao mesmo tempo atendam às necessidades atuais. Isso exige um equilíbrio entre modernização (como a inserção de infraestrutura hospitalar) e preservação de elementos arquitetônicos que caracterizam o edifício.

A transformação do antigo hotel em hospital estadual é um exemplo significativo da adaptabilidade das estruturas urbanas históricas às novas necessidades funcionais. À luz dos teóricos da arquitetura, como Riegl, Brandi, Choay, e Morris, esse edifício pode ser visto como um testemunho vivo da história de Serrinha, preservando seu valor patrimonial ao mesmo tempo em que serve à comunidade contemporânea. O desafio agora é garantir que futuras intervenções continuem respeitando sua história e autenticidade, ao mesmo tempo em que o edifício continua cumprindo sua função social na cidade.

Figura 79: Ficha documental do Hospital Ferreira Filho.

			
EDIFÍCIO: Hospital Ferreira Filho		LOCALIZAÇÃO: Av. Getúlio Vargas, 1019 - Parque Santana	
USO ORIGINAL: Hotel		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Modernismo	
USO ATUAL: Hospital		CONSTRUÇÃO: 1941	
TIPOLOGIA: Institucional		VALOR SEGUNDO RIEGL:	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input checked="" type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input checked="" type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente
		ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input checked="" type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
BREVE HISTÓRICO: <p>A ferrovia não só impulsionou o crescimento econômico de Serrinha, mas também trouxe uma nova dinâmica social e cultural. Os moradores começaram a adotar a modernidade vinda da capital e de outras regiões da Bahia. Viajantes, veranistas e celebridades, como o Padre Cícero, além de políticos e comerciantes com mercadorias de Juazeiro para Salvador, pernoitavam no Hotel Valverde.</p>			
FACHADA PRINCIPAL:  <p><small>Fonte: Cartilha "SERRINHA E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA", por Carlos Nássaro Araújo da Píxio e Sarah Catarina Ferreira Santos Nogueira.</small></p>		OBSERVAÇÕES: <ul style="list-style-type: none"> - Essa edificação de 1941 foi uma das primeiras edificações modernistas da cidade. - O hotel faz parte do complexo ferroviário da cidade, mas diferente das estruturas da estação, que são Art Decó, essa iniciou a expansão da arquitetura moderna na cidade. - O uso original como um hotel diverge bastante do novo uso, e a adequação do antigo hotel, para um hospital de clínica geral, resultou em grandes mudanças no interior da edificação, mas preservou a estética do edifício. 	
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria	MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Madeira	MATERIAL DO PISO: Cerâmica
MATERIAL DO TETO: Gesso	LOCALIZAÇÃO:  <p><small>Fonte: Google</small></p>		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA: Indeterminado  <p><small>Fonte: Acervo Fotográfico página do Facebook Serrinha Nossa- Terra Amada 1950</small></p>  <p><small>Fonte: Acervo Fotográfico página do Facebook Serrinha Nossa- Terra Amada 1950</small></p>
CRONOLOGIA: - Inauguração do Hotel - 1941 - Inauguração do Hospital Geral Ferreira Filho - 1977		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:  <p><small>Fonte: Arquivo fotográfico da página online do Instagram do Hospital Ferreira Filho</small></p>	
		 <p><small>Fonte: Acervo Fotográfico página do Facebook Museu Virtual Prê - Memória de Serrinha - Bahia 2012</small></p>	

Fonte: Produzida pelo autor.

6.10 Antigo Casarão da família Pedreira de Freitas.

O antigo Casarão da família Pedreira de Freitas está localizado no bairro Centro, do município de Serrinha, e encontra-se próximo à estação ferroviária. É uma grande edificação que representa a expansão urbana na cidade durante o século XX e pertenceu, originalmente, à Família Pedreira de Freitas.

Figura 80: Casarão da família Pedreira de Freitas quando abrigou o colégio Graciliano Ramos, em 2009.



Fonte: Acervo fotográfico da página do Facebook “Museu Virtual Pró - Memória de Serrinha - Bahia”

O capitão Leôncio Marques Pedreira de Freitas foi o 3º intendente da cidade, durante os anos de 1897 a 1899, foi o filho de Manoel Pedreira Marques de Freitas e Constança da Silva Pinheiro, essa que era filha de um dos tetranetos de Bernardo da Silva, Vicente Ferreira da Silva, e também foi o provável construtor e primeiro residente do casarão. Agenor Pedreira de Freitas, filho de Leôncio, foi o 11º intendente de Serrinha, durante os anos 1920 e 1921, e se casou com uma prima chamada Maria Farani Pedreira de Freitas, filha de Graciliano Pedreira de Freitas e Marianina Freitas, todavia, Agenor residia em um casarão na praça Luis Nogueira.

O casal Graciliano e Marianina teve mais um filho, Lauro Farani Pedreira de Freitas, o qual foi candidato a governador da Bahia, na década de 1950, era o favorito, mas morreu num acidente de avião com o pai de Nilo Coelho. Dizem que os adversários políticos colocaram areia no tanque de combustível do avião e quando levantou voo em Bom Jesus da Lapa caiu. Foi uma comoção, na época. O município de Lauro de Freitas (RMS) tem esse nome em homenagem a Lauro e se chamava Santo Amaro de Ipitanga. Toda essa ancestralidade vem de Serrinha e, em parte, desta casa. Ricardo Chaves (cantor) é filho de Francisco, irmão de Graciliano (ex-sócio de Pedro Irujo) , filho de Lauro. E a filha de Graciliano, neto do velho Graciliano, chama-se Marianina. Não sei se ainda mora algum Pedreira de Freitas em Serrinha. Em Salvador, sim. A casa é um patrimônio da cidade.

O Casarão da família Pedreira de Freitas, localizado na cidade de Serrinha, BA, possui uma trajetória histórica rica e multifuncional. Originalmente construído como residência de uma das famílias mais influentes da região, o edifício passou por várias mudanças de uso ao longo do tempo, servindo como colégio de mineração, depois Colégio Graciliano Ramos, até ser parcialmente abandonado, com uma parte adaptada para abrigar a creche Monsenhor Demócrito Mendes de Barros. A história desse casarão revela muito sobre as dinâmicas sociais e urbanas de Serrinha, bem como sobre o tratamento do patrimônio arquitetônico em cidades do interior baiano.

A trajetória do casarão é um reflexo de como os edifícios podem ser adaptados e ressignificados conforme as necessidades da cidade mudam. A passagem de uma residência familiar para uma instituição de ensino — primeiro para a área da mineração e, depois, como o Colégio Graciliano Ramos — demonstra a importância educacional e comunitária que o edifício assumiu. Mais tarde, com o declínio das funções escolares, parte do casarão foi abandonada, enquanto outra parte foi utilizada como creche, evidenciando um ciclo de adaptabilidade e ressignificação ao longo das décadas.

Esse fenômeno de mudança funcional de edifícios é amplamente discutido por teóricos como Françoise Choay, que aborda a ideia de "patrimônio vivo", onde os edifícios históricos devem se adaptar às novas funções sociais para manterem sua relevância. No caso do casarão, cada fase de uso reflete as transformações econômicas e educacionais de Serrinha, e a ressignificação para uma creche

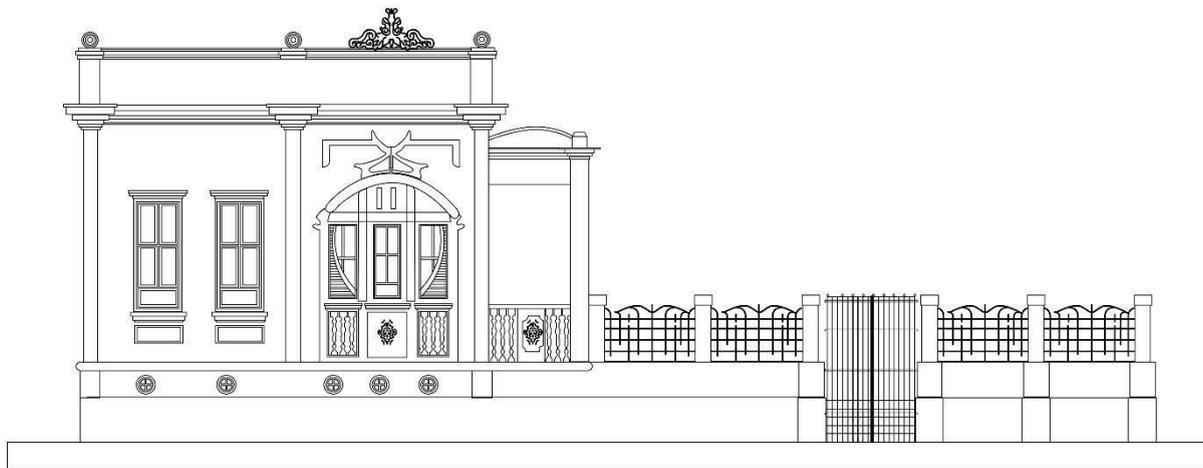
demonstra como o edifício continuou a servir à comunidade, mesmo após a perda de seu uso original.

O casarão, em sua transição de residência para colégio e, posteriormente, para uma creche, influenciou diretamente a urbanização do entorno. Assim como outras construções de famílias influentes no Brasil colonial e imperial, essas residências desempenhavam não apenas um papel privado, mas também público e comunitário. Segundo Leonardo Benevolo em sua obra *História da Arquitetura Moderna*, o desenvolvimento urbano e a evolução funcional dos edifícios estão intimamente ligados ao crescimento econômico e às mudanças de classe nas cidades. O casarão não só refletiu a ascensão de uma elite rural, mas também acompanhou o crescimento urbano e a necessidade de infraestruturas educacionais e comunitárias.

Do ponto de vista arquitetônico, o Casarão da família Pedreira de Freitas é uma expressão típica de casas senhoriais do interior da Bahia. Suas características arquitetônicas remetem a um estilo eclético, comum entre os séculos XIX e XX, marcado pela robustez das paredes, o uso de materiais locais e uma distribuição espacial que visava à acomodação de grandes famílias e, posteriormente, ao uso coletivo.

A mudança de uso ao longo do tempo também implica desafios de conservação e restauração. Cesare Brandi, em sua *Teoria da Restauração*, enfatiza que o valor de um edifício histórico não reside apenas em sua forma física, mas também em seu significado social e histórico. A preservação do casarão, portanto, deveria ter buscado o equilíbrio entre manter as características arquitetônicas originais e adaptar o edifício às novas funções, algo que nem sempre foi plenamente realizado, considerando o estado de abandono em que se encontra parte da edificação.

Figura 81: Fachada do Casarão da família Pedreira de Freitas.



Fonte: Produzido pelo autor

Além disso, a deterioração e o abandono parcial do casarão levantam questões importantes sobre a preservação do patrimônio no interior do Brasil. John Ruskin, um defensor da preservação sem restauração excessiva, argumentaria que os sinais de envelhecimento e deterioração do casarão fazem parte de sua história e autenticidade, enquanto William Morris destacaria a importância de intervenções sensíveis que respeitem o valor intrínseco do edifício.

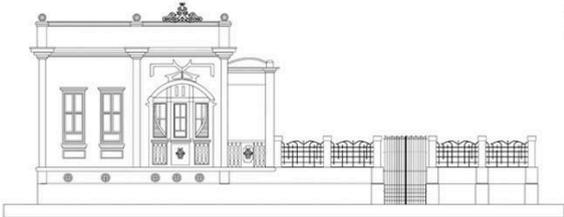
Atualmente, a divisão do casarão entre um espaço abandonado e uma área que ainda desempenha função pública (a creche) levanta um debate sobre a viabilidade de recuperação de todo o edifício. Como discutido por Alois Riegl em sua obra *O Culto dos Monumentos*, o valor de um bem patrimonial vai além de sua utilidade imediata, envolvendo também seu valor memorial e histórico. A preservação do casarão não é apenas uma questão de restaurá-lo fisicamente, mas também de garantir que ele continue a servir a comunidade de Serrinha de maneira funcional e significativa.

Nesse contexto, a gestão do patrimônio histórico em cidades menores como Serrinha enfrenta desafios financeiros e institucionais, como a falta de recursos para a restauração adequada e a ausência de políticas públicas consistentes para a conservação. Uma abordagem integrada, que envolva a comunidade local e as instituições públicas, poderia garantir a revitalização completa do casarão,

transformando-o novamente em um espaço central para a cidade, sem perder de vista sua história e importância arquitetônica.

O Casarão da família Pedreira de Freitas é um testemunho importante das transformações históricas, sociais e urbanas de Serrinha. Sua ressignificação ao longo do tempo, de residência a colégio e, finalmente, a creche, reflete não apenas a evolução da cidade, mas também os desafios enfrentados pelo patrimônio arquitetônico em cidades do interior. À luz dos teóricos da arquitetura e da conservação, a trajetória deste edifício nos alerta para a necessidade de uma abordagem equilibrada entre preservação, funcionalidade e memória, garantindo que ele continue a servir a comunidade local, sem perder de vista sua importância histórica e arquitetônica.

Figura 82: Ficha documental do colégio estadual Rubem Nogueira.

			
EDIFÍCIO: Residência Pedreira de Freitas		LOCALIZAÇÃO: R. Manoel Paes, 520 - Centro	
USO ORIGINAL: Residência		FILIAÇÃO ESTILÍSTICA: Modernismo	
USO ATUAL: Desativado		CONSTRUÇÃO: Indeterminado	
TIPOLOGIA: Residencial		VALOR SEGUNDO RIEGL: Memória, Antiguidade	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Satisfatório <input checked="" type="checkbox"/> Com Problemas		TELHADO <input checked="" type="checkbox"/> Sem acesso <input type="checkbox"/> Destruição total <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Peças principais deterioradas <input type="checkbox"/> Peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	ESTRUTURA PORTANTE <input type="checkbox"/> Destruição parcial <input checked="" type="checkbox"/> Grandes incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Pequenas incidências de rachaduras <input type="checkbox"/> Rachaduras localizadas <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente
		ESQUADRIAS <input type="checkbox"/> Destruição total <input checked="" type="checkbox"/> Destruição parcial <input type="checkbox"/> Oxidação dos metais <input type="checkbox"/> Ressecamento das madeiras <input type="checkbox"/> Nenhum problema evidente	
BREVE HISTÓRICO: Essa edificação foi construída pelo 3ºintendente de Serinha, capitão Leôncio Marques Pedreira de Freitas, no início do século XX e ficou sob a administração da família até meados dos anos 2000, quando foi cedida para a Polícia Militar para ser convertida em uma escola, o colégio Graciliano Ramos, provisoriamente a edificação atendeu ao novo uso de maneira insatisfatória, que resultou no abandono ocorrido poucos anos após. O casarão encontra-se abandonado há 12 anos, e apenas uma parte pequena no fundo da residência abriga a Creche Municipal Monsenhor Demócrito Mendes de Barros, mas a maior parte do bem histórico está subutilizado, e não há manutenção que corrobore com a perpetuação desse monumento.			
FACHADA PRINCIPAL:  <p>Fonte: Acervo do autor</p>		OBSERVAÇÕES:  <p>Fonte: Produzido pelo autor</p>	
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS: Alvenaria		MATERIAL DE ACABAMENTO DA FACHADA: Argamassa	MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL: Madeira, aço e vidro
MATERIAL DO TETO: Forro de Madeira		MATERIAL DO PISO:	
CRONOLOGIA: - Construção - Início do século XX - Residência da família Pedreira até o final do Século XX - Abandonada no início do século XXI - Colégio Graciliano Ramos 2007 - 2010 (estimado) - Creche Municipal Monsenhor Demócrito Mendes de Barros 2015 (Estimado)		LOCALIZAÇÃO:  <p>Fonte: Google</p>	
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:  <p>Fonte: Acervo do autor</p>		DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA ANTIGA: 2010  <p>Fonte: Acervo página do Facebook "Serrinha-Nossa Terra Amada"</p>	
		2012  <p>Fonte: Google</p>	
		2021  <p>Fonte: Google</p>	

Fonte: Produzida pelo autor.

6. Considerações Finais

As transformações urbanas da cidade de Serrinha ao longo de sua história, desde os tempos em que era conhecida como Fazenda Tambuatá até o presente, refletem um processo contínuo de mudança da paisagem urbana. Com mais de 140 anos de história, os registros do município são fundamentais para garantir que o passado não se perca no esquecimento. Embora a modernização seja um fenômeno inevitável e benéfico em diversos aspectos, trazendo melhorias na economia e na qualidade de vida, é crucial que o desenvolvimento urbano seja realizado com responsabilidade e respeito ao legado histórico e cultural. Quando essa evolução ocorre sem a devida consideração pelo patrimônio local, a memória coletiva e a identidade dos moradores ficam comprometidas.

Infelizmente, nas últimas décadas, a destruição indiscriminada de bens edificados em Serrinha demonstra um profundo descaso com o patrimônio cultural. O crescimento urbano, aliado à especulação imobiliária, tem suprimido construções históricas sem levar em conta o impacto dessas perdas nos habitantes que preservam memórias preciosas desses espaços. Muitas das edificações de médio e grande porte, construídas nos séculos XIX e XX sob influências da arquitetura neoclássica, eclética e, em menor escala, modernista, remontam a períodos importantes da formação da cidade. Contudo, a ausência de políticas públicas voltadas para a salvaguarda desse patrimônio tem levado à destruição de diversos exemplares, em grande parte devido à visão equivocada de que a modernização implica na substituição do antigo pelo novo.

Nesse contexto, trabalhos como o presente se mostram de extrema relevância, promovendo a educação patrimonial e incentivando a valorização dos bens históricos. Não se trata apenas de ver os edifícios antigos como estruturas obsoletas, mas de reconhecer que há abordagens que podem conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação cultural. A ressignificação patrimonial, conforme defendida por Alois Riegl, é uma estratégia eficaz para promover a proteção do patrimônio. Os bens históricos de Serrinha deveriam, em primeiro lugar, ser reconhecidos como patrimônio cultural dos seus habitantes, e os gestores públicos precisam criar legislações que garantam essa proteção. Não apenas a Igreja Matriz e o Complexo Ferroviário merecem tal reconhecimento, mas também outros edifícios históricos, cuja importância já foi

demonstrada pela manifestação popular. No entanto, a falta de continuidade nos esforços de preservação deve-se à ausência de interesse político e à desinformação sobre a relevância desses bens.

Exemplos de readequação de usos, como o antigo hotel do Complexo Ferroviário, a antiga sede da sericicultura e o CAAC, mostram que é possível integrar edifícios históricos ao tecido urbano contemporâneo sem sacrificar sua originalidade. No entanto, a documentação dessas edificações, embora essencial para destacar sua importância, por si só, não é suficiente para promover mudanças significativas. É necessário que o IPHAN, em conjunto com o Governo do Estado – responsáveis pelas duas únicas edificações tombadas do município – implemente ações efetivas, em parceria com instituições como o SPHAN e o ICOMOS, para assegurar que, embora os monumentos perdidos não possam ser recuperados, os remanescentes sejam devidamente preservados.

Além disso, é fundamental que haja a colaboração do IPAC e do IPM para a manutenção regular desses edifícios. O descaso atual compromete seriamente a integridade dos vestígios históricos da cidade, e, sem registros materiais, a identidade do povo ficará restrita à memória oral, que inevitavelmente se perderá com o tempo. Preservar o patrimônio de Serrinha não é apenas uma questão de manter o passado vivo, mas de garantir que a história continue a ser contada às futuras gerações.

Referências Bibliográficas

ARCHDAILY. O que é Arquitetura Art Déco. ArchDaily, 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/971344/o-que-e-arquitetura-art-deco>. Acesso em: 1 set. 2024.

ARQUEOLOGIA colonial: as casas fortes (de pedra) como unidades de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no Século XVII. [S.l.: s.n.].

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. Palácio da Associação Comercial da Bahia. Associação Comercial da Bahia, 2024. Disponível em: <https://acbahia.com.br/12446-2/>. Acesso em: 1 set. 2024.

BEARD, Mary. The Parthenon. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

BENEVOLO, L. História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOITO, Camillo. Os restauradores. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 37.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRANDI, Cesare. Teoría de la restauración. 2002. p. 14.

BURY, John. Arquitetura e arte no Brasil colonial. Brasília, DF: IPHAN / MONUMENTA, 2006. 256 p.

CENTRO Cultural Paço Imperial. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/pacoimperial/. Acesso em: 1 abr. 2024.

CHOAY, Françoise. The invention of the historic monument. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DE ABREU, J. C. Capítulos de história colonial. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ESTRUTURAS ONLINE. Arquitetos importantes: Viollet-le-Duc. Estruturas Online, 2024.

Disponível em:

<https://estruturasonline.com/arquitetos-importantes-viollet-le-duc/#:~:text=%E2%80%9CRestaurar%20um%20edif%C3%ADcio%20n%C3%A3o%20%C3%A9,interventivas%20de%20muitos%20pa%C3%ADses%20europeus..> Acesso em: 1 set. 2024.

FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1 498.

FREYRE, G. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229322/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

HISTÓRIA de Bertioga parte 1. Disponível em:

<https://historiadebertioga.com.br/historia-de-bertioga/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOKILEHTO, Jukka. A history of architectural conservation. D. Phil Thesis, University of York, 1986.

LE CORBUSIER. O Modulor. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968. p. 123.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. 4. ed. Tradução de Doralice Barros Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MEMÓRIAS para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brasil. Nota Tipográfica: Lisboa, PT: Typografia da Academia, 1797.

MULTIRIO. Os quiosques e os cortiços do Rio republicano. Multirio, 2024. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2915-os-quiocques-e-os-corticos-do-rio-republicano>. Acesso em: 1 set. 2024.

PAUL R. Burley. Disponível em: <https://www.wikidata.org/wiki/Q57979330>. Acesso em: 1 abr. 2024.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

REIS FILHO, Nestor. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1970. p. 22.

RIO MEMÓRIAS. Vidas em uma estrada de ferro: Central do Brasil. Rio Memórias, 2024.

Disponível em:

<https://riomemorias.com.br/memoria/vidas-em-uma-estrada-de-ferro-central-do-brasil/>. Acesso em: 1 set. 2024.

SALVADOR – Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Disponível em:

<https://www.ipatrimonio.org/salvador-igreja-de-nossa-senhora-da-vitoria#!/map=38329&loc=-12.996174000000003,-38.528048,17>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SILVA TELLES, C. da; GOMES, G.; ROCHA-PEIXOTO, G. Arquitetura na formação do Brasil. [S.l.: s.n.].

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

TIRAPELI, Percival. Arte colonial: barroco e rococó. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (Coleção Arte Brasileira).

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. In: Arquitetura Civil I, São Paulo, FAU - USP/MEC - IPHAN, 1ª carta.

WEIMER, Günter. Arquitetura popular brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WILHEIM, Jorge. Cidades: o substantivo e o adjetivo. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Anexos

ANEXO A

Publicação 01 – “Hoje foi dia de fazer uma intervenção no casarão da praça Luiz Nogueira com o intuito de conscientizar nossa população sobre o potencial perdido dessa edificação. Uma obra de 1889 que carrega a história da fundação da nossa cidade não deveria sofrer esse descaso por tantos anos, essa foi uma pequena iniciativa com objetivo de sensibilizar e trazer visibilidade para um monumento esquecido.

Como essa obra tão importante para nossa história poderia ser vivenciada novamente?”

Comentário 02 – “Nessa época viviam se, aí veio a modernidade e hoje o que temos? Lugares lindos mas sem a paz, a alegria das crianças brincando e vivendo como crianças, saber o nome do seu vizinho. Enfim éramos felizes e não sabíamos.”

Comentário 03 – “Os nossos dirigentes não fazem nada mesmo.

Pena que essas relíquias foram quase todas destruídas”

Comentário 04 – “Serrinha não preserva seu patrimônio histórico. Além desse belo casarão, temos a estação ferroviária e outras construções históricas que os nossos governantes utilizam sem fazer manutenção alguma, resultado: Elas são simplesmente abandonadas. Lembro também do casarão onde funcionava a antiga Escola de Mineração, hoje só ruínas. Triste!”

Comentário 05 – “Lamentável a situação de descaso com o Patrimônio Histórico da nossa cidade.”

Comentário 06 – “Parabéns, XXXXX, pela sua belíssima iniciativa. A partir de agora, vai acender uma pauta que estava adormecido, referente a restauração desse patrimônio histórico de serrinha. O serrinhense de boa-fé te agradece.”

Comentário 07 – “ É uma vergonha o descaso das autoridades em relação a história.”

Comentário 08 – “Poderia se torna um museu sobre a história da cidade incluindo a região sisaleira, há tanta possibilidades.”

Comentário 09 – “Deveria ser reformado reaberto ao público como se fosse um museu”

Comentário 10 – “Nossa cidade tão linda e esquecida.”

Comentário 11 - “Parabéns pela iniciativa, para além do casarão a capela ao lado carrega o mesmo teor histórico e penso que deveria ser aberta ou lembrada também - O primeiro dono do que era o Sítio Serrinha no sec. XVIII está sepultado ali por exp -, acho que temos um compromisso com estes locais de memória”

Comentário 12 - “É muito triste vê o nosso patrimônio se acabar em ruínas Parabéns pelo seu trabalho em prol a nossa cidade”

Comentário 13 – “Até que enfim acordaram para o monumento histórico da cidade de Serrinha!! Quem sabe alguma empresa de nome de força possa patrocinar arquitetos e engenheiros para trazer a história da cidade um prédio do século dezoito!! Parabéns pela iniciativa de vocês.”

Comentário 14 - “Perder esse patrimônio é crime! O poder público tem o dever de preservar, recuperar. É a história viva.”

Comentário 15 - “Tem também o prédio onde foi a Escola de Mineração, que pertenceu a família de Graciliano de Freitas e que está quase caindo.”

Comentário 16 - “Que bom uma pessoa esclarecida e cheia de bagagem, pra conservar o patrimônio da cidade que anda sendo ignorado pelas autoridades municipais da querida Serrinha vejo que você seria um grande representante na nossa câmara de vereadores projeto e coragem tem Então garoto está na hora de nós cidadãos de bem dá uma oportunidade pra alguém que entende do assunto e se prontificou a zelar da querida Serrinha onde já perdemos nossa jardim das crianças com belas lembranças que ficou só na memória “

Comentário 17 – “Uma parte da sociedade e da classe política pouco se importa com a preservação histórica e arquitetônica. Preferem “construir um novo “. Muitas prefeituras poderiam fazer da restauração e ocupação destes prédios um movimento de atração turística e de economia de recursos (há muito aluguel sendo pago sem necessidade por aí)”

Comentário 18 - “Serrinha deixa a desejar em relação à políticas de preservação ou restauração patrimonial. Recentemente vimos a obra ao redor do coreto com o baratinho da gestão de que era pra preservar a história. No fundo sabemos que é balela e os bens patrimoniais da cidade estão abandonados. Histórias silenciadas. Lugares de memórias destruídos.”

Comentário 19 – “Essa casa foi residência do fundador da cidade .. Bernardo da Silva ..uma pena está neste estado , toda vez q passo por aí corta meu coração ...nossa história não pode acabar assim em ruínas ...”

Comentário 20 - “Tô morando em Penedo, aqui todos os casarões são preservados, as fachadas das lojas são pequenas p n ofuscar a fachada do local. Poderia ser exemplo p serrinha, os casarões estão se acabando.”

Comentário 21 - “Excelente!! Vamos lutar pelos nossos patrimônios!! Um povo sem história é um povo sem futuro!!”

Comentário 22 – “Obrigada por dar voz e visibilidade a um monumento histórico importante da nossa cidade e representar tantos serrinhenses que compartilham do mesmo sentimento.

Que a cultura e história sejam valorizadas...”

Comentário 23 - “Uma cidade que não conserva sua história é como se não tivesse existido. Esse casarão jamais deverá cair. É um pecado deixar esse casarão com tantas histórias morrer assim. Restaurem ela e transformem em museu de arte ou outra coisa para atrair o turismo. Eu morei em Serrinha por 20 anos e vi muito deste casarão. Não o deixem cair.”

Comentário 24 - “Legal demais! O povo sem sua história é povo morto. Passei por Penedo esses dias e a cidade é linda. Justamente por manter prédios antigos intactos e preservados.”

Comentário 25 - “Era isso!!! de pequena não tem nada! Tem é uma imenso valor!!!! Fico com o coração miúdo ao ver a história de Serrinha tão desamparada, e diluída em casas de vidro e comércio....a cidade é linda e os casarões guardam em suas estruturas nosso passado. Conte comigo no que precisar!”

Comentário 26 – “Esse prédio deve ser restaurado e abrigar o museu da cidade, é o mínimo, mas infelizmente Serrinha é uma cidade onde prefeito e vereadores não tem respeito pela nossa história e cultura, eles dizem que não dá votos!!!”

Comentário 27 – “Parabéns! Sem a história, não sabemos quem somos, e sem nos reconhecermos, fica difícil vislumbrar o futuro! Revitalizar prédios históricos é essencial para manutenção da nossa cultura e valores!”

Comentário 28 – “A cultura do povo é o seu maior patrimônio.”

Precisamos lutar para manter viva a história da nossa cidade. Parabéns pela iniciativa!!!

ANEXO B

Comentário 01 – “Poderia ser restaurado, transformar em um teatro ou algo voltado para a cultura .”

Comentário 02- “É preciso alcançar o equilíbrio entre a conservação do patrimônio histórico de uma cidade e o desenvolvimento. A conservação do patrimônio histórico não deve ser vista apenas como responsabilidade de autoridades e especialistas. A comunidade desempenha um papel fundamental na proteção de seu próprio patrimônio cultural.”

ANEXO C

Comentário 01- **“Uma pena que serrinha está abandonada. Cidade toda destruída e o progresso parado.”**

Comentário 02 – **“Que maus tratos com a nossa relíquia. Muito lindo ele era. Hoje, sem manutenção um descaso com esse imóvel”**

Comentário 03 – **“Esse lindo casarão é uma referência em nossa querida Serrinha. Que seja bem conservado. Parabéns para família Nogueira.**